



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História

**U**NIRIO  
*história*

**OLÍVIA DULCE LOBO**

**LAURA CONGO E A FAMÍLIA  
ESCRAVA DO BARÃO DE TINGUÁ:  
REFLEXÕES SOBRE A FAMÍLIA NO  
VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE  
(1830-1888)**

**2017**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH  
MESTRADO

OLÍVIA DULCE LOBO

**LAURA CONGO E A FAMÍLIA ESCRAVA DO BARÃO DE TINGUÁ:  
REFLEXÕES SOBRE A FAMÍLIA NO VALE DO PARAÍBA  
FLUMINENSE (1830-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana de Aguiar Ferreira Muaze.

Rio de Janeiro  
Dezembro 2017

OLÍVIA DULCE LOBO

**LAURA CONGO E A FAMÍLIA ESCRAVA DO BARÃO DE TINGUÁ:  
REFLEXÕES SOBRE A FAMÍLIA NO VALE DO PARAÍBA  
FLUMINENSE (1830-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>Dr.<sup>a</sup>Mariana de Aguiar Ferreira Muaze

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Muaze (Orientador) – UNIRIO

---

Prof. Dr. Ricardo Salles – UNIRIO

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Santos – UNIRIO

---

Prof. Dr. Rafael Marquese - USP

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

L799 Lobo, Olívia Dulce  
Laura Congo e a família escrava do barão de  
Tinguá: Reflexões sobre a família no Vale do Paraíba  
fluminense (1830-1888) / Olívia Dulce Lobo. -- Rio  
de Janeiro, 2017.  
142 f.

Orientadora: Mariana de Aguiar Ferreira Muaze.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação  
em História, 2017.

1. Família. 2. família senhorial. 3. Vassouras. 4.  
classe senhorial. 5. Século XIX. I. Muaze, Mariana  
de Aguiar Ferreira, orient. II. Título.

## **Agradecimentos**

A conclusão desta dissertação de mestrado tem um significado especial para sua autora, pois representa a superação de si mesmo e de seus altos e baixos. Mas, mais do que realização pessoal, a conclusão deste trabalho também significa o acesso de um elemento da classe trabalhadora, – filha de uma empregada doméstica e um operador de caldeiras – do interior do Estado do Rio de Janeiro, à universidade pública e ao curso de pós-graduação pública. Esferas de ensino que ainda eram restritas aos grupos privilegiados da sociedade há alguns anos atrás. Talvez este último significado tenha sido a minha grande motivação para chegar até o fim do curso. Ao final dessa empreitada, tenho muito a agradecer, pois tive a compreensão e o apoio de minha família, dos amigos do trabalho e de minha orientadora. Pequenos gestos de pessoas dos diferentes meios em que transitei ao longo desses meses de curso e escrita fizeram a diferença e me fizeram prosseguir. Agradeço a Deus primeiramente. Agradeço aos meus pais, Miguel e Maria Aparecida, ao meu irmão, Pedro, ao Aluizio Cancela e à Luiza. Sou grata à Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana Muaze por sua orientação e por sua sensibilidade de professora atenta que vê o aluno como uma pessoa formada de múltiplas dimensões – intelectual, social, física e mental – e não como um mero elemento almejando um título acadêmico. Agradeço aos professores Cláudia Santos e Ricardo Salles pelos apontamentos que foram de suma importância para que o presente trabalho tomasse corpo. Agradeço aos funcionários do extinto Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra em Vassouras que foram minhas companhias das tardes e manhãs em que passei transcrevendo dezenas de documentos, que resultaram neste trabalho. Por fim, agradeço também a Sonia Sant’Anna e Eduardo Corrêa e Castro, que gentilmente cederam-me as transcrições de anotações e genealogias sobre a sua família, objeto deste estudo.

## **Resumo**

O presente trabalho propõe o estudo da família oitocentista a partir da micro-análise da família Corrêa e Castro, abastada proprietária de fazendas de produção do café, integrante da classe senhorial e residente na vila de Vassouras, na região do Vale do Paraíba Fluminense, ao longo do século XIX, durante o Brasil Império. Partindo da referida família, alcançamos a trajetória de Pedro Corrêa e Castro, o barão do Tinguá, um dos seus membros mais lembrados pelos memorialistas e pela memória local, que manteve uma vida familiar guardada no âmbito privado com Laura Congo, sua escrava africana, com quem tivera seis filhos reconhecidos e legitimados em testamento. Desse modo, propõe-se perceber no âmbito da vivência as práticas cotidianas que escapavam ao modelo da família senhorial. Este, embora tivesse peso no funcionamento daquela sociedade e nas articulações do interior da classe senhorial, abria brechas para a existência de outras formas familiares.

**Palavras-chave:** Família, família senhorial, classe senhorial, Vassouras, século XIX

## **Abstract**

This paper proposes the study of the nineteenth-century family based on the microanalysis of the Corrêa e Castro family, a wealthy owner of coffee production farms, a member of the seigniorial class and resident in Vassouras village, in the Vale do Paraíba Fluminense region, throughout the 19th century, during imperial Brazil. Leaving the said family, we reached the trajectory of Pedro Corrêa e Castro, the Baron of Tinguá, one of its members most remembered by memorialists and local memory, who maintained a private family life with Laura Congo, his African slave, and who had six children, recognized and legitimated in testament. In this way, this work studies the social practices that were different from the seigniorial family model. Although they had weight in the functioning of that society and in the articulations of the interior of the seigniorial class, they gave holes for the existence of other familiar forms.

**Keywords:** Family, seigniorial family, seigniorial class, Vassouras, 19th century

## Sumário

Introdução.....	8
1. Classe senhorial e ordem escravista em Vassouras, Vale do Paraíba fluminense. ....	11
2. A família na Historiografia e a questão do patriarcalismo .....	15
3. Um problema, uma família e um método .....	20
Capítulo I: Os Corrêa e Castro: patrimônio familiar e status social (1830-1850).....	25
1.1 Os Corrêa e Castro: a construção de uma família.....	25
1.2. Das porteiras das fazendas para os locais de poder da vila .....	50
Capítulo II: Tinguá: vida pública e privada de um barão do Império .....	59
2.1. O homem e a vila: vida pública de um ilustre vassourense .....	65
2.2. Senhores de escravos e mulheres escravas: relações privadas confessadas em testamento .....	85
Capítulo III: Filhos do barão: herdeiros legítimos, filhos de mãe escrava.....	97
3.1. Os genros do barão .....	98
3.2. A herança do barão e suas 8.000 arrobas de pés de café .....	115
Considerações finais.....	132
Referências bibliográficas .....	136



## Introdução

*O povoado de Vassouras foi elevado à vila em 15 de Janeiro de 1833 e desmembrado da freguesia de Sacra-Família do Tinguá em 1837. Desde logo seus primitivos habitantes começaram a dar provas da grandeza de seus sentimentos. (Alberto Brandão, *O Passado de Vassouras, Almanach do Vassourense*, 1889, p.170)*

Em meados de 1877, Alberto Brandão redigiu uma série de textos intitulados *O Passado e o presente de Vassouras*, publicados no Jornal *O Município*, que era editado e circulava na cidade de Vassouras. Brandão, assim como outros memorialistas que se incumbiram de contar os fatos e os feitos dos fundadores de Vassouras, se sentia no dever de contar a história verdadeira de Vassouras como alguém nativo, que precisava divulgar a verdade aos seus conterrâneos. Ele via nesta empreitada o meio de garantir “um lugar de honra na história da província do Rio de Janeiro” para a sua cidade natal. Alberto Brandão nasceu na vila e depois cidade de Vassouras em 1848<sup>1</sup>, em uma família modesta, nos tempos da riqueza produzida pela cultura do café e do poder político e social dos grandes fazendeiros escravistas. Muitos desses fazendeiros e suas famílias se articularam para elevar Vassouras ao patamar de importante centro urbano do Vale do Paraíba Fluminense e, por isso, podem ser considerados como os seus fundadores.

Alberto Brandão cresceu vendo o desenvolvimento urbano da cidade: a abertura de ruas e praças, as construções de prédios públicos, as pavimentações dos logradouros públicos financiados pelos homens do café, que também eram vereadores de Vassouras e membros da Irmandade local, e a ornamentação dos palacetes destes poderosos no centro da vila ao redor da praça principal. Provavelmente, se admirou com as festas públicas promovidas pelos fazendeiros barões, comendadores e bacharéis em direito. Brandão, atingindo a vida adulta, tornou-se educador, abrindo inclusive uma escola na cidade e escrevendo vários textos sobre Vassouras em jornais, especialmente no

---

<sup>1</sup> CPDOC. Verbetes. Primeira República. *Alberto Brandão*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRAND%C3%83O,%20Alberto.pdf>; Acesso em 09/01/2016.

periódico local *O Município*, do qual era redator. Na sua interpretação, a gloriosa trajetória de sua terra estava sendo esquecida em 1877, mesmo quando a principal fonte de riqueza de seus concidadãos, que era o café produzido com mão de obra escrava, ainda sobrevivia. Alguns anos depois, em 1887, 1888 e 1889 os mesmos textos de Brandão foram republicados com o título sugestivo de “O Passado de Vassouras” no *Almanach do Vassourense*. Esses anos foram marcados por mudanças profundas: o fim da escravidão, a crise do Império do Brasil, enfim a ruína do sistema que teria sido a base da opulência de Vassouras. Nos três anos finais do século XIX, para os organizadores do *Almanach*, aqueles fatos e feitos dos homens ilustres de Vassouras eram apenas passado a ser mantido na memória dos vassourenses e não mais o tempo presente.

De fato, nas memórias escritas registradas por homens como Alberto Brandão, Jorge Pinto, Antonio Martins, José Matoso Maia Forte e outros, assim como nas construções impressas nas ruas e imóveis do centro da cidade de Vassouras, foram privilegiadas as representações – escritas e visuais – dos referidos fundadores e de suas famílias. Todos eles tinham conexões com a cultura do café, seja como proprietários de terras e escravos, seja como comissários ou financistas.<sup>2</sup> A imagem dos senhores e a memória da família a que pertenciam se fundiam nestes vestígios. Integrantes das mesmas famílias participavam de quase todos os espaços públicos de poder: a Câmara Municipal, irmandades religiosas, órgãos policiais e de justiça local, além dos espaços privados das grandes fazendas. Entretanto, essa elaboração seletiva do passado vassourense não pode abafar as senzalas que compunham os complexos cafeeiros e as fazendas de menor porte.

---

<sup>2</sup>PINTO, Jorge. “Folhas que o vento traz” In: BRAGA, Greenhalgh H. *De Vassouras: histórias, fatos, gente*. Rio de Janeiro: Ed. Ultra-set, 1972; MARTINS, Antonio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Vassouras. Rio de Janeiro. Edição Particular; FORTE, José Mattoso Maia, “Notícia histórica e descritiva de Vassouras: A Fazenda do Secretário.” In: BRAGA, Greenhalgh H. (Comp.) *Vassouras de Ontem, compilação de textos de autores locais*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1975.

É nesse espaço e tempo, Vassouras no século XIX, que se localiza o objeto de estudo da presente dissertação. Intrigados com a força familiar, refletida no peso dos sobrenomes e nos enormes patrimônios familiares, retratada nos anais da história de Vassouras, debruçamo-nos sobre o tema das famílias oitocentistas, tendo como objeto uma das famílias fundadoras de Vassouras e grande proprietária de fazendas de café e escravos: os Corrêa e Castro<sup>3</sup>. De acordo com Stanley Stein, a família Corrêa e Castro era uma das quatro mais poderosas ligadas aos “plantadores escravistas” com atuação política em Vassouras.<sup>4</sup> As outras três eram os Werneck, os Ribeiro de Avellar e os Teixeira Leite.

Nesse espaço territorial e histórico<sup>5</sup>, as famílias de fazendeiros enriquecidas pela economia do café, cujos membros também foram fundadores da municipalidade vassourense, constituíram um conjunto social forte, a classe senhorial, que, ao longo do tempo, assimilava e, ao mesmo tempo, construía modos de vida e de sociabilidade específicos da referida classe.

Os fazendeiros, conforme foram obtendo grande enriquecimento e alcançaram estabilidade com suas propriedades cafeeiras nas décadas de 1840 e 1850, passaram a buscar atender aos parâmetros de costumes e *habitus* da Corte do Rio de Janeiro, mas acabaram por criar um estilo próprio de ser classe senhorial.<sup>6</sup> Vassouras, em

---

<sup>3</sup>Conhecemos muito sobre o desenvolvimento histórico de Vassouras e sobre as famílias senhoriais a partir dos memorialistas e genealogistas, que nos retrataram um mundo social e cultural. Dissemo-nos “intrigados” com o que é retratado nesses textos, porém investidos de uma metodologia de análise e de uma visão crítica que constituem o trabalho de um historiador.

<sup>4</sup>STEIN, Stanley. *Vassouras um município no Império*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969.

<sup>5</sup>“Região” é entendida, nesse caso, como fruto de relações sociais vividas em um espaço específico. MUAZE, Mariana. “Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial” In: Idem; SALLES, Ricardo. (Org.) *O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.; MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema, a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987

<sup>6</sup>Para estudar essa correlação entre *habitus*, classe senhorial do Império e fortalecimento do poder das famílias ligadas ao café na sua relação com o Estado Imperial ver: MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. RJ: Zahar, 2008. Para a autora, seguindo o conceito do sociólogo Norbert Elias, *habitus* é uma forma de agir e pensar não reflexiva, uma segunda natureza, que forma e conforma as formas dos indivíduos e grupos verem, entenderem e agirem no mundo.

poucos anos após sua fundação, possuía a configuração urbana e a vida social mais ativa e pulsante de todas as áreas cafeeiras do médio Vale do Paraíba.<sup>7</sup> As famílias abastadas, proprietárias de fazendas, principalmente as formadas desde o início da povoação de Vassouras, possuíam grande influência política, econômica e social na localidade. Esses grupos familiares de plantadores de café afirmavam a ordem social escravista, incorporavam e disseminavam o modo de vida senhorial pela região.<sup>8</sup>

Tais famílias buscavam se articular para manter e expandir o patrimônio, conectando-se a outras famílias abastadas e pessoas de prestígio. Essas articulações se davam por meio, principalmente, de casamentos, mas também podiam ocorrer através de apadrinhamento por batismo e estabelecimento de laços de amizade. As referidas práticas faziam parte da própria denominação que recebiam no Império: “boas famílias”. Ser de “boa família” requeria uma postura específica para os seus membros: colecionar cargos, profissões importantes, educação, etiqueta e títulos de nobreza por gerações sucessivas.<sup>9</sup> A definição de família ideal no século XIX, assim, excluía outras formas organizacionais de família existentes entre os escravos, libertos, pessoas livres e pobres dos meios urbano e rural, em prol do enaltecimento dos valores vistos como ideais e adequados pela classe senhorial do Império.<sup>10</sup>

## 1. Classe senhorial e ordem escravista em Vassouras, Vale do Paraíba fluminense.

---

<sup>7</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 146-147.

<sup>8</sup>FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e demografia histórica” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) *Domínios da História, Ensaios de Teoria e Metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p.256 ; SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Op.Cit. p.141, 146.

<sup>9</sup>FARIA, Eduardo. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 1850/53. Apud. MUAZE, Mariana. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. (Tese de doutorado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 32-33

<sup>10</sup>Idem. *Ibidem*.

Durante o século XIX, especialmente a partir de 1830<sup>11</sup>, Vassouras foi uma das mais importantes áreas do Império do Brasil em vários aspectos que se entrelaçavam. Nessa localidade, assim como em toda a região do Vale do Paraíba Fluminense, a produção do café e o escravismo que o sustentava se desenvolveram amplamente nas diversas fazendas, que passaram a fornecer o produto para exportação, dando origem ou expandindo as grandes fortunas familiares dos proprietários.

Adotamos a ideia de “classe senhorial” trabalhada por Ilmar Rohloff de Mattos e Ricardo Salles<sup>12</sup>, para denominar o grupo social<sup>13</sup>, o qual se constituiu a partir da província do Rio de Janeiro e que subjugaria os demais grupos e imporá seu modo de vida e de pensamento<sup>14</sup>, a partir da década de 1830, com a formação do Império do Brasil. Essa classe dominante, cujos componentes eram envolvidos com o escravismo e, principalmente, com a plantação de café, estavam espalhados pela província do Rio de Janeiro, mas afetavam outras regiões, interferindo no funcionamento político e econômico do Império, garantindo a continuidade da escravidão e de uma sociedade hierárquica com divisões bem marcadas<sup>15</sup>. Os dois autores compartilham da noção de que a classe se constituiu a partir do momento em que um conjunto de indivíduos percebe a existência de interesses e da vivência de experiências em comum<sup>16</sup>.

A classe senhorial era formada por plantadores escravistas, por mercadores de escravos, comerciantes de grosso trato, grandes proprietários de escravos e setores

---

<sup>11</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 139-141.

<sup>12</sup>MATTOS, I. R. de. *O Tempo Saquarema, a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987; SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Op.Cit.

<sup>13</sup>Os referidos autores não se utilizam da expressão “grupo social”.

<sup>14</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Op. Cit. p. 53

<sup>15</sup>“[...] Fundar o Império do Brasil, consolidar a instituição monárquica e conservar os mundos distintos que compunham a sociedade faziam parte de um tortuoso processo no qual os setores dominantes e detentores de monopólios construíam a sua identidade enquanto classe social.” MATTOS, I. R. de. *O Tempo Saquarema*. Op. Cit. p. 126

<sup>16</sup>Ilmar Rohloff de Mattos se pauta na definição de classe de E. P. Thompson e Ricardo Salles segue a mesma tendência. Para o posicionamento de Mattos ver: Idem. *Ibidem*. p. 4.

burocráticos que ligavam política e negócios em prol da manutenção da escravidão e do fortalecimento de um estado que atendesse a seus interesses. No processo de centralização do Estado Imperial, esses grupos passaram a constituírem-se como classe ao se contraporem a um conjunto de adversários em comum e ao perceberem a existência de interesses comuns. Assim, a classe se formava ao mesmo tempo em que ajudava a construir o Estado imperial:

*A vivência de experiências comuns, experiências essas que lhes possibilitavam sentir e identificar seus interesses como algo que lhes era comum, e desta forma contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses eram diferentes e mesmo antagônicos aos seus constituía-se, sem dúvida, na condição para uma transformação. Intimamente ligados ao aparelho de Estado, expandiam seus interesses, procuravam exercitar uma direção e impunham uma dominação. No momento em que se propunham a tarefa de construção de um Estado soberano, levavam a cabo o seu próprio forjar enquanto classe dirigente e dominante.<sup>17</sup>*

As experiências em comum vividas por comerciantes, funcionários do Estado e grandes senhores de escravos eram marcadas pela manutenção do escravismo e pelo combate a possíveis insurreições escravas. Segundo Ricardo Salles, nas áreas onde a escravidão permaneceu e continuou a se expandir entre final do século XVIII e meados do XIX, como Cuba, o sul dos Estados Unidos e Brasil, os processos de “derrubada do escravismo colonial” e de “ascensão do escravismo nacional”, a chamada “segunda escravidão” conforme designou o historiador Dale Tomich, teriam produzido uma “tensão antiescravista” externa e interna.<sup>18</sup> No caso do Império do Brasil, nas décadas de 1830, 1840 e 1850, a tensão vinha externamente da pressão inglesa para o fim do tráfico

---

<sup>17</sup>Idem. Ibidem. p. 57

<sup>18</sup>SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Op. Cit. p.43-44; A historiografia acerca da escravidão vem utilizando o conceito de segunda-escravidão, cunhado por Dale Tomich, para designar uma nova fase caracterizada pela renovação do sistema de uso de mão de obra escrava após o fim da época colonial. Essa nova fase ocorre especificamente no século XIX, no Sul dos Estados Unidos, no Brasil e em Cuba, em um contexto de ascensão dos estados nacionais e em que o sistema capitalista já estava em pleno desenvolvimento. Sobre o conceito ver: TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011; BLACKBURN, ROBIN. “Por que segunda escravidão?” In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. *Escravidão e Capitalismo histórico no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016

internacional<sup>19</sup> e dos campos intelectuais e políticos dentro do próprio Império, que estavam a par dos debates sobre liberalismo e liberdade. A tensão vinha também da luta escrava, enfrentamentos cotidianos, lutas abertas, fugas e rebeliões, que se consolidavam à medida que, em novo contexto ocidental de mudanças sociais e políticas das primeiras décadas do século XIX.<sup>20</sup> Os senhores e autoridades, mesmo diante de ações fragmentadas dos cativos, se precavam contra rebeliões, vendo-as como algo possível, mantendo viva em suas memórias a grande revolução ocorrida na colônia francesa de Santo Domingos entre 1791 e 1804, quando escravos se levantaram contra a minoria branca francesa, expulsando-os da ilha de forma violenta. Os diversos momentos, em que os senhores tiveram de defender seus interesses e combater seus opositores, caracterizaram uma experiência coletiva senhorial.<sup>21</sup> A classe senhorial, desta forma, foi uma formação histórica à medida que se construiu a partir do contexto vivido.

A manutenção do escravismo e do tráfico internacional unia plantadores fluminenses, comerciantes de escravos e Estado imperial, o qual garantia a permanência do comércio de cativos perante a opinião internacional antiescravista.<sup>22</sup> O Estado imperial, ao se formar, possuía uma direção elaborada pela referida classe, representada pelo partido conservador, os chamados “Saquaremas”<sup>23</sup>, que atuavam como dirigentes

---

<sup>19</sup>Os ingleses pressionaram o Império do Brasil nas primeiras décadas do século XIX a extinguir o tráfico internacional de escravos, conseguindo influenciar a criação da lei sancionada em 7 de novembro de 1831 que tornava livres os escravos trazidos por navios negreiros que aportassem no Brasil, permitia a captura e apreensão de navios negreiros e estipulava multa aos contrabandistas. A questão é que tal lei foi ignorada pelos comerciantes de escravos e pelos seus compradores até 1850, quando finalmente extinguiu-se de vez o tráfico.

<sup>20</sup>SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Op.Cit. p. 44-45

<sup>21</sup>Segundo Ricardo Salles: “A precaução contra uma possível insurreição escrava de largas proporções e de alcance antiescravista – uma possibilidade sempre cogitada depois do Haiti – foi um importante fator na soldagem de solidariedades escravistas para além do âmbito das vivências imediatas desse ou daquele senhor, nessa ou naquela região em particular. Em conjunto com outros fatores, essa precaução conformou, enfim, uma experiência de classe coletiva, histórica, a partir da qual os proprietários individuais de escravos passaram a viver suas vidas, a situar-se no mundo – das Fazendas, das vilas, das cidades, mas também do Império, da Europa e da Civilização. Nesse momento, em articulação com a construção do Estado, as experiências dos senhores no Brasil passaram a ocorrer a partir de suas vivências na condição de classe senhorial”. Idem. *Ibidem*. p. 45-46

<sup>22</sup>Idem. *Ibidem*. p.47

<sup>23</sup>MATTOS, I. R. de. *O Tempo Saquarema, a formação do Estado Imperial*. Op. Cit. p.3

políticos desta classe senhorial. A dominação de classe unida ao Estado, acima mencionada, não se dava apenas pela coerção violenta, mas pela difusão moral e cultural de um ideal de civilização<sup>24</sup>, modos e costumes. Os membros da classe senhorial compartilhavam de comportamentos, visões de mundo, estilos de vida, valores, identidades – “uma cultura e um *éthos*”–, os quais eram impostos aos demais grupos sociais.<sup>25</sup>

A sociedade que se mantinha estava pautada na hierarquia política e administrativa de base regional entre as localidades próximas à Corte – Rio de Janeiro – e na hierarquia social escravista difundida em todas as regiões do Império.<sup>26</sup> A hierarquia social dividia os livres dos escravos, como também estabelecia clivagens dentro do próprio mundo dos livres, dos libertos e dos próprios escravos: livres proprietários de escravos em diferentes gradações, livres pobres donos apenas de si mesmo, livres dependentes de alguém, libertos com e sem escravos, escravos com ou sem escravos, etc.<sup>27</sup> A propriedade escrava era disseminada por quase toda a extensão do território nacional até pelo menos a década de 1860 e atingia diversos níveis sociais, o que tornava a liberdade e a escravidão elementos de distinção, chegando “a um denominador comum: a ordem escravista”<sup>28</sup>.

## 2. A família na historiografia e a questão do patriarcalismo

O tema da história da família, no Brasil, começou a ter atenção a partir da década de 1920, por meio de trabalhos ensaísticos. Esses primeiros estudos tinham como objeto as famílias abastadas e buscavam, em sua maioria, compreender a formação da

---

<sup>24</sup>Para a definição de Estado e sua ação conjunta com a classe senhorial: Idem. *Ibidem*. p. 3,92.; SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Op. Cit. p. 53

<sup>25</sup>Idem. *Ibidem*. p. 53.

<sup>26</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Op. Cit. p. 47

<sup>27</sup>MATTOS, I. R. de. *O Tempo Saquarema, a formação do Estado Imperial*. Op. Cit. p.125.

<sup>28</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Op.Cit. p.47.



identidade nacional brasileira, estabelecendo a relação entre família e Estado. Um dos principais autores que constituíram esse momento inicial da historiografia sobre a família foi Gilberto Freyre.<sup>29</sup>

Para Gilberto Freyre, estudando as áreas de Pernambuco e do Recôncavo baiano, a família patriarcal – caracterizada pelo domínio masculino sobre a casa, esposa e filhos, parentes e todo o engenho, afirmado através da violência e autoritarismo – era a ideia chave para se compreender a formação da sociedade brasileira. A família, nesse molde, se constituía como fator colonizador central, porque era a principal unidade produtiva, econômica, força social e, por consequência, a maior força política. Tal perspectiva acerca de família orientaria por muitos anos a historiografia sobre o tema.

No entanto, é na década de 1970 que se iniciam os estudos que tratam a família como um objeto específico de investigação, construindo um novo campo de pesquisa.<sup>30</sup> Segundo Sheila de Castro Faria, os referidos estudos tiveram suas referências na demografia histórica, na análise da economia doméstica realizada por brasilianistas e nos debates interdisciplinares dentro das ciências sociais<sup>31</sup>.

A demografia histórica<sup>32</sup> passou a ser utilizada à medida que os historiadores buscaram conhecer a configuração da família em épocas diversas. O conjunto de historiadores que no Brasil utilizou a demografia, especialmente a referente à

---

<sup>29</sup>FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 25. ed. São Paulo: José Olympio Editora, 1987; Oliveira Vianna também é um dos expoentes desse início da historiografia sobre família. Vianna percebia a família como a causa e agente fundamental da dinâmica e evolução da política brasileira, sendo a organização familiar – composta de forma hierárquica, na qual o pai controlava todos os demais membros – como a única forma de solidariedade possível na época colonial. VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973, v.1; Conferir também: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *As Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; MUAZE, Mariana. *Império do Retrato*. Op. Cit.

<sup>30</sup>FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e demografia histórica” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) *Domínios da História, Ensaios de Teoria e Metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 252.

<sup>31</sup>Sobre historiografia da família no Brasil, consultar: MUAZE, Mariana. *Pensando a família no Brasil: ganhos interpretativos a partir da micro-história* In: *Confluencia- Revista di Studi Iberoamericani*, vol. 8, N1, 2016, p. 10-27.

<sup>32</sup>O levantamento e a apuração de um número considerável de informações, como nascimentos e falecimentos, sobre populações ao longo do tempo.

metodologia desenvolvida pelo Grupo de Cambridge,<sup>33</sup> tem como características a utilização de fontes diversas, como inventários, testamentos, contratos de casamento e de dote, escrituras, e a relação direta que estabelecem entre a dinâmica das unidades familiares e os aspectos econômicos e políticos mais amplos.<sup>34</sup>

Nos anos de 1980, a ideia de “família patriarcal”, inicialmente postulada por Gilberto Freyre, se torna alvo principal de críticas.<sup>35</sup> As novas pesquisas haviam mostrado resultados empíricos que apontavam para a diversidade de modelos familiares nas diversas regiões do Brasil, contradizendo o predomínio da família patriarcal. Para a antropóloga Mariza Corrêa<sup>36</sup>, cujas considerações no texto *Repensando a Família Patriarcal Brasileira* resumem o debate em torno do referido modelo familiar, não seria possível reduzir a família ao quadro estático do grande engenho, tendo em vista a multiplicidade e complexidade da ocupação social e econômica do Brasil. Os resultados das pesquisas com dados demográficos para áreas do Sudeste, cidade de São Paulo e Minas Gerais, demonstram a não predominância da família extensa patriarcal nos séculos XVIII e XIX e a existência de número significativo de engenhos chefiados por mulheres.<sup>37</sup>

Entretanto, tais críticas às interpretações de Freyre vêm sendo rebatidas. De acordo com Sheila de Castro Faria, não há estudos com fontes seriais para Pernambuco

---

<sup>33</sup>Tal metodologia é caracterizada pelo quantitativismo e pela pesquisa de número amplo de regiões e de longos períodos para fins comparativos. FÁRIA, Sheila de Castro. “História da Família e demografia histórica” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) *Domínios da História, Ensaios de Teoria e Metodologia*. Op. Cit. p. 245

<sup>34</sup>Realizando um apanhado geral dos trabalhos que se utilizavam da demografia, Sheila de Castro Faria identifica a existência de mais estudos sobre a família para as regiões sudeste e sul do que para as demais regiões do país. Para a referida autora, também não há muitas pesquisas baseadas na metodologia e fontes características da história da família e da demografia histórica para o Vale do Paraíba no século XIX, importante região cafeeira do Império, dificultando a realização de estudos sobre sexualidade e gênero na área. O estudo da família, nesse sentido, seria a base para os demais temas. Idem. Ibidem. p. 258-559.

<sup>35</sup>Idem. Ibidem. p.260

<sup>36</sup>Corrêa critica mais diretamente Antônio Cândido, pois este é quem teria ampliado o uso do padrão “familiar patriarcal” para todo o território brasileiro, denominando outros grupos humanos de não familiares. CORRÊA, Mariza. “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes et al. *Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

<sup>37</sup>FÁRIA, Sheila de Castro. “História da Família e demografia histórica” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) *Domínios da História, Ensaios de Teoria e Metodologia*. Op. Cit.

ou Bahia que permitam contestar o patriarcalismo e o predomínio da família extensa nessas duas áreas. Não se tem certeza que, para Freyre, o patriarcalismo, o domínio masculino, seja sinônimo de família extensa. Para Ronaldo Vainfas<sup>38</sup>, o conceito é, ainda, importante para se entender a sociedade escravista brasileira e não equivale à família extensa. Não era uma preocupação de Freyre na formulação do conceito em questão o número de habitantes nas moradias, a menos que este fator denotasse o poder do pai da família. Nos últimos anos, os historiadores têm problematizado a família como um conceito que varia de acordo com o tempo, o espaço e a cultura, propondo-se uma história das famílias.<sup>39</sup>

O tema da família escrava vem se tornando o principal objeto de estudos, nos últimos anos, a partir da problematização em torno das diversidades temporais, espaciais e de classe dos tipos de família. Vários resultados de pesquisas demonstram que a família escrava era uma realidade mais comum do que se imaginava e questionam o controle total dos senhores sobre seus escravos.<sup>40</sup> O estudo da família vem, também, ganhando interesse renovado influenciado pela micro-história, voltando-se para a análise de trajetórias individuais e familiares e suas estratégias e redes sociais.<sup>41</sup>

Bart Barickman, outro historiador que rebateu as críticas ao conceito de patriarcalismo para estudar a família brasileira do passado, considera que não indica a coabitação de “noras, genros, netos, filhos casados, sobrinhos e outros parentes”<sup>42</sup> em uma mesma unidade doméstica. O conceito se refere à autoridade dos pais e dos maridos

---

<sup>38</sup>VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1997

<sup>39</sup>FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e demografia histórica”. Op. Cit. p. 241, 260; A família escrava vem se tornando o principal objeto de estudos, a partir desta problematização. Vários resultados de pesquisas demonstram que a família escrava era uma realidade mais comum do que se imaginava e questionam o controle total dos senhores sobre seus escravos. Idem. Ibidem. p. 373-374.

<sup>40</sup>FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e demografia histórica” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) *Domínios da História, Ensaios de Teoria e Metodologia*. Op. Cit. p. 241, 260.

<sup>41</sup>Idem. Ibidem. p. 373-374

<sup>42</sup>BARICKMAN, B. J. “E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835” In: *Afro-Ásia*, v. 29/30, 2003, p.120-121.

sobre seus filhos e esposas, isto é, ao poder pátrio.<sup>43</sup> Por diferentes caminhos de pesquisa, historiadores como Roberto Guedes, Silvia Brügger, Mariana Muaze e Cacilda Machado também propõem que se repense o conceito de patriarcalismo a partir de novas fontes e metodologias de trabalho.<sup>44</sup>

O autor identifica uma grande confusão conceitual nos embates entre os que defendem a ideia de patriarcalismo como um modelo familiar explicativo para a família brasileira dos séculos passados e os historiadores que a criticam. Não haveria contradição entre as conclusões sobre família, criadas por autores que afirmavam ser a família extensa, muito associada erroneamente à ideia de família patriarcal, a forma predominante no Brasil e as elaboradas por autores que defendiam ser a família brasileira sempre nuclear, pois as duas perspectivas provêm de definições diferentes de família. A forma de entender a família varia se a consideramos como rede de parentesco ou parentela; ou como grupo doméstico censitário, um fogo ou domicílio.<sup>45</sup>

A origem dessa indefinição de conceitos, de acordo com Barickman, estaria no próprio fato de que Gilberto Freyre não definiu o conceito de família patriarcal por ele criado e nem mesmo o de família.<sup>46</sup> Estas constatações, no entanto, não retiram o mérito da obra de Freyre, pelo contrário, suscitam análise aprofundada do conceito em questão, e por consequência, da própria obra. Faz-se necessário, ao trabalhar com tema de família, refinar, delimitar e definir os conceitos utilizados.

---

<sup>43</sup>Idem. Ibidem.

<sup>44</sup>GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008; BRÜGGER, S. M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade*. São Paulo: Annablume, 2007; MUAZE, Mariana Ferreira de Aguiar. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Op.Cit. MACHADO, C. “O patriarcalismo possível: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma”. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 23, n. 1, 2006; Idem, *A trama das Vontades: negros, pardos, e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*.

<sup>45</sup>BARICKMAN, B. J. “E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835” Op. Cit. p.121. SCOTT, Ana Silvia Volpi. “As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil”. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.51, jul/dez 2009.

<sup>46</sup>Idem. Ibidem p.122-130.

A família patriarcal continua, portanto, sendo uma importante chave conceitual para o estudo do tema e ainda é o centro de debates até o presente momento nos estudos brasileiros. Acreditamos que a ideia de família patriarcal, entendida como um tipo de organização familiar em que a figura do homem – como pai, esposo, filho ou irmão – era preponderante sobre os demais membros da família, nos ajuda a pensar as relações familiares no Brasil oitocentista. Outro importante aspecto deste conceito é a responsabilidade da figura do patriarca sobre o patrimônio e a manutenção da casa familiar no tempo através da articulação de estratégias de matrimônio, solidariedades e fortalecimento das redes de parentesco extensa<sup>47</sup>. Não se trata de transplantar o conceito formulado por Gilberto Freyre para o espaço e tempo que propomos estudar no presente trabalho, mas, com os devidos cuidados, perceber que os traços do patriarcalismo ponderados acima estavam presentes na família pertencente ao grupo dominante do Império.

### 3. Um problema, uma família e um método

A família que escolhemos como objeto para nossa análise se fixou nas proximidades de Vassouras ainda no final do século XVIII e, junto com outras famílias, participou do contexto de consolidação da classe senhorial na região do Vale do Paraíba Fluminense. A família Corrêa e Castro que estudamos teve sua formação a partir do casal Mariana das Neves Corrêa e Pedro Corrêa e Castro, o qual teve cinco filhos que chegaram à vida adulta: José Corrêa e Castro, Antônio Corrêa e Castro, d. Matinianna Quitéria, Pedro Corrêa e Castro e Laureano Corrêa e Castro. Estes constituíram a segunda geração da família e viveram o período de expansão e apogeu da riqueza proveniente da plantação de café, com uso de mão de obra escrava em larga escala. Como veremos, da

---

<sup>47</sup>MUAZE, Mariana. *O Império do retrato*. Op. Cit.

primeira propriedade, a Fazenda Santo Antônio, os irmãos saíram a adquirir suas próprias propriedades e expandir o patrimônio familiar, compondo um verdadeiro complexo cafeeiro de formação familiar<sup>48</sup>.

A história da família Corrêa e Castro se torna interessante para estar em um trabalho acadêmico em História Social porque, ao mesmo tempo em que ela é representativa de uma família idealizada pelos próprios oitocentistas, a família senhorial, também demonstra que na vida cotidiana esse modelo ideal de família tinha limites. A análise de um ramo desta família e das trajetórias dos seus membros nos possibilitou perceber que, no que toca à preservação e expansão de patrimônio, a formação de alianças com outras famílias abastadas, através dos casamentos dentro da mesma classe social, nem sempre foi o padrão seguido. No campo do vivido, há sempre possibilidades de outras experiências que podem ou não estar dentro dos parâmetros sociais moldados pela época histórica. Entender essas experiências vistas à época como desviantes do modelo ideal é entender a dinâmica da classe senhorial de forma mais ampla.

Alcançando a trajetória individual dos membros da família senhorial em questão, entrevemos que dentro de uma mesma família podia haver diferentes posturas. Um dos membros mais lembrados entre os memorialistas da família Corrêa e Castro, Pedro Corrêa e Castro, o barão do Tinguá, mantivera uma vida familiar com Laura Congo, escrava africana, com quem teve seis filhos. É importante dizer que somente com a abertura do testamento do falecido barão do Tinguá é que sua família foi oficialmente revelada. As diferenças que surgem, quando estudamos um caso como este, não contradizem ou põem em cheque o conjunto de valores modelares da classe senhorial a que pertenciam, mas se revelam como possibilidades que os indivíduos criam, em

---

<sup>48</sup>Sobre complexo cafeeiro ver: MUAZE, Mariana. *Novas reflexões sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial*. Op. Cit.

determinado contexto, para transitar entre esses valores no seu cotidiano.<sup>49</sup> Os demais irmãos, o comendador Antônio, o barão de Campo Bello e d. Martiniana Quitéria, dariam origem a mais duas gerações de prósperos homens da “boa sociedade”, tendo filhos em matrimônios oficiais, enquanto Pedro constituiria como herdeiros os filhos que tivera com Laura, com quem ele convivera durante boa parte de sua vida de forma não oficial.

Contudo, o caso de Pedro não é isolado e excepcional, apesar de suas peculiaridades, como veremos. Trata-se de um caso próximo do que Edoardo Grendi chamou de “excepcional-normal” à medida que a documentação que nos revela as confissões da vida privada de Pedro Corrêa e Castro – o testamento – parece excepcional, mas se caracteriza como uma prática social comum.<sup>50</sup> Era comum senhores terem relações com suas escravas, e, por consequência, gerarem filhos dessas relações e isso fazia parte dos costumes senhoriais, mantidos no âmbito do privado. O que não era comum era um senhor assumir publicamente a escrava como concubina durante a vida e assumi-la juntamente com seus filhos em testamento. Assim, o caso analisado se torna mais interessante.

Para emprendermos essa reflexão sobre a família do barão do Tinguá, buscando o vivido, os detalhes cotidianos, utilizamos o método da micro-história, caminhando para diminuição da escala análise.<sup>51</sup> Transitamos pela classe social, pela família e pelos membros da família, sem hierarquizar esses níveis, pois acreditamos, em

---

<sup>49</sup>Procuo entender o sistema decisório do indivíduo a partir das considerações de Giovanni Levi acerca do conceito de “estratégia”. “Uma racionalidade seletiva e limitada explica os comportamentos individuais como fruto do compromisso entre o comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrição.” LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 46; Devo ressaltar que tenho o cuidado de estar ciente que o contexto espacial, político e social analisado pelo referido autor é diverso do meu objeto.

<sup>50</sup>GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. “O nome e o como”. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo et. al. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand-Brasil, 1991, p.176-177.; GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>51</sup>REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998; REVEL, J. “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado” In: *Revista Brasileira de Educação*. v. 15 n. 45 set./dez. 2010

concordância com Jacques Revel, que o conhecimento dos processos sócio-históricos podem ser melhor compreendidos como resultados da multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, estratégias e táticas coletivas e individuais.<sup>52</sup>

Signatários da micro-história, lançamos mão dos recursos da busca dos indícios e da leitura atenta que pudesse retirar o máximo de informações das documentações que nos foram possíveis de serem consultadas. Os documentos que acessamos são de tipos variados e o leitor encontrará referências de testamentos, inventários, processos de doações, livros de batismo, atas da câmara municipal, notas de jornais, textos de memorialistas e anotações de memórias dos descendentes da família Corrêa e Castro. O principal recurso que possibilitou chegarmos a um resultado satisfatório quanto à localização dessa documentação foi o método nominativo, com o uso dos nomes e sobrenomes como pontos de partida para localizarmos documentos sobre os indivíduos e as famílias que precisávamos encontrar. Do nome encontramos informações sobre os ofícios, acontecimentos, as ligações com outros indivíduos e a situação social destes, fazendo correlações.<sup>53</sup> O trabalho que veremos nos próximos capítulos é o resultado da montagem de um quebra-cabeça formado por documentos fragmentários que submetidos a uma análise exaustiva nos permitiu conhecer um pouco do mundo social e familiar do século XIX, em Vassouras, município da região histórica e social do Vale do Paraíba Fluminense, no Império do Brasil.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, contaremos a história da formação da família Corrêa e Castro e o desenvolvimento de seu patrimônio familiar na primeira metade do século XIX, que coincidem com a construção de Vassouras como centro urbano do Vale do Paraíba. Ao acompanharmos a trajetória das

---

<sup>52</sup>REVEL, Jacques. “Micro-história, macro-história” Op. Cit. p. 433.

<sup>53</sup>GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. “O nome e o como”. In: *A Micro-História e outros ensaios*. Op. Cit. p. 174-176.



duas primeiras gerações dessa família, poderemos conhecer um pouco do funcionamento da vida de uma família proprietária de uma grande fazenda de café e como seus membros se embrenham também nos campos do poder político e das instituições de prestígio e das irmandades.

No segundo capítulo, iremos analisar a trajetória, no âmbito público e privado, de Pedro Corrêa e Castro, o barão do Tinguá. Acompanharemos um pouco de sua vida na fazenda e suas intervenções na vida urbana vassourense através da construção de sua influência política e social como vereador de Vassouras e como benemérito das irmandades locais nas décadas de 1840 a 1860. Em seguida, passamos à análise do seu testamento redigido em 1865 para adentrarmos em sua vida privada e conhecermos a família formada pelos filhos que tivera com Laura Congo.

Por fim, no terceiro capítulo, buscaremos a trajetória desses filhos – cinco mulheres e um homem – e sua inserção na sociedade oitocentista. Para tal, traçamos os perfis dos cônjuges das cinco filhas do barão, a fim de compreendermos com quem essas mulheres puderam estabelecer laços, se estes seguiram os moldes da família oitocentista<sup>54</sup> ou se diferenciaram por se tratarem de descendentes diretos de escravos. Os casamentos das filhas foram o elemento elencado para pensar numa possível inserção social de indivíduos provenientes de relações entre senhores e escravas.

---

<sup>54</sup>A historiadora Mariana Muaze designou de *família oitocentista* aquela que se configurou no século XIX como transicional entre o modelo patriarcal e nuclear, com forte ênfase no poder masculino como gestor da família e do patrimônio, do ideal de mulher baseado na maternidade e na valorização da infância. Em termos de comportamento, a família oitocentista, ideal dentro da classe senhorial, passava a valorizar a honra individual, a instrução, a etiqueta, e os elementos formativos de um *habitus* europeizado. MUAZE, Mariana. *O Império do Retrato*. Op. Cit.

# Capítulo I: Os Corrêa e Castro: patrimônio familiar e status social (1830-1850)

## 1.1 Os Corrêa e Castro: a construção de uma família

*Em menos de 30 dias, marchando de sol a sol, podem chegar os que partem da cidade do Rio de Janeiro às Minas Gerais. Dos Pousos Frios, se vai a primeira roça do capitão Marcos da Costa e dela em duas jornadas, à segunda roça que chamam de Alferes. Da roça do Alferes, em jornada, se vai ao Pau Grande, roça que agora principia.*

(Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, 1711)

A família Corrêa e Castro chegou à região de Vassouras vinda de Minas Gerais no século XVIII, assim como outras famílias mineiras que desceram o Vale do Paraíba fluminense em busca de novas atividades econômicas após a crise da exploração aurífera.<sup>55</sup> O alferes de ordenança Francisco Tavares, juntamente com o alferes Leonardo Cardoso da Silva foi um dos primeiros colonizadores da localidade denominada “Roça do Alferes”, citada por Antonil em 1711, e posteriormente alçada à Villa do Paty do Alferes.<sup>56</sup> Francisco Tavares se estabeleceu às margens do Caminho Novo, onde atualmente se encontra a fazenda Arcozelo, e lá ergueu a primeira capela da região, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, que, em 1726, foi transformada em curato. Em 1739, já como capitão, Francisco Tavares doou o terreno onde foi construída a primeira Matriz, criando-se a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alferes.

Os Corrêa e Castro de que tratamos aqui, descendentes do capitão Francisco Tavares, por sua importância política e pioneirismo na chegada à região, se constituíram, ao longo do tempo, como uma "boa família" do Império, conceituação usada à época para

---

<sup>55</sup>TELLES, Augusto C da Silva. “Vassouras: estudo da construção residencial urbana” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, n. 16, 1968. p. 38

<sup>56</sup>WERNECK, Francisco Klors. “O verdadeiro Alferes da Roça do Alferes - Paty” In: *Jornal do Comércio*. Domingo, 3 de Fevereiro de 1946. (Transcrito por Eduardo Corrêa e Castro)

designar um clã influente na localidade onde residiram e mantenedores de uma importante fonte de riqueza, no caso estudado, a produção de café. Seus membros exerceram cargos políticos importantes desde a fundação da vila de Paty do Alferes e, posteriormente, de Vassouras. Além disso, atuaram no funcionamento do núcleo urbano vassourense, sendo que dois deles com títulos de nobreza, e possuíram grandes fazendas cafeeiras e um vasto plantel de escravos, elementos de distinção na sociedade oitocentista. A fazenda Santo Antônio, situada na Freguesia de Sacra Família, pertencente inicialmente à vila de Paty do Alferes,<sup>57</sup> foi a primeira fazenda da família Corrêa e Castro na província do Rio de Janeiro, onde crescera uma geração próspera de barões e de oficiais da Guarda Nacional. Nas próximas linhas, acompanharemos a trajetória das duas principais gerações desta família em Vassouras.

Mariana das Neves Corrêa, a matriarca da família que aqui analisamos, era neta do alferes de ordenança Francisco Tavares e d. Isabel Corrêa de Oliveira, filha de João Corrêa Tavares e Ana Maria Pedrosa de Moraes, e nasceu em 1764, em Pinheiro do Sumidouro, local pertencente ao bispado de Mariana, na província de Minas Gerais. Seus pais possuíam uma roça e viviam na localidade das terras do referido alferes Francisco Tavares, às margens dos caminhos que levavam a Minas Gerais.<sup>58</sup> Dona Mariana casou-se em primeiras núpcias com José de Pontes França e teve três filhos: João de Pontes França (viúvo em 1837), d. Luiza Elisa do Céu casada com Manoel Rodrigues de Araújo

---

<sup>57</sup>BRAGA, Greenhalgh H. Faria. *De Vassouras: histórias, fatos, gente*. Rio de Janeiro: Ed.Ultra-set, 1972

<sup>58</sup>*Caderno de anotações de Lúcio Corrêa e Castro*. 1948 (Acervo familiar de Eduardo Corrêa e Castro e Sonia Sant'anna). As transcrições do Caderno de Lúcio Corrêa e Castro foram gentilmente cedidas por Eduardo Corrêa e Castro; SANT'ANNA, Sonia. *Barões e escravos do café: Uma história Privada do Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.; WERNECK, Francisco Klor. "O verdadeiro Alferes da Roça do Alferes - Paty" In: *Jornal do Commercio*. Domingo, 3 de Fevereiro de 1946. (Transcrito por Eduardo Corrêa e Castro). ; Há forte indício de que Mariana das Neves Corrêa e seus irmãos mais velhos, assim como seus pais, tenham vivido em Minas antes de habitarem a Roça do Alferes, visto que, na genealogia estudada por Lúcio Corrêa e Castro, Mariana e seus irmãos mais velhos têm seus batismos registrados em cidades pertencentes ao bispado de Mariana na província de Minas Gerais. "Concessão de sesmaria a João Corrêa Tavares" In: *Caderno de Anotações de Lúcio Corrêa e Castro*. Op. Cit. p.56

e d. Anna Esméria de Pontes (já falecida em 1837) <sup>59</sup>. D. Anna Esméria e seus filhos estiveram à frente da importante Fazenda de Serraria, em Paraíba do Sul<sup>60</sup>. De acordo com seus descendentes que traçaram sua genealogia, Mariana casou-se aos quatorze anos de idade com José Pontes França, nascido em 1730, filho de Miguel Pontes Francez, que se acredita ter sido um imigrante francês, e de Lucrecia Leme. José teria sido mais um dos desiludidos com a mineração que acabou se fixando também nas margens dos caminhos variantes do Caminho Novo. O casal se estabeleceu na região de Monserrat, na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e dos Apóstolos São Pedro e São Paulo da Paraíba, onde hoje se localiza o município Comendador Levy Gasparian, e abriu uma venda que atendia aos viajantes e tropeiros que passavam por ali.<sup>61</sup>

Depois de ficar viúva de João em 1771, Mariana das Neves Corrêa casou-se, em 1774, com Pedro Corrêa e Castro, natural também de Mariana, Minas Gerais. Pedro nasceu na década de 1740 e era filho de Domingos Corrêa Rabello e de Páschoa da Ressurreição e Castro. Antes do casamento, Pedro fora nomeado, em 1770, como escrivão do Registro de Paraibuna, localizado no caminho para o ouro, na divisa entre Minas Gerais e Rio de Janeiro.<sup>62</sup> Neste estabelecimento, era fiscalizada a passagem de pessoas, produtos e animais e, principalmente, eram cobrados os impostos devidos à coroa portuguesa. Esses postos tinham como finalidade maior vigiar e combater o

---

<sup>59</sup>*Inventário de D. Mariana das Neves Corrêa*. Inventariante: Pedro Corrêa e Castro. Centro de Documentação Histórica. Vassouras. Código: 101663572010, 1837. fls. 003f-011f.

<sup>60</sup>Os filhos de Ana Esméria de Pontes, que estão no Inventário de D. Mariana das Neves Corrêa, de 1837: Capitão Hilário Joaquim de Andrade casado com Mathildes Rosa de Andrade, moradores na Fazenda Serraria, termo da Vila de Paraíba do Sul; Francisco Rodrigues de Andrade casado com Francisca Maria de Pontes, moradores na Fazenda São João; Capitão José Lopes de Pontes casado com Maria Angelica das Dolores, moradores na Fazenda Gameleira, de Simão Pereira, termo da Villa de Barbacena, província de Minas Gerais; Capitão Antônio Rodrigues de Andrade casado com Maria Francisca Alvares de Andrade, moradores da Fazenda Payol, na Vila de Paraíba do Sul; Marianna Corrêa Bello viúva do Coronel Ricardo d'Oliveira Bello, moradora na Fazenda Retiro Feliz, termo de Barbacena; e D. Eufrásia Joaquina Corrêa. *Inventário de Mariana das Neves Corrêa*. Op.Cit. p.007f-016v. (Vide procurações transcritas no mesmo documento).

<sup>61</sup>*Caderno de anotações de Lúcio Corrêa e Castro*. Op.Cit.; SANT'ANNA, Sonia. *Barões e escravos do café: Uma história Privada do Vale do Paraíba*. Op.Cit.; WERNECK, Francisco Klors. "O verdadeiro Alferes da Roça do Alferes - Paty" Op.Cit.

<sup>62</sup>"Provisão de Nomeação" In: *Caderno de anotações de Lúcio Corrêa e Castro*. Op.Cit.

contrabando de ouro ou, em alguns casos, permitir o contrabando.

Da união entre Pedro Corrêa e Castro e Mariana das Neves Corrêa nasceram, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição e dos Apóstolos São Pedro e São Paulo, atual Município de Paraíba do Sul, José Corrêa e Castro (1775-1846), d. Matiniana Quitéria de S. Eliseu (1776-1847), Pedro Corrêa e Castro (1785-1869), Laureano Corrêa e Castro (1790-1861) e Antônio Corrêa e Castro (1792-1864).<sup>63</sup> Essa união deu origem a família Corrêa e Castro, que se instalou no começo do século XIX na Freguesia de Sacra Família do Tinguá, localidade próxima ao local onde viria a ser a vila de Vassouras. Em 1829, Vassouras era parte de uma fazenda e foi mencionada pelo viajante o Reverendo Walsh, quando passava pela aquela localidade. Walsh se referiu a ela apenas como um lugarejo chamado “Bassura”,<sup>64</sup> o qual se tornaria a vila e depois freguesia, também às margens das estradas do Comércio e da Polícia.

Pedro Corrêa e Castro e Mariana das Neves Corrêa adquiriram a Fazenda Santo Antônio<sup>65</sup> entre o final do século XVIII e início do século XIX e se fixaram na freguesia de Sacra Família do Tinguá. A Fazenda Santo Antônio se constituía inicialmente como engenho de açúcar, passando a ser local de plantio e produção de café a partir da década de 1830<sup>66</sup>. Dessa forma, acompanhou a transição de produtos ocorrida na região do Vale do Paraíba Fluminense. Célia Muniz menciona Pedro Corrêa e Castro no início de seu investimento na plantação de açúcar. Segundo a autora, Pedro mandava sua produção para ser moída no Engenho do Pau Grande, uma das maiores e mais antigas

---

<sup>63</sup>*Inventário de Mariana das Neves Corrêa*. Op. Cit.

<sup>64</sup>TELLES, Augusto C. da Silva. “Vassouras: estudo da construção residencial urbana” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, n. 16, 1968, p. 17

<sup>65</sup>Nas Escrituras transcritas por Lúcio Corrêa e Castro em seu caderno, a propriedade também aparece com a denominação de Santo Antônio da Pedra. *Caderno de anotações de Lúcio Corrêa e Castro*, Op. Cit. 1948, p. 17v, 20, 51, 58

<sup>66</sup>Idem. Ibidem. p.17v-18

sesmarias do Vale do Paraíba, localizada também próxima à Roça do Alferes.<sup>67</sup> Pedro Corrêa e Castro veio a falecer na primeira década de 1800, deixando Mariana viúva mais uma vez, e agora com uma grande propriedade para administrar.<sup>68</sup>

Por alguns anos, Mariana foi a administradora da Fazenda Santo Antônio e depois, em 1813, passou a administração para seus filhos Pedro e Laureano Corrêa e Castro. Dentre as anotações de Lúcio Corrêa e Castro, um descendente que transcreveu vários documentos referentes aos Corrêa e Castro e os reuniu num caderno datado de 1948 com a história familiar, consta a transcrição de uma escritura de 1824. Nesta escritura, Mariana das Neves Corrêa passava a administração da Fazenda Santo Antônio aos dois filhos já emancipados e dava-lhes o direito à remuneração anual de 200\$000 pelo serviço.<sup>69</sup> Os irmãos administravam a fazenda desde 1º de maio de 1813, e desse modo, receberam como pagamento retroativo de 2:200\$000 pelo trabalho já executado.

Mariana das Neves Corrêa faleceu em 31 de Agosto de 1837 deixando os filhos muito bem sucedidos no mundo da propriedade escravista, tanto na região de Paraíba do Sul quanto em Vassouras. Através de seu inventário, podemos ter uma visão geral da estrutura produtiva da fazenda Santo Antônio e da riqueza familiar dos Corrêa e Castro entre os anos 1837 e 1838, quando o mesmo foi produzido. Desta forma, nossa análise se inicia com o casal Mariana das Neves Corrêa e Pedro Corrêa e Castro, pais de Pedro Corrêa e Castro, futuro barão do Tinguá, e seus irmãos, cuja geração será o centro de nossa análise. Durante o inventário aberto em 1837, o filho Pedro Corrêa e Castro constou como o único administrador da propriedade Santa Antonio e inventariante dos

---

<sup>67</sup>MUNIZ, Célia. *A riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de vassouras, 1820-1890*. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005, p.130. A fazenda Pau Grande e sua transição de principal engenho de açúcar para grande *plantation* de café é estudada em: MUAZE, Mariana Ferreira de Aguiar. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. (Tese de doutorado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2006, parte 1.

<sup>68</sup>*Caderno de Anotações de Lúcio Corrêa e Castro*. Op. Cit.; WERNECK, Francisco Klors. “O verdadeiro Alferes da Roça do Alferes - Paty”. Op.Cit.

<sup>69</sup>*Caderno de anotações de Lúcio Corrêa e Castro*. Op.Cit. p. 20-20v

seus pais. A maior parte dos bens existentes nesta fazenda, como veremos mais à frente, será reservada a ele.

A propriedade Santo Antônio, entre 1837 e 1838, anos da avaliação no processo de inventário de Mariana das Neves Corrêa, tinha uma casa sobrado de vivenda grande, com dez janelas de frente e outras nove janelas ao longo do prédio<sup>70</sup> de fachada ornamentada. A quantidade de janelas envidraçadas de uma casa junto aos demais detalhes arquitetônicos externos denotava riqueza na sociedade imperial, a exemplo do vidro que era um material caro e de difícil acesso. O conjunto arquitetônico contava ainda com anexos para a cozinha e o forno. As terras que rodeiam a casa mediam 2.194,56 metros de frente e 5.486,40 metros de fundos.<sup>71</sup>

O interior da casa da Santo Antônio era decorado com vasta mobília. No inventário estão listadas 50 cadeiras de materiais diversos, 8 mesas de jantar entre pequenas e grandes, 1 mesa de jantar de jacarandá e 11 marquesas. De elementos decorativos, são citados 8 vasos, sendo 4 de vidro lapidado. Não temos referência da quantidade de quartos que a casa possuía, mas são mencionadas que nela havia 12 camas completas com colchões de algodão. Menciona-se ainda colchas de damasco e de chita, lençóis de algodão branco, travesseiros, cobertores de lã branca, toalhas finas e de algodão e toalhas de mão finas. Entre talheres e utensílios de cozinha e refeições, estavam um aparelho de jantar de prata completo com bandeja de 13 peças, mais 27 colheres de prata, um aparelho de jantar azul e outro de porcelana também completos e outro faltando peças; um aparelho da China para café faltando peças; 28 pratos brancos de pó de pedra, grandes e pequenos; 4 bacias, 3 bandejas pintadas, 6 tachos de cobre e 2 caldeirões. Como objetos de iluminação, o avaliador listou 7 mangas – castiçais – de vidro, 1 candeeiro de latão e 10 candeias de ferro de uso da casa. Mas, notemos que a casa não

---

<sup>70</sup>*Inventário de Marianna das Neves Corrêa*, Op. Cit. fl. 47v

<sup>71</sup>Idem. Ibidem.

tinha nenhum objeto feito com cristais, mas mesmo assim apresentava alguns objetos requintados (colchas de damasco, objetos de prata, louça de jantar azul), principalmente, se contextualizarmos ser um inventário da década de 1830, quando a riqueza do café ainda estava sendo construída.

A casa e seu interior foram avaliados em 14:000\$000 de réis no monte-mor.<sup>72</sup>

A partir dessa relação de bens avaliados do interior da casa, pode-se dizer que se tratava de uma residência modesta, típica desta época quando o café ainda estava despontando como principal produto na balança comercial brasileira. No entanto, não fugia ao padrão das demais casas das grandes primeiras fazendas da região no mesmo período, as quais eram, segundo Marcelo Ferraro<sup>73</sup>, caracterizadas pela simplicidade, com poucas peças decorativas e mais objetos rústicos. Os inventários da década de 1830 de grandes propriedades como a Santo Antonio não detalhavam os interiores das casas de morada, como as disposições dos cômodos, e apresentavam moradias simples, com pouquíssimos elementos decorativos e poucas peças de luxo, demonstrando maior investimento na derrubada das matas, preparação do terreno e das áreas produtivas das propriedades.<sup>74</sup> Tal padrão mais simples iria se modificar a partir da década de 1850, quando a riqueza e opulência do café e da classe senhorial fizeram despontar construções neoclássicas e ecléticas nas sedes das fazendas

Ainda de acordo com o mesmo inventário, na Fazenda Santo Antônio, em 1837, havia instalações de engenho de fabricação de açúcar, com moendas e um alambique já velhos, e instalações contíguas para beneficiamento do café, com pilões e ventilador, avaliados em 5:000\$000 de réis.<sup>75</sup> No entanto, não há menção no documento,

---

<sup>72</sup>Idem. Ibidem. fls. 47v-48v

<sup>73</sup>FERRARO, Marcelo. *A arquitetura da escravidão nas cidades do café, Vassouras, Século XIX*. São Paulo: Programa de pós-graduação em história social da Universidade de São Paulo. 2017(Dissertação de Mestrado). p. 26-28

<sup>74</sup>Idem. Ibidem. p. 26-28.

<sup>75</sup>*Inventário de Mariana das Neves Corrêa*. Op. Cit. fl. 48v



de nenhuma produção do açúcar. De acordo com Mariana Muaze,<sup>76</sup> até 1830, nas fazendas do Vale do Paraíba, o café dividia espaço nas fazendas com as produções de subsistência – milho, arroz e feijão – e de cana-de-açúcar para consumo externo e exportação. Em seus estudos sobre a sesmaria da Fazenda Pau Grande, situada em Paty do Alferes, na administração de Luís Gomes Ribeiro, Muaze verifica uma produção crescente, entre os anos de 1797 e 1810, de açúcar e aguardente. Esta produção era comprada por negociantes que a encaminhavam para Benguela e Lisboa, onde era usada no tráfico transatlântico de escravos africanos. No caso da Fazenda Pau Grande, a cultura do café só passou a predominar na década de 1830, “quando este produto já estava em ascensão no comércio mundial”.<sup>77</sup> A produção de café encontrou no Vale da Paraíba fatores favoráveis para se expandir. Nessas localidades, havia terras inexploradas, vias de escoamentos abertas ainda na época do ouro e um sistema de transportes feito por mulas – até o advento das ferrovias, na segunda metade do século XIX. Além dessas condições, o tráfico negreiro estabelecido entre os portos da África Central e do Brasil já estava montado e teve condições de suprir a alta demanda de mão de obra exigida pelo cultivo.<sup>78</sup> Também, impulsionadores externos como a independência do Haiti que desarticulou a produção cafeeira na ilha fizeram com que o Brasil rapidamente se organizasse para suprir a crescente demanda externa por café que havia se estabelecido desde a revolução

---

<sup>76</sup>MUAZE, Mariana. “O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial”. In: *Textos Autorais. Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*. Disponível em: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15\\_mariana\\_muaze.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf)&gt; Acesso em 1/10/2013; p.297

<sup>77</sup>Idem. Ibidem. p. 298. Ver também: MUAZE, Mariana Ferreira de Aguiar. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Op.Cit. O plantio de café se expande e aumenta rapidamente pela e na região do Vale do Paraíba. A região onde se situam as fazendas aqui mencionadas recebeu a cultura a partir da cidade do Rio de Janeiro, através da vertente do Caminho Novo em direção a Minas Gerais, aberto para escoamento do ouro na primeira metade do século XVIII. Nesse processo de interiorização do cultivo, foram fundadas as vilas de Paty do Alferes, Vassouras e Nossa Senhora da Glória. A abertura de duas ramificações do Caminho Novo, as estradas do Comércio (1813-1817) e da Polícia (1817) – as quais passavam por Vassouras e que viabilizaram o escoamento do café para os portos de Iguacu, Estrela e Porto das Caixas – foi, também, fator facilitador para as criações de inúmeras fazendas. MUAZE, Mariana. “O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial”. Op.Cit. p. 300; SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>78</sup>MUAZE, Mariana. “O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial”. Op.Cit.

industrial.<sup>79</sup>

Na fazenda Santo Antônio, ao final da referida década, o café já ocupava os morros e campos da fazenda somando 120.000 pés de café, no valor total de 27:960\$000<sup>80</sup>:

Quadro 1.1.

Localidade	Valor de cada pé	Número de pés de café	Valor
Morro do Jacaré	180\$000	18.000	3:240\$000
Paiol da Lagoa	200\$000	18.000	3:600\$000
Filisberto	080\$000	15.000	1:200\$000
Morro Boa Vista	320\$000	60.000	19:200\$000
Morro da casa	080\$000	9.000	720\$000
Total		120.000	27:960\$000

Mantimentos como feijão, milho e arroz também eram plantados em roças na propriedade. O avaliador contabilizou<sup>81</sup>:

Quadro 1.2.

Mantimentos	Quantidade	Valor por alqueire	Valor
Feijão	300 alqueires	1\$200	360\$000
Milho	250 alqueires	\$800	200\$000
Arroz	25 alqueires	\$800	20\$000
1 roça de milho	8 alqueires	75\$000	600\$000

<sup>79</sup>MARQUESE, R. & TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do Mercado mundial do café no século XIX” In: MUAZE, M.; SALLES, R. (org). *O vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. RJ: 7 Letras/ Faperj: 2015.

<sup>80</sup>*Inventário de Mariana das Neves Corrêa*. Op.Cit. fls. 48v-49f

<sup>81</sup>Idem. Ibidem. fls.50f-50v

(em local chamado Serra do Retiro)			
1 roça de milho	7 alqueires	42\$857	300\$000
Total			1:480\$000

Uma roça de café “em casca” com 7.115 alqueires foi avaliada por 6:000\$000 no inventário e aparece na lista de mantimentos, isto é separada da lista de cafezais.<sup>82</sup> Tratava-se de um café já colhido e seco, com valor monetário superior ao café no pé, e deveria ser vendido o mais depressa possível. Foram contadas entre as ferramentas 62 inchadas, 37 foices, 6 foicinhas, 13 machados, 9 cavadeiras. Também havia 2 tonéis de depósito de água, um fole de ferro e uma roda de mandioca.<sup>83</sup> A quantidade de ferramentas para o eito denotam a existência de uma atividade de plantio e colheita intensa já na década de 1830, além da existência de uma vasta escravaria que utilizava tais instrumentos.

O avaliador também contabilizou a quantidade de animais, em Santo Antônio: 23 bois de carros, 3 vacas, 3 bois novos e 2 novilhas, 64 porcos de engorda, 50 outros porcos e 82 leitões.<sup>84</sup> O número de porcos sugere que, na Fazenda, havia uma produção de carne de porco que ultrapassava a subsistência, o que era bastante comum na região até a década de 1820, conforme relatou o viajante Charles Ribeyrolles.<sup>85</sup>

Na Fazenda, além da casa de vivenda, havia outras casas dedicadas à produção e ao trabalho agrícola: uma que servia de paiol e casa de café<sup>86</sup> assoalhada com

---

<sup>82</sup>Idem. Ibidem. fl.50v

<sup>83</sup>Idem. Ibidem. fls. 49v-50f

<sup>84</sup>Idem. Ibidem. fl.49v

<sup>85</sup>Segundo o autor, a região de Sacra Família que pertenceria a Vassouras abastecia a corte de lombos de porco e salsichas, algumas consumidas pelo próprio d. João VI. RIBEYROLLES, Charles. *Brazil pittoresco*. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1859.

<sup>86</sup>LIMA, Roberto Guião de Souza. “O Ciclo do Café Vale-paraibano”. In: *Textos Autorais. Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*. Disponível em:

varandas e uma divisão coberta de telha; uma casa velha sem serventia de madeira e assoalhada com varanda e um compartimento; e uma casa de madeira bruta coberta de capim com um forno de torrar farinha e um monjolo. Possuía ainda moinho coberto de telhas com as pedras.<sup>87</sup> As características das casas de produção de café, isto é se assoalhada ou coberta com telhas, demonstram que houve investimento por parte dos administradores na qualidade dessas construções para o trabalho, o que iria se traduzir numa melhor qualidade do café beneficiado.

As senzalas da fazenda Santo Antônio formavam um corredor, eram velhas, feitas de madeira bruta e cobertas de telhas. Lá habitavam grande parte dos cerca de 130 escravos elencados no inventário, nome a nome e com seus respectivos valores. O perfil da disposição das senzalas em “corredor” parece ser semelhante à construção em “linha” que foi, de acordo com Rafael B. Marquese, uma das primeiras formas planejadas de senzalas, propostas pelo senhor antilhano P. J. Laborie no final do século XVIII. No Brasil, no Vale do Paraíba, o planejamento das senzalas teria originado a novidade da senzala em “quadra”, proposta por Francisco Peixoto Werneck, barão de Paty do Alferes, em publicação de 1847.<sup>88</sup> As senzalas passaram a ser planejadas de modo a proporcionar controle e vigilância por parte do senhor sobre a escravaria. Segundo Marquese, as senzalas assim planejadas começaram a aparecer no Vale do Paraíba a partir da década de 1840, diferentemente do período anterior, quando tais edifícios apresentavam o perfil de pequenos casebres separados, que proporcionavam maior autonomia ao escravo, e

---

<[http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-cafe\\_pg-13-a-39.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-cafe_pg-13-a-39.pdf)>. p. 25

<sup>87</sup>Inventário de Mariana das Neves Corrêa. Op.Cit.

<sup>88</sup>MARQUESE, Rafael. *Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860*. In: Anais do Museu Paulista. v. 13. n.2. jul.-dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v13n2/a06v13n2.pdf>, p. 169, 172-173. A partir de 1840, no Vale do Paraíba, as senzalas passam a ser construídas em “quadra”. Tal padrão se caracterizava por sua forma retangular, dividida em compartimentos, que se comunicavam apenas pelo acesso ao terreiro. Não havia janelas nessas construções, que ficavam próximo às outras construções ligadas ao trabalho que fechavam, junto com a casa de vivenda, um cerco, composto por portões e muros. Deste modo, a vigilância à senzala era intensificada. Idem. Ibidem. p. 174.

possuíam a organização interna baseada nos padrões africanos.<sup>89</sup> Nesse sentido, a característica das senzalas da fazenda Santo Antônio mencionada no inventário de Mariana das Neves Corrêa torna-se um fato interessante, apontando talvez uma anterioridade desse tipo de construção em determinadas grandes propriedades do Vale.<sup>90</sup>

O número de escravos elencados no inventário de Mariana caracteriza a fazenda dos Corrêa e Castro como uma *megapropriedade*, se vista pela perspectiva do conjunto das demais fazendas da região.<sup>91</sup> O plantel inventariado se constituía de 98 homens e 37 mulheres e era majoritariamente africano, com apenas 25 crioulos e alguns pardos, filhos dos escravos. Todo o plantel foi avaliado em 45:907\$000.<sup>92</sup> A grande quantidade de africanos se explica pela farta oferta de escravos provenientes do tráfico atlântico em pleno vigor, a despeito da lei de 1831. Ricardo Salles, em seus estudos demográficos através de inventários, identifica a maioria de homens africanos nos plantéis como uma tendência nas fazendas vassourenses até 1850. A partir da Lei de Eusébio de Queirós, aprovada no referido ano, determinando o fim efetivo do tráfico atlântico de escravos, essa característica se modificaria rapidamente, havendo o aumento do número de crioulos, filhos de africanos nascidos no Brasil e seus descendentes, por compra ou nascimento na fazenda.<sup>93</sup>

As mulheres, homens e crianças que aparecem como escravos no inventário eram provenientes de 11 “nações” africanas diferentes. A maioria vinha do Congo, Moçambique e Cabinda e tinham entre 20 e 40 anos de idade.<sup>94</sup> Vinte deles aparecem

---

<sup>89</sup>Idem. Ibidem. p.171-172

<sup>90</sup>Marquese menciona o fato de que algumas fazendas no Vale já na década de 1830 começavam a erguer senzalas em linha. Idem. Ibidem. p.172.

<sup>91</sup>De acordo com Salles, segundo pesquisa feita sobre os plantéis de Vassouras, os “megaproprietários” eram proprietários que possuíam mais de 100 escravos. SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Op. Cit. p.155.

<sup>92</sup>*Inventário de Mariana das Neves Corrêa*. Op. Cit. fls.44f-47v

<sup>93</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Op. Cit. p.181-182

<sup>94</sup>A faixa etária identificada no plantel da Fazenda dos Corrêa e Castro é representativa da característica dos

como casados, mas sem referências aos cônjuges, e apenas 5 mulheres têm citadas ligações familiares de tipo maternidade.<sup>95</sup> Neste último caso, a menção aos filhos se deve ao fato de que estes eram muito pequenos: Mariana Cândida, mãe de uma filha de nome Júlia, parda de 1 ano; Gertrudes Cabinda, mãe de Manoel de 1 ano; Mariana Benguela, mãe de Domingos de 2 meses e Anna Benguela, mãe de Theodora de 6 meses de idade.<sup>96</sup>

Na mesma relação de escravos, são citadas à parte quatro escravas para serem arroladas no testamento de Mariana das Neves Corrêa. Podiam elas fazer parte da fazenda, mas não estavam trabalhando na propriedade e já estavam na posse dos herdeiros a quem seriam destinadas. Maria Lucinda do Congo de 37 anos, Feliciano Congo de 30 anos, Felícia Angola de 25 anos e Laura Congo de 27 anos eram, certamente, escravas domésticas que lidavam, no cotidiano, com a família Corrêa e Castro.<sup>97</sup> A última escrava mencionada será tratada posteriormente nesta pesquisa.

A área global da fazenda foi repartida entre os 6 herdeiros. A fazenda tinha formato de polígono quadrilátero com área de 3.980.190 braças superficiais quadradas e fora repartida em seis partes da seguinte forma: dois pedaços iguais e os outros quatro em medidas distintas. No entanto, dois dos irmãos passam parte de suas áreas para os outros herdeiros. Laureano, na época coronel da Guarda Nacional, passou 75.160 braças à Martiniana Quitéria de S. Eliseu, através do cabeça do casal Francisco José Maria de Assis, esposo da herdeira. E, Pedro, tenente e coronel da mesma instituição, transferiu 6.037 braças ao irmão capitão Antônio.<sup>98</sup>

---

demais plantéis de outras fazendas de Vassouras avaliados na década de 1830: uma população escrava recente, haja vista que esse período marca a implantação das grandes lavouras na localidade. Idem. Ibidem. p. 232.

<sup>95</sup>De acordo com Salles, os inventários das décadas de 1820 e 1830 de Vassouras não costumam apresentar registros referentes aos casamentos de escravos. Entretanto, deve-se observar mais uma vez que os plantéis eram ainda recentes, formados por fluxos constantes de escravos homens em maioria. Idem. Ibidem. p.219-220.

<sup>96</sup>*Inventário de Mariana das Neves Corrêa*. Op. Cit.

<sup>97</sup>Idem. Ibidem. fls. 50v-51f

<sup>98</sup>Idem. Ibidem. fls.41v-42f.

A fazenda Santo Antonio, primeira propriedade adquirida pelos Corrêa e Castro em Vassouras entre o final do século XVIII e início do XIX, trinta anos depois tinha se tornado uma grande propriedade produtora de café. Se no início, o patriarca Pedro tinha de ir ao grande engenho do Pau Grande para beneficiar a cana de açúcar que plantava na Fazenda Santo Antônio, cerca de trinta anos depois, sua propriedade já era provida de paiol, moinho, forno e casas para a nova cultura que começava a dominar o Vale do Paraíba fluminense, o café. Mesmo no que toca à produção de açúcar, Marianna e Pedro chegaram a montar um engenho com moenda e alambique na Fazenda, conforme encontramos, em 1837, na avaliação constante no inventário de Marianna.

Fazendo uma análise comparativa com os outros 109 inventários abertos no período de 1829 a 1840 na região de Vassouras constantes na base de dados cedida por Ricardo Salles, pudemos notar que Marianna Corrêa e Castro pertencia a um grupo seletivo de apenas sete megaproprietários, isto é, senhores com mais de 100 escravos.<sup>99</sup> Para esse período, verificamos que 40,9% dos inventariados eram pequenos proprietários com 5 a 19 escravos, 22,7% eram médios proprietários, com 20 a 49 escravos e somente 6,4% eram grandes proprietários, com 50 e 99 escravos. De certo, a mão de obra escrava para o trabalho nas fazendas estava difundida naquela sociedade, visto que sua aquisição era acessível devido ao tráfico internacional que resistiu a Lei de 1831, que estipulava o fim da entrada de escravos através do referido tráfico para o Brasil. Quanto aos megaproprietários, que representavam 6,4% dos inventários de 1829 a 1840: O inventário do casal Felipe Ferreira Goulart e Caetana Rosa de Leme de 1829 possuía 102 escravos; em 1835, no inventário de Emerenciana Maria de Jesus foram arrolados, também, 102 escravos; em 1835, o inventário de Manoel Ferreira da Silva possuía 139 escravos

---

<sup>99</sup>Base de dados elaborada por Ricardo Salles acerca dos plantéis descritos nos inventários post-mortem de 1821 a 1880 abertos em Vassouras. Para a classificação utilizada ver: SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Op.Cit. p.155. BORGES, Magno Fonseca. *Protagonismo e Sociabilidade Escrava em Vassouras: 1821-1850*. (Dissertação de Mestrado) Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2005.

arrolados; no inventário de Francisco Vieira Pacheco de 1837 foram arrolados 103 escravos; igualmente em 1837, na avaliação dos bens de Marianna das Neves Corrêa foram contabilizados 129 escravos; em 1839, Suzana Maria de Jesus esposa de Manoel Avellar e Almeida possuía 119 escravos; e 1840, Manoel Francisco Xavier, um dos maiores proprietários da então Freguesia de Paty do Alferes, tinha arrolado em seu inventário 446 escravos, o maior plantel do período.

Os números acima apresentados demonstram, além da disseminação da mão de obra escrava pelos diferentes perfis de propriedades, que havia em Vassouras concentração da propriedade escrava nas mãos de um pequeno grupo de senhores nas primeiras décadas do século XIX. Desse modo, somos levados a concordar com as constatações de Ricardo Salles, quem identificou a concentração e disseminação da propriedade escrava em Vassouras, sinalizando também para a relevante desproporção entre uma grande população escrava e uma minoria de pessoas livres, que favoreceria a solidariedade entre os livres e a disseminação do *éthos* senhorial-escravista na região.<sup>100</sup>

Temos aqui, diante do inventário de Marianna das Neves Corrêa, datado de 1837, um caso de uma propriedade e seus proprietários que viveram e participaram da implantação do café na região de Vassouras. Isso implica dizer que participaram da montagem do que viria a ser o grande sistema de produção de café no Vale e que, como sabemos, se tornaria a região econômica mais importante do Império do Brasil. Veremos mais à frente que os Corrêa e Castro não se detiveram a atuar apenas dentro das porteiras da fazenda Santo Antônio e das tantas outras fazendas que abriram, com seus pés de café, agindo juntos com integrantes de outras famílias no campo do poder político e social.

A expansão da riqueza familiar também se deu porque os herdeiros dos dois casamentos de d. Mariana das Neves Corrêa fizeram acordos entre si, prevalecendo na

---

<sup>100</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Op.Cit. p.155-169.



partilha os filhos do segundo matrimônio: os Corrêa e Castro de Vassouras. Os herdeiros do primeiro casamento, d. Luiza Elina do Céu, e os filhos de d. Anna Esméria de Pontes, já falecida, decidem renunciar suas participações na partilha, ficando apenas João de Pontes França como participante no Inventário, evitando assim a partilha das terras e escravaria.<sup>101</sup> O tenente-coronel Pedro Corrêa e Castro recebeu a maior parte dos bens produtivos da fazenda, que era o maior patrimônio de sua mãe Mariana e do seu pai Pedro. Como inventariante, Pedro recebeu a quase totalidade dos bens da Fazenda, os quais deveria distribuir em dinheiro aos outros herdeiros. Ele permaneceu como administrador da Santo Antonio, mesmo reduzida em extensão após a partilha. Com o tempo, continuou quitando as pendências da partilha com seus irmãos com outros bens que eram seus. De acordo com as anotações de Lúcio Corrêa e Castro, Pedro Corrêa e Castro cedeu, em 1841, aos seus irmãos Laureano e Antônio sua parte na Fazenda “Secretário Grande”, equivalente a 33:000\$000<sup>102</sup>. Segundo Augusto Telles, os irmãos Corrêa e Castro trabalharam na agricultura desde muito jovens, inicialmente, nas terras pertencentes à Fazenda Pau Grande e depois foram adquirindo terras e fundando grandes fazendas de café.<sup>103</sup>

Os três irmãos Pedro, Laureano e Antônio adquiriram a fazenda de “Secretário Grande” em 1835 do antigo proprietário Capitão João Alves de Souza Guimarães. Após a cessão de Pedro de sua parte aos outros dois sócios, estes dividiram a propriedade em duas partes iguais, ficando a promissora Fazenda Secretário para Laureano e a Fazenda Cachoeira para Antônio. Antônio e sua esposa, como observa Lúcio Corrêa e Castro, também em 1841, terminaram de passar seu quinhão na Secretário

---

<sup>101</sup>Esse tipo de prática em relação à herança recebida por mulheres era comum quando o montante a ser pago como herança era menor do que o dote pago no ato do casamento. A lei dizia que a filha poderia escolher entre descontar o dote de sua parte na herança e receber o restante ou abrir mão da herança. Assim, muitos maridos, como cabeça do casal, abriam mão das heranças de suas esposas, pois o valor a receber seria negativo. Ver: MUAZE, Mariana. *Império do Retrato*, Op. Cit..

<sup>102</sup>*Caderno de anotações de Lúcio Corrêa e Castro*. Op.Cit. p.16v

<sup>103</sup>TELLES, Augusto C. da Silva. “Vassouras: estudo da construção residencial urbana”. Op. Cit. p. 40

Grande, que possuía engenho de açúcar, gado, escravos e benfeitorias no valor de 21:000\$000.<sup>104</sup>

A Fazenda Secretário de Laureano Corrêa e Castro se tornou, ao longo do tempo, uma das maiores propriedades cafeeiras da região, sendo reconhecida por sua prosperidade nas redondezas e na Corte.<sup>105</sup> Em meados do século XIX, mereceu estudo de Charles Ribeyrolles, Emílio Zaluar e fotografia, depois transformada e publicada como litogravura, de Victor Frond em 1858. Segundo Ribeyrolles, em suas observações, e Emílio Zaluar, em seus estudos publicados no Jornal *A Reforma*<sup>106</sup>, a riqueza da propriedade era devido aos esforços e trabalho de Laureano, já referenciado na época com o título de barão de Campo Bello, descrito como “trabalhador infatigável”<sup>107</sup>, “um homem de ardente energia e vontade inquebrantável”<sup>108</sup>.

---

<sup>104</sup>*Caderno de anotações de Lúcio Corrêa e Castro*. Op. Cit. p. 17f

<sup>105</sup>RIBEYROLLES, Charles. *Brazil pittoresco*. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1859.

<sup>106</sup>*A Reforma, Orgão Democrático*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Cód.: TRB00043.0170, Label: 226440, Edição 00018, Sexta-feira, 24 de janeiro de 1873; Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/di%C3%A1rio-do-rio-de-janeiro/094170>>, Folha 1 verso.

<sup>107</sup>RIBEYROLLES, Charles. *Brazil pittoresco*. Op.Cit. p. 99.

<sup>108</sup>*A Reforma, Orgão Democrático*. Op.Cit. Folha 1 verso

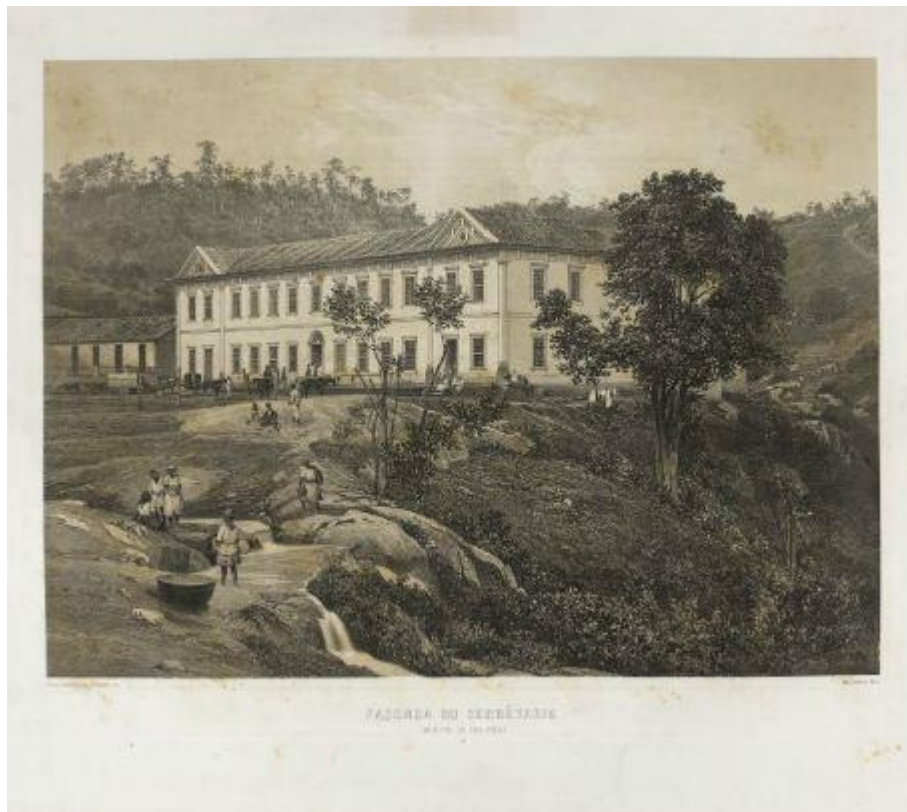


Imagem 1.1: Casa de vivenda da Fazenda Secretário. Litogravura feita a partir de fotografia de Victor Frond, 1859.<sup>109</sup>

Em seu artigo, Emílio Zaluar descreveu a história da propriedade como tendo duas fases: a primeira caracterizada pelo “sistema de cultura extensiva” e a segunda pelo “sistema de cultura intensiva”.<sup>110</sup> De acordo com esse último autor, a Fazenda do Secretário seria um exemplo a ser contemplado da passagem do primeiro para o segundo sistema, que acabaria por ocorrer no panorama agrícola do Brasil na década de 1870. Segundo ele, essa transformação era necessária, devido à importante questão que se colocava: a dificuldade, cada vez maior, de se adquirir a mão de obra escrava e a visualização de um futuro em que se teria a preocupação em pagar salários:

---

<sup>109</sup>JACOTTET, Louis-Julien. *Fazenda do Secretário: Municípe de Vassouras (1)*. Paris [França]: Lemerrier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav., litografia, pb. Disponível em: <[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=6790](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=6790)>. Acesso em: 3 nov. 2017.

<sup>110</sup>*A Reforma, Orgão Democratico*. Op.Cit. Folha 1 verso

*E tanto mais urgente é apressar esta necessária transformação, quanto à falta de braços e de instrumentos de trabalho, não tarda a suscitar tremenda e grave questão de salário, em relação aos operários agrícolas, questão até hoje esquecida por aqueles que não conhecem ou procuram iludir a sua importância.*<sup>111</sup>

A primeira fase da Secretário seria marcada pela administração do primeiro proprietário e fundador da Fazenda, Laureano Corrêa e Castro, o referido barão.<sup>112</sup> De acordo com Zaluar, através de seu natural ímpeto empreendedor, Laureano teria adquirido e desenvolvido, em poucos anos, um conjunto de propriedades de terra – as fazendas e áreas menores –, que equivaleria a “muitas sesmarias”, uma “verdadeira circunscrição regional”, tornando-se um rico proprietário. No entanto, o autor aponta que, nas décadas de 1820 e 30, quando do desenvolvimento inicial da Secretário, havia facilidade para a compra de terras, vendidas a preços “módicos”, e para adquirir os instrumentos de trabalho e “o braço” escravo. Tal panorama havia mudado nas décadas de 1860 e 70, momento em que escreve Zaluar.<sup>113</sup>

Assim, Laureano teria empregado um sistema extensivo no trabalho agrícola em sua propriedade, o qual dependia de tempo, pois extraía e utilizava as potencialidades naturais e mais acessíveis da terra, de forma rudimentar, no processo de adubagem e plantio:

*Realizou o primeiro período de cultura florestal, pôs em prática o sistema extensivo, aproveitou a riqueza dos primeiros minerais, derrubou florestas virgens e com os detritos das queimadas fecundou o solo que devia produzir as primeiras e abundantes safras de café.*<sup>114</sup>

Até meados dos anos de 1860, a fazenda funcionaria muito bem dessa forma.

---

<sup>111</sup>Idem. Ibidem.

<sup>112</sup>“[...] no Sr. barão de Campo Bello se acha a personificação do sistema de cultura extensiva, porque ao seu tempo e nas circunstâncias que o rodeavam não era possível o emprego de outro processo [...]” Idem. Ibidem. Folha 2 frente

<sup>113</sup>Idem. Ibidem. Folhas 1 verso- 2 frente

<sup>114</sup>Idem. Ibidem. Folha 2 frente

Contudo, após a morte do barão, assumiu seu filho, o Dr. Christovão Corrêa e Castro, em sociedade com sua mãe, Euphrázia Joaquina do Sacramento, a baronesa de Campo Bello. A administração de Christovão marcaria a segunda fase da Secretário caracterizada pela adoção do “sistema intensivo” na propriedade, um uso inteligente da terra. Segundo Zaluar, no período de falecimento do barão, Secretário encontrava-se em situação não tão boa:

*Se bem que novas e abundantes plantações de café auspiciassem um próspero futuro à fazenda do Secretário, não é menos verdade que grande parte de suas terras eram já tidas como terrenos cansados e que além disto a parte financeira do estabelecimento se achava operada com dívida não pequena.*<sup>115</sup>

De acordo com Emílio Zaluar, em onze anos sob direção de Christovão, a Secretário teve todas as suas dívidas quitadas e continuou em crescente prosperidade. A Fazenda possuía uma casa de moradia confortável, ostentando grandeza. O engenho, os terreiros, as senzalas e os currais ainda eram os mesmos de quando o barão era vivo, dispostos em semicírculo ao redor da casa de moradia. Mas havia novidades que eram marcas da sua nova fase: um esplêndido e amplo jardim. Na descrição de Zaluar, o mesmo possuía pomares, plantas exóticas e flores, expressando a sensibilidade e instrução de Christovão, um advogado de formação.<sup>116</sup>

Em consonância com as tendências da ciência agrícola vindas da Europa e com as necessidades da agricultura no Brasil daquele período, de meados de 1870, Dr. Christovão investiu na Fazenda Secretário, especificamente no sítio Retiro, utilizando máquinas importadas na lavoura, beneficiamento e preparo do café, além de outros produtos. Os engenhos eram movidos por máquina a vapor americana de sistema *Lidgerwood*, moinhos e serras americanas capazes de agilizar o trabalho agrícola, arados

---

<sup>115</sup>Idem. Ibidem

<sup>116</sup>Idem. Ibidem.

que preparavam terras antes inúteis e o *Semeador de Smith*, que puxado por apenas um cavalo e manuseado por uma ou duas pessoas, realizava em um dia o trabalho de oitenta homens.<sup>117</sup> A base desses melhoramentos, de acordo com Zaluar, era o controle rígido das despesas através de registros e o cálculo preciso. Dr. Christovão só avançava em seus investimentos, à medida que obtinha ganhos reais com as primeiras iniciativas modernizadoras, evitando “aventuras” especulativas. Nesse ponto, Emílio Zaluar fala de um “capital” acumulado a partir dos períodos de sistema extensivo e com novos recursos, utilizados com cautela:

*Para não agravar as verbas de instalação do novo sistema de cultura, o judicioso fazendeiro espera os resultados práticos do melhoramento ensaiado para se abalancar a novas tentativas. Assim consegue aperfeiçoar gradualmente a sua lavoura, sem jamais comprometer o capital em aventureiras especulações.*<sup>118</sup>

Zaluar retrata dois períodos personificados em Laureano Corrêa e Castro e seu filho Christóvão Corrêa e Castro. A Fazenda do Secretário sob a direção de Laureano Corrêa e Castro caracterizaria, de acordo com a explanação de Emílio Zaluar, como construção de uma era de prosperidade, que iria até 1850. A administração de Christóvão, por sua vez, viveu o início de uma crise da escravidão e do próprio sistema, sinalizado por Emílio Zaluar, quem propôs um modelo que arrastaria a produção agrícola por mais alguns anos. Modelo este que é justamente o empregado por Christóvão.

É nítida a visão de progresso que Zaluar projeta sobre a história da fazenda de Secretário. O autor tece muitos elogios ao barão de Campo Bello, mas vê em Cristóvão o homem do progresso, apesar de mencionar que o primeiro teria influenciado o segundo no trato com a administração da Fazenda.<sup>119</sup> De qualquer forma, a descrição do viajante nos mostra o poder da família Corrêa e Castro como grandes proprietários de terras e

---

<sup>117</sup>A *Reforma, Orgão Democrático*. Op.Cit. Edição 00019, Sábado 25 de janeiro de 1873, folha 1 verso.

<sup>118</sup>Idem. Ibidem.

<sup>119</sup>A *Reforma, Orgão Democrático*. Op. Cit. Edição 00018, Sexta-feira, 24 de janeiro de 1873, folha 2 frente.

escravos durante quase todo o século XIX.

Opinião parecida tinha o francês Charles Ribeyrolles que viajou pela província do Rio de Janeiro em meados da década de 1850. Passando por Vassouras, registrou, em suas anotações publicadas em 1859, comentários sobre dois irmãos da família Corrêa e Castro: o Barão do Campo Bello, dono da Fazenda de Secretário, e o Barão do Tinguá, proprietário da Fazenda Santo Antônio.<sup>120</sup>

Ribeyrolles, assim como Zaluar, ficou impressionado com a grandeza da fazenda de Laureano Corrêa e Castro, a Fazenda de Secretário, e com a rotina de trabalho nela realizada. O francês relata a vastidão da propriedade com morros cobertos de pés de café e a hospitalidade com que seu proprietário recebia os visitantes. De acordo com o viajante, toda essa suntuosidade era fruto de duas décadas de muito labor "de um homem só". Contudo, o trabalho escravo usado na Secretário, que possuía um grande plantel de cativos<sup>121</sup>, chamou-lhe a atenção pela sua violência, fato que causou-lhe certa repulsa. No entanto, o viajante ressaltou que, ao exprimir sua estranheza pelo emprego da mão de obra escrava, não estava criticando o senhor da fazenda e sim o sistema como um todo:

*Ai fiquei alguns dias estudando essas disciplinas de trabalho forçado que via pela primeira vez, e devo dizê-lo, a violência não me desaprouve o olhar. Mas em mim o senso humano sofria: não podia trabalhar.*

*Não se dirige isto ao proprietário da Secretário; trabalhador infatigável, velando desde ao romper do dia, há quarenta anos, que ele está a testa do canteiro, como seus negros; e a lei que ele aplica é a velha lei de seu país. Mas essa lei viola, ultraja em mim o ideal de justiça; e ver essas almas em escravidão me sangrava o espírito. Assim pois salve o patrício Cortez, e seu gracioso agasalho do Secretário, deseje ao Brasil muitos proprietários como esse, e a todos eles desejo o duplo libertamento do trabalho livre, e justiça.<sup>122</sup>*

Outro irmão, Antônio Corrêa e Castro, comendador e herdeiro, estabeleceu-se

---

<sup>120</sup>RIBEYROLLES, Charles. *Brazil pittoresco*. Op. Cit. p. 98

<sup>121</sup>Em 1873, data do Inventário da Baronesa do Campo Bello, a Fazenda Secretário possuía 352 escravos. *Inventário da Baronesa do Campo Bello*, Cód. 102663733006, Centro de Documentação Histórica- CDH, Vassouras, 1873.

<sup>122</sup>Idem. *Ibidem*. p.99

na propriedade Fazenda de Castro, fundada a partir da porção de terra que lhe coube com a divisão da Fazenda Santo Antônio, em 1838, onde residia anteriormente com os pais.<sup>123</sup> Em 1841, quando também passou suas terras na Fazenda Secretário a Laureano, comprou de seu irmão José a Fazenda da Tapera. Antônio Corrêa e Castro, em 1856, era o único dos irmãos que estava na lista dos fazendeiros que possuíam “engenho de café movidos a vapor” no periódico *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, demonstrando um investimento em tecnologia de ponta já nos anos 50.<sup>124</sup> De acordo com as anotações de Lúcio Corrêa e Castro, Antônio possuía outras propriedades, mas residia na Fazenda de Castro, onde havia um oratório, no qual foi autorizada a realização de missas. Lá havia também um médico que morava na propriedade para atender a família e os agregados.<sup>125</sup>

José Corrêa e Castro estabeleceu a fazenda Tapera, na parte que lhe coube da Fazenda Santo Antônio na partilha do Inventário de sua mãe. Em 1841, passou, como já citado acima, esta propriedade, que possuía uma boa casa, ao seu irmão Antônio.<sup>126</sup> Cinco anos depois, no ano de sua morte, José realizou doação perpétua à matriz de 40:000\$000 por meio de escritura, estipulando que a quantia deveria ser aplicada em apólices da dívida pública até 1850, para arcar com obras, ornamentos e as festas da padroeira. Ele fez ainda outras doações de outras quantias para as obras de construção da igreja e do adro da mesma.<sup>127</sup>

As anotações de Lúcio mencionam José Corrêa e Castro como um homem excêntrico. Na sua casa na vila de Vassouras, a sala de jantar tinha as paredes ornadas

---

<sup>123</sup>*Caderno de anotações de Lúcio Corrêa e Castro*. Op.Cit., p. 60v-61f

<sup>124</sup>“XIII – Município de Vassouras, Freguezia da Villa” In: *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira, Cód.: TRB00428.0072, Label: 313394b, Edição 00013, 1856, p.117. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394b&PagFis=3025>>

<sup>125</sup>*Caderno de anotações de Lúcio Corrêa e Castro*, Op. Cit. 60v-61f

<sup>126</sup>Idem. Ibidem. 51v-52; 56v-57

<sup>127</sup>Idem. Ibidem. p.44v-45



com papéis de parede que representavam os funerais de Napoleão Bonaparte e outros temas correlatos que chamavam a atenção das pessoas que o visitavam. Ao cair da tarde, às 18:00 horas, momento de rezar as Ave-Marias, mandava tocar música, isto após ter sido criticado por mandar tocar corneta. E, ainda, Lúcio conta que José fazia passeios por Vassouras acompanhado de sua mucama da seguinte forma: “Quando ia a Vassouras levava a sua mucama Joanhina. Para revidar as críticas que lhe faziam, mandou vestir a mucama com o traje de amazonas, cordão de ouro, chapéu e entrou com ela triunfalmente na cidade.”<sup>128</sup>

José Corrêa e Castro não chegou a viver a era áurea do café em Vassouras, não se caracterizando como um grande fazendeiro, como seus irmãos viriam a ser. Apesar disso, José possuiu muitos bens e recebeu na partilha do inventário dos seus pais, escravos e cafezais, mesmo não tendo tido tempo para se dedicar a eles, no momento favorável que foram as décadas de 1840 e 1850. De acordo com Ricardo Salles, os períodos de *implantação* em Vassouras teriam ocorrido entre 1821 a 1835, no qual o cultivo de açúcar passa a ser abandonado e substituído gradualmente pelo café. A *expansão* do café teria ocorrido entre 1836 e 1850, quando a produção vassourense atinge seus maiores números. A fase de *apogeu*, entre 1851 e 1865, marcaria o momento de diminuição do ritmo da produção, devido à escassez de terras ainda não cultivadas e o fim da entrada de novos escravos com o término do tráfico atlântico. Tal fase caracterizou o período de auge da *segunda geração* de senhores, da qual fazem parte os irmãos Corrêa e Castro que aqui estudamos, embora, também, tenham erguido fazendas, contribuindo para a expansão da cultura cafeeira na região. É nesse último intervalo de tempo que os filhos dos desbravadores da região viveram o prestígio, o luxo, ao receberem títulos de nobrezas, condecorações e reconhecimento por parte da Corte imperial. Posteriormente,

---

<sup>128</sup>Idem. Ibidem. p. 52

de 1866 a 1880, teríamos a fase de *grandeza*, quando as fazendas, apesar da inexistência de terras não cultivadas e da diminuição da produtividade dos cafezais antigos, ainda “era um bom negócio”, devido à propriedade da mão de obra escrava, a qual já se reproduzia naturalmente.<sup>129</sup>

Martiniana Quitéria do Santo Elizeu, a única irmã mulher dos Corrêa e Castro que aqui estudamos, representada por seu marido, José Maria de Assis, como cabeça do casal na partilha recebeu também sua parte da Santo Antônio, a qual deu origem a Fazenda do Retiro.<sup>130</sup> No caderno de Lúcio Corrêa e Castro, há breves anotações sobre o inventário do esposo de Martiniana Quitéria, no qual estavam avaliadas duas fazendas, a Retiro e a São Sebastião, adquirida de Marcelino José de Avellar, genro do casal. A Fazenda do Retiro teria 90 mil pés de café e a Fazenda São Sebastião 121 mil pés de café, totalizando com mais outros bens o valor de 135:758\$000 de réis.<sup>131</sup> De acordo com a base de dados do historiador Ricardo Salles, o inventário do esposo de Martiniana data de 1853 e nele foram arrolados 98 escravos.<sup>132</sup>

Além de receberem seus pedaços de terra na ocasião do inventário da mãe Mariana das Neves Corrêa, os irmãos Laureano, Antônio, José e Martiniana Quitéria, na década de 1830, já possuíam ou começavam, portanto, a desenvolver suas próprias fazendas também produtoras de café. É relevante considerar que é nesse período que a cultura do café começa a se estabelecer no Vale fluminense, dando impulso ao processo de ocupação desta região e início à formação de um grupo social enriquecido à custa desse produto e dos braços que o produziam.<sup>133</sup> Tal grupo compõe, como já vimos, a classe senhorial. Sendo assim, podemos afirmar que os Corrêa e Castro fizeram parte da

---

<sup>129</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Op. Cit. p. 150-154.

<sup>130</sup>*Caderno de anotações de Lúcio Corrêa e Castro*, Op.Cit., p. 57

<sup>131</sup>Idem. *Ibidem*.

<sup>132</sup>Base de dados elaborada por Ricardo Salles acerca dos plantéis descritos nos inventários post-mortem de 1821 a 1880 abertos em Vassouras.

<sup>133</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Op. Cit. p.139, 141, 155

formação, junto com outras famílias, desse contexto de consolidação da classe senhorial e seu estilo de vida em Vassouras, uma das áreas cafeeiras e escravistas mais importantes do Império.<sup>134</sup>

## 1.2. Das porteiras das fazendas para os locais de poder da vila

*Aos quatro dias do mês de Julho de mil e oitocentos e trinta nesta Igreja Paroquial da Freguesia de Sacra Família. A mesa provisória da Nova Irmandade, de N. S. da Conceição, Padroeira desta Paróquia [...] pelo que seguiu-se a eleição por escrutínio, e saiu eleito para Juiz (Juiz) o irmão Cap. Mor, Custódio Ferreira Leite, com doze votos, para Juíza, a irmã D. Marianna das Neves Corrêa, com doze votos, para Escrivão o irmão Major Laureano Corrêa e Castro, com doze votos[...] irmão Cap. Pedro Corrêa e Castro com oito votos, o irmão Cap. Marcelino José de Avellar com doze votos[...].O que para constar se lavrou este termo em que o irmão da mesa assinarão, Juiz e mais oficiais e irmãos de mesa assinaram, em fé de que fiz este termo em que me assinei. Ass. Laureano Corrêa e Castro Escrivão da Irmandade.*<sup>135</sup>

A primeira Irmandade formada em Vassouras e que dominaria por anos, e até os dias atuais, a propriedade de grande parte da área do centro da vila de Vassouras – hoje cidade – teve sua primeira reunião no dia quatro de julho de 1830 na Igreja de Sacra-Família, freguesia pertencente à Vila de Paty do Alferes. Nessa data, de acordo com o relatório de Joaquim José Teixeira Leite, Vassouras era apenas uma povoação com poucas construções, cerca de quatro a cinco casas, e a sua Igreja principal ainda estava em construção.<sup>136</sup>

Em 1823, o casal João Teixeira Gomes e Ana Maria do Espírito Santo, que era filha de um dos desbravadores do local, Luiz Homem d’Azevedo, doaram 360 braças de terra, pertencentes a sua fazenda, para Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de

---

<sup>134</sup>De acordo com Salles, Vassouras se insere na própria formação da classe senhorial do Império. “Além do núcleo urbano mais importante do Vale, Vassouras concentrava grandes fazendas, fortunas e numerosa população escrava, e por isso, boa parte da camada superior da boa sociedade imperial. A cidade adquiriu prestígio e fama durante o Império, projetando essa imagem também para a posteridade.” Idem. Ibidem. p. 148-149

<sup>135</sup>“Ata da 1ª Reunião da meza da Irmandade da N. S. da Conceição”, Livro 1º de Atas da Irmandade de N. S. da (Glória) Conceição de Vassouras. In: *Caderno de anotações de Lúcio Corrêa e Castro*, Op.Cit.

<sup>136</sup>Relatório da Administração Municipal, Sessão ordinária e de posse em 7 de janeiro de 1849, por Joaquim José Teixeira Leite. In: BRAGA, Greenhalgh H. (Comp.) *Vassouras de Ontem*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1975. p.119

Sacra-Família do Tinguá.<sup>137</sup> Nesse local, o casal estipulou que deveria ser construída uma Igreja Matriz tendo como padroeira o mesmo título mariano. Porém, tais terras foram trocadas com Francisco José Teixeira Leite, cujas terras eram cortadas pela Estrada da Polícia, sendo nestas últimas realizada a construção da Igreja. Tal construção começou em 1828, quando Custódio Ferreira Leite, futuro barão de Aiuruoca e membro da Irmandade, realizou uma subscrição pública para esse fim. Até 1838, só a capela principal tinha ficado pronta e a obra teve continuidade a mando do Governo Provincial. Segundo o Desembargador Alexandre Joaquim de Siqueira<sup>138</sup>, o corpo, as duas torres, consistório e sacristia ficaram prontos em 1850, mas ainda havia em 1852 – ano em que escreve o autor – alguns ajustes a fazer.<sup>139</sup> Ao redor da matriz, ainda havia uma sorte de terras que pertenciam à igreja, as quais passariam a ser propriedade da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Seria, também, ao redor dessa matriz, que se formaria o centro urbano de Vassouras.

Marianna da Neves Corrêa, viúva, e seus filhos Pedro e Laureano Corrêa e Castro, em 1830, ainda estavam relativamente juntos na administração da Fazenda Santo Antônio, situada na Freguesia de Sacra-família. No período de sua elevação à freguesia em 1750, a região de Sacra-família do Caminho Novo do Tinguá possuía 1.000 fiéis e 130 casas.<sup>140</sup> Nesta freguesia, onde a família Corrêa e Castro se fixou e que, nas décadas de 1820 e 1830, já exercia influência, Marianna foi eleita pelos irmãos da nova Irmandade com 12 votos à juíza, na primeira reunião da dita Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, como podemos ver em sua Ata transcrita acima. Seus filhos

---

<sup>137</sup>TELLES, Augusto C. da Silva. “Vassouras: estudo da construção residencial urbana” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Op.Cit. p. 22

<sup>138</sup>Foi vereador de Vassouras nos períodos de 1837-1840 e 1841-1844. MARTINS, Antonio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Vassouras. Rio de Janeiro. Edição Particular. 1993

<sup>139</sup>SIQUEIRA, Alexandre Joaquim da. “Memória Histórica do Município de Vassouras”, 1852 In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria. (Comp.) *Vassouras de Ontem*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1975.

<sup>140</sup>RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. 2.ed. Rio de Janeiro: SEEC, 1978.

Laureano e Pedro Corrêa e Castro também estavam juntos a sua mãe na criação dessa instituição que expressava religiosidade e poder. Todos os seus filhos foram integrantes da referida Irmandade até o final de suas vidas.

A Freguesia de Sacra-Família e a povoação de Vassouras, como já citamos nas linhas acima, estavam submetidos à vila do Paty do Alferes, a qual foi elevada à condição de vila em 4 de setembro de 1820 por um alvará com força de lei expedido por d. João VI.<sup>141</sup> A administração dessa região ocorria a partir de uma vereação composta por homens eleitos pertencentes às localidades com as atribuições de tratar das obras públicas, promover e realizar a manutenção das estradas e vias, cuidar dos bens públicos e dos assuntos econômicos e exercer função de polícia.<sup>142</sup> Até 1824, segundo José Martins, a administração da vila estava nas mãos de pessoas de Paty do Alferes.<sup>143</sup> Nos anos que se seguiram, começaram a tomar a frente fazendeiros de Sacra Família e de Pau Grande, como os Corrêa e Castro, os Gomes Ribeiro de Avellar e os Teixeira Leite.<sup>144</sup> Participaram das legislaturas, também, integrantes da família Werneck, cujas propriedades se situavam na região mais próxima à vila de Paraíba do Sul. Laureano Corrêa e Castro foi eleito pela primeira vez, em 1826, e foi dos irmãos Corrêa e Castro quem mais participou da administração municipal.

A vila de Paty do Alferes teve breve existência, uma vez que não conseguia devolver-se. No seu centro, havia poucas casas e vias públicas, não existiam ainda prédios para abrigar o conselho e a cadeia, a igreja não tinha sido concluída, além de seu difícil acesso para os próprios vereadores que vinham de outros locais.<sup>145</sup> A razão desse

---

<sup>141</sup>MARTINS, Antonio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Vassouras. Rio de Janeiro. Edição Particular. 1993, p. 14

<sup>142</sup>Idem. *Ibidem*. p. 7

<sup>143</sup>Idem. *Ibidem*. p. 18

<sup>144</sup>TELLES, Augusto C. da Silva. “Vassouras: estudo da construção residencial urbana” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, n. 16, 1968. p. 21

<sup>145</sup>MARTINS, Antônio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Op.Cit. p. 20; FORTE,

não desenvolvimento da Vila de Paty seria as disputas entre Capitão Mor Manoel Francisco Xavier, que havia comprado a Roça do Alferes, e Antônio Luiz Machado dono da área onde se fixou, forçadamente, o centro da vila. Francisco Xavier acabou conseguindo preservar parte de sua propriedade, ao contrário de Antônio Luiz, que teve de ceder uma parte de suas terras, onde começou-se a construir uma igreja para a municipalidade.<sup>146</sup> A questão era que esses senhores locais, assim como outros, não queriam que suas propriedades fossem cortadas por vias e logradouros públicos. Assim, em 1833, após terem sido indagados por um Ofício enviado a todas as vilas pelo Ministério da justiça a respeito da situação da sede da vila, os vereadores votaram por unanimidade em reunião a favor da transferência da sede da vila para Vassouras. Estavam presentes Laureano Corrêa e Castro, o presidente da câmara, Francisco das Chagas Werneck, Joaquim Ribeiro de Avellar (futuro barão de Capivary), Francisco Ignácio Pacheco de Mello e José Inocêncio de Andrade Vasconcellos. Nesse dia, não compareceram Manoel Francisco Xavier, Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar (futuro barão de Guaribu) e Francisco José Teixeira Leite (futuro barão de Vassouras). Este último não compareceu a reunião, mas com o auxílio de seu tio Custódio Ferreira Leite, entrou em contato com os ministros da Regência para afirmar a mudança de sede.<sup>147</sup>

A extinção da vila de Paty e a mudança para Vassouras fizeram parte do jogo de poder, político e econômico, entre os fazendeiros das regiões do Vale mencionadas. Para os Corrêa e Castro, de Sacra Família, e os Teixeira Leite, da localidade de Vassouras, era interessante trazer o centro administrativo para mais perto de suas propriedades. Quanto aos Ribeiro de Avellar e os Werneck, seus votos a favor da transferência foram também uma represália a Manoel Francisco Xavier, quem, inclusive,

---

José Mattoso Maia, “Notícia histórica e descritiva de Vassouras: A Fazenda do Secretário.” In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria. *Vassouras de Ontem*. Op. Cit.

<sup>146</sup>TELLES, Augusto C. da Silva. “Vassouras: estudo da construção residencial urbana” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Op.Cit. p. 20

<sup>147</sup>MARTINS, Antonio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Op.Cit. p.20

não compareceu àquela sessão, e a tentativa de aproximação de seus aliados políticos, por mais que a viagem para as reuniões passasse a ser mais longas.<sup>148</sup>

Em 15 de Janeiro de 1833, por decreto, Vassouras passa a ser vila tendo como termo as Freguesias de Sacra-Família e de Paty do Alferes, que volta a condição anterior.<sup>149</sup> A primeira sessão da câmara em Vassouras foi conduzida, em 20 de março de 1833, pelo presidente da câmara Laureano Corrêa e Castro, com a presença dos vereadores do mandato de 1833-1836: Francisco José Teixeira Leite, Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar, Antônio Delfim da Silva, Francisco Ignácio Pacheco Mello, Joaquim Ribeiro de Avellar, José Inocêncio de Andrade Vasconcellos.<sup>150</sup> De acordo com Alexandre Joaquim Siqueira, em 1833 a povoação de Vassouras tinha quatro casas e a capela principal da Matriz.<sup>151</sup>

Após a elevação à vila, de algumas poucas casas o centro de Vassouras, no entorno da Igreja Matriz, isto é, nas terras da Irmandade Nossa Senhora Conceição de Vassouras, foram surgindo grandes casas, prédios, praças e ruas, ao longo do tempo. Para Augusto da Silva Telles, o desenvolvimento do centro urbano de Vassouras, que teria sido rápido, tinha como uma das causas o interesse dos senhores locais e atuação destes nesse processo.<sup>152</sup> Esse grupo de senhores era composto majoritariamente por fazendeiros e capitalistas ligados à cafeicultura, que, em sua maioria, faziam parte da Irmandade Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e ao mesmo tempo eram vereadores ou tinham familiares na Câmara.

A primeira proprietária das terras do entorno da matriz era, como já dito

---

<sup>148</sup>MUAZE, Mariana. *Relatório histórico de Vassouras e das personagens ligadas ao Museu Casa da Hera*. 2017.

<sup>149</sup>MARTINS, Antonio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Op.Cit. p.20

<sup>150</sup>Idem. *Ibidem*. p.22

<sup>151</sup>SIQUEIRA, Alexandre Joaquim da. “Memória Histórica do Município de Vassouras”, 1852 In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria. (Comp.) *Vassouras de Ontem*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1975, p.108

<sup>152</sup>TELLES, Augusto C. da Silva. “Vassouras: estudo da construção residencial urbana” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Op.Cit. p.32

acima, a Irmandade que foi passando aos interessados lotes de terras mediante pagamento de foro anual.<sup>153</sup> Aos componentes da Câmara coube promover a abertura de vias públicas, a construção de praças e dos prédios para a administração pública e para a coerção, o prédio da Câmara e a Cadeia. Segundo Telles, não havia embate entre Irmandade e a Câmara, à medida que seus integrantes eram os mesmos.<sup>154</sup>

As narrativas contemporâneas e posteriores tratavam de enfatizar, em cada notícia sobre uma nova construção urbana, o nome do ilustre senhor que a mandara construir, seja porque este fora o vereador que colocou o empreendimento em pauta ou abriu uma subscrição pública. Servimo-nos de muitos desses textos, os quais nos permitem perceber a formação da imagem aristocrática que essa classe de plantadores escravistas e capitalistas vai construindo junto com a Vila de Vassouras.

Na legislatura de 1837-1840, Laureano permaneceu como presidente da câmara. Em 1838, no mês de novembro, estourou a revolta escrava iniciada pelos escravos de Manoel Francisco Xavier. Acredita-se que dela participaram cerca de 300<sup>155</sup> escravos pertencentes às Fazendas da Freguesia e Maravilha, propriedades de Xavier. É possível que escravos de outras propriedades também tenham se juntado ao levante. Os escravos saíram da Fazenda da Freguesia e foram para as matas próximas, no dia 5. Na noite seguinte, seguiram para a Fazenda Maravilha e libertaram os escravos do eito e da casa grande, seguindo novamente para as matas próximas. Após Manoel Francisco Xavier acionar as autoridades locais, foi mobilizada a Guarda Nacional local comandada pelo Coronel Francisco Peixoto Lacerda Werneck com cerca de 160 homens. Os escravos rebelados conseguiram manter-se escondidos nas matas por alguns dias, até que, no dia 11, a tropa do Coronel Werneck os alcançou, deixando um saldo de 20 escravos mortos.

---

<sup>153</sup>Idem. Ibidem. p. 31

<sup>154</sup>Idem. Ibidem. p.32

<sup>155</sup>BRAGA, Greenhalgh H. *De Vassouras: histórias, fatos, gente*. Op. Cit. p. 60



Foram capturados 22 escravos, dentre eles Mariana Crioula e Manoel Congo, quem foi dado como líder da revolta. As tropas enviadas da capital da província para auxiliar a Guarda local chegaram a Vassouras quando o movimento já havia sido desfeito. Dos escravos que a Guarda Nacional não conseguiu alcançar, alguns se entregaram e outros pediram apadrinhamento em fazendas locais. Na conclusão do processo criminal, nove escravos foram absolvidos, e os demais tiveram como sentença açoites. O único condenado à execução em praça pública foi Manoel Congo. Durante o período de perseguição aos escravos revoltosos, a Câmara da vila de Vassouras esteve em sessão permanente com a presença dos vereadores, também fazendeiros e senhores de escravos, presidida por Laureano.<sup>156</sup> Outros casos de revoltas, em menor escala, agitações entre os escravos somadas à experiência da revolta de Manoel Congo levaram os fazendeiros de Vassouras a formar uma comissão permanente, cujo presidente escolhido foi Laureano, com a finalidade de estudar meios para conter os escravos, evitando novas rebeliões.

Das reuniões da referida comissão, produziu-se um documento intitulado *Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros do Município de Vassouras*, publicado pela Tipografia Episcopal Guimarães e Cia. no Rio de Janeiro em 1854. A publicação das instruções era voltada para os fazendeiros da região, que, segundo a comissão, deveriam aderi-las para o bem da localidade e do país. Cada membro da comissão seria responsável por propagar as instruções e monitorar a ação dos fazendeiros da localidade sobre a qual ficaram responsáveis:

*Os membros da Comissão Permanente (cada um relativamente aos fazendeiros moradores no distrito que lhe couber inspecionar) devem empregar todos os meios a seu alcance para convencerem os ditos fazendeiros do perigo das insurreições e da necessidade, quanto antes, de adotarem providências que obstem e previnam terrível mal.*<sup>157</sup>

---

<sup>156</sup>BRAGA, Greenhalgh H. Faria. *De Vassouras: histórias, fatos, gente*. Op.Cit. p. 61.

<sup>157</sup>“Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros do Município de Vassouras”, In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria. *De Vassouras: histórias, fatos, gente*. Op.Cit. p.65

As instruções enfatizavam a ideia de que era necessário que os fazendeiros começassem a ter colonos, pessoas livres em proporção ao número de escravos. Enquanto pessoas livres poderiam ser colonos leais em potencial que protegeriam seus patrões, os escravos eram os inimigos inconciliáveis dos seus senhores. Seria a implantação paulatina de colonos nas fazendas uma medida de segurança diante de possíveis rebeliões escravas e um cálculo com efeitos a longo prazo que considerava a escassez de mão de obra escrava e o fim da escravidão como acontecimentos inevitáveis, uma vez que, em 1850, os portos tinham sido fechados para o tráfico de escravos africanos. Havia ainda as instruções para o trato com a escravaria sobre evitar que escravos de fazendas diferentes se comunicassem entre si; permitir momentos de divertimento aos cativos, porque “quem se diverte não conspira”; conceder roças para que plantassem para eles próprios; estimular celebrações e festividades católicas, a fim de estimular uma religiosidade correta; e manter uma vigilância mais firme, fechando as senzalas quando a escravaria fosse dormir e impedindo que os cativos tivessem armas. Os colonos deveriam receber armas, guardadas em lugar seguro, a serem usadas em caso de alguma agitação.<sup>158</sup>

Se caso o fazendeiro resistisse às instruções, não as cumprindo, tal postura seria informada ao presidente da comissão, na ocasião, Laureano, quem convocaria uma reunião para estudar meios de persuadir o referido recalcitrante.<sup>159</sup> Assinaram o documento, além de Laureano Corrêa e Castro, proprietário da Fazenda do Secretário, Joaquim Francisco de Farias, Domiciano Leite Ribeiro e Joaquim José Teixeira Leite.

No período de 1841 a 1844, não mais como presidente, Laureano Corrêa e Castro exerceu seu último mandato. Em 1856, quando sua Fazenda Secretário estava no auge de sua produtividade e riqueza, recebeu o título de barão de Campo Bello. Nos anos

---

<sup>158</sup>Idem. Ibidem. p.65-68.

<sup>159</sup>Idem. Ibidem. p.60

seguintes, quase como um revezamento entre irmãos, Pedro Corrêa e Castro é quem esteve como vereador, por dois mandatos seguidos, de 1845 a 1848 e de 1849 a 1852, e como suplente de 1853 e 1856, sendo que já havia sido juiz municipal em 1838.<sup>160</sup> Na visita de d. Pedro II a Vassouras em fevereiro de 1848, Pedro Corrêa e Castro se prontificou em receber o imperador em seu sobrado no centro da Vila, fazendo parte da comissão de recepção. Em seguida, ao ser agraciado com o título de barão do Tinguá com grandeza por sua recepção ao imperador, doou a quantia de 10 contos de réis para a construção de uma Santa Casa de Misericórdia, que ficou pronta em 1853, após outras doações feitas por Pedro.<sup>161</sup>

Na primeira metade do século, os irmãos Laureano e Pedro estiveram na política através da câmara municipal, participando do início da formação de Vassouras. José Corrêa e Castro, até a data de seu falecimento, 1846, fez doações de grandes quantias de dinheiro para a Igreja Matriz e à urbanidade que nascia. Antônio, assim como Laureano, prosperava com suas propriedades, as Fazendas de Castro e Tapera. Pedro permaneceu como administrador da Fazenda Santo Antônio, não mais tão extensa como era antes da partilha no inventário de sua mãe, d. Marianna. Aprofundando-nos sobre a figura de Pedro Corrêa e Castro no próximo capítulo, continuaremos a acompanhar o crescimento da vila, que se torna um dos maiores municípios cafeeiros e escravistas do Império, e a formação da classe senhorial, da qual sua família fez parte.

---

<sup>160</sup>MARTINS, Antonio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Op.Cit. p.24-29

<sup>161</sup>*Atas da Câmara Municipal de Vassouras*. Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. RJ: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 290, janeiro/março, 1971. p. 77-95.

## Capítulo II: Tinguá: vida pública e privada de um barão do Império

Pedro Corrêa e Castro, inventariante e maior herdeiro do casal Corrêa e Castro, permaneceu na Fazenda materna como seu administrador até o final de sua vida. A família Corrêa e Castro, em especial esta geração sobre a qual nos debruçamos, composta por Pedro, Laureano, Antônio, José e Martiniana Quitéria, foi tratada pelos contemporâneos e, posteriormente, pelos memorialistas como virtuosa e participante de um grupo distinto da sociedade vassourense. De acordo com Jorge Pinto, no texto publicado no *Almanach do Vassourense* em fins do século XIX: “Há alguns nomes, que, para serem arrancados da história de Vassouras, seria necessário que Vassouras não tivesse história. Entre estes nomes estão os dos velhos e já mortos Corrêa e Castro.”<sup>162</sup>

No *Jornal do Comércio* de fevereiro de 1848, em *Publicações a Pedido*, há o seguinte relato elogioso: “Os verdadeiros títulos e brasões de nobreza bem adquiridos”:

*Há 23 anos que tenho o prazer de conhecer e de bem perto a família dos nossos concidadãos os Srs. Corrêa e Castro. Eu estudei com constância os costumes e a moralidade desta honrada família: lavradores natos, possuidores de fazendas que tocavam o estado normal, segundo o sistema de agricultura adotado no solo de Sta. Cruz.*<sup>163</sup>

Os velhos Corrêa e Castro compunham a classe social de escravistas plantadores de café, cuja riqueza movimentou a região do Vale do Paraíba e sustentou o Império até o seu fim. Esses plantadores buscaram meios para se moldarem aos códigos de civilidade propagados na Corte do Rio de Janeiro, que, por sua vez, eram inspirados no modelo europeu. Essa civilidade envolvia o próprio conceito de família, além de padrões de moradia, etiqueta, instrução e comportamento. Obter títulos nobiliárquicos elevava

---

<sup>162</sup>*Almanach do Vassourense*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Edição 00001, Cód.:TRB00282.0171, Label: 706361, 1887, p. 214.

<sup>163</sup>L.A.J. “Publicações a Pedido” In: *Jornal do Comércio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Quarta-feira, 16 de fevereiro de 1848, n.47, Ano XXIII. Folha 2

uma rica família a uma boa “família senhorial”, com *habitus* civilizados que condissessem com sua fortuna e prestígio.<sup>164</sup>

Visto como grande plantador, mas também como membro de uma “honrada família”, Pedro Corrêa e Castro foi o primeiro dos irmãos a obter título de nobreza, sendo elevado a barão com grandeza de Tinguá em outubro de 1848<sup>165</sup>, após ter hospedado em seu grande sobrado no centro da vila de Vassouras o imperador d. Pedro II, que viajava pela região do Vale, ocasião que acompanharemos nas próximas linhas. Laureano Corrêa e Castro obteve o título de barão de Campo Bello no dia 2 de dezembro de 1856. Para tal, também fez importantes favores à cidade na ocasião da visita do imperador.<sup>166</sup>

Os fazendeiros, tendo a Corte como referência, legitimavam um estilo de vida e um tipo de sociedade pautados na hierarquia e no escravismo. Vassouras se constituiria como o principal centro urbano difusor de elementos de prestígio e de valores próprios da classe senhorial. Em outras palavras, a parte da classe senhorial que habitava Vassouras, ao mesmo tempo em que absorviam os hábitos da Corte, desenvolvia formas de viver e ostentar riqueza e status próprios. Os grandes proprietários vassourenses, além de manterem conexões comerciais e por aquisição de propriedades com a Corte, exibiam sua própria prosperidade com a construção de palacetes no centro de Vassouras, com sedes de fazendas sofisticadas e, ainda, através da promoção de festas e bailes. Aos Corrêa e Castro se juntavam nessa classe, as famílias Werneck, Teixeira Leite, Ribeiro de Avelar e outras.

A mesma publicação do *Jornal do Comércio* também engrandece os laços criados entre os Corrêa e Castro com outra família ilustre, o que promoveria o bom funcionamento da sociedade vassourense e da própria classe senhorial como um todo:

---

<sup>164</sup>MUAZE, Mariana. *O Império do Retrato*. Op.Cit. p. 34-35

<sup>165</sup>“Parte oficial” In: *Diário do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Quinta-feira, 12 de Outubro de 1848. n.7917, Ano XXVII.

<sup>166</sup>*Caderno de anotações de Lúcio Corrêa e Castro*. Op.Cit. p. 58v

“Uma nobre e ilustre família que uniu seus braços à primeira, é dos Srs. Teixeira Leite, a sombra das quais vive em paz e unidas em seus sentimentos o bom povo Vassourense.”

167

A união a que se refere o autor diz respeito ao casamento de Ana Esméria, filha do barão do Campo Bello e Eufrásia Joaquina Corrêa<sup>168</sup>, com Joaquim José Teixeira Leite, filho de Francisco José Teixeira, barão de Itambé, e de Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro.<sup>169</sup> O casal uniu não só um patrimônio considerável, que se constituía de propriedades e capital financeiro, mas também os braços de duas famílias de um mesmo mundo social. O estabelecimento de elos como o apadrinhamento por batismo e, principalmente, os casamentos entre famílias de mesmo nível social ou dentro da mesma família era um mecanismo importante de afirmação do status senhorial, além da manutenção e expansão de riqueza.<sup>170</sup> Nesse sentido, os laços familiares iam além do âmbito afetivo e privado, ganhando importância central na sociedade oitocentista ao se tornarem elementos de afirmação de uma posição social. Era também por esses laços que se dava a transmissão da riqueza.

Desse modo, a organização familiar para as classes abastadas tinha significados múltiplos. Mariana Muaze, em sua pesquisa sobre família no século XIX, procurou encontrar os significados formulados pela própria sociedade oitocentista nos dicionários da época.<sup>171</sup> A historiadora encontrou algumas definições que demonstram o quanto um determinado tipo de família era idealizado naquela sociedade, assim como tal

---

<sup>167</sup>L.A.J. “Publicações a Pedido” In: *Jornal do Commercio*. Op.Cit.

<sup>168</sup>A esposa de Laureano Corrêa e Castro, barão de Campo Bello, era filha da meia irmã dele, D. Ana Esméria de Pontes. *Inventário de Mariana das Neves Corrêa*. Op.Cit.fl.006f-007f.

<sup>169</sup>Joaquim José Teixeira Leite foi presidente da Câmara de vereadores de Vassouras por 11 anos e vice-presidente da província do Rio de Janeiro, além de atuar no comissariado de café, como os demais membros de sua família.

<sup>170</sup>SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Op. Cit. p. 142

<sup>171</sup>“[...] A análise dos dicionários da época também pode ser de grande valia no sentido de se perceber como os atores sociais envolvidos construía e compartilhavam a noção de família no contexto do social vivido.” MUAZE, Mariana. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. (Tese de doutorado). Niterói: Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2006, p.31.

idealização expressava e afirmava os discursos dominantes daquela mesma sociedade, pautada na hierarquia.

De acordo com alguns dicionários, a família tanto podia compreender, de forma estreita, o pai, a mãe e filhos que vivem ou não na mesma moradia, incluindo parentela e aliados, quanto, de forma mais ampla, todas as pessoas que compunham a casa – moradia ou descendência –, dependentes dos pais de família, os chefes<sup>172</sup>. A palavra podia designar também todas as pessoas de um mesmo sangue e parentela como irmãos, netos, cunhados, genros e primos.<sup>173</sup> Contudo, “os critérios de pertencimento à família podiam ser consanguíneos e políticos, construídos através de laços de solidariedade e aliança.”<sup>174</sup> O conceito de família também estava relacionado à privacidade, familiaridade, amizade e convivência “sem cerimônia”, isto é, intimidade.<sup>175</sup> No entanto, o fato de habitar ou não na mesma moradia não era o elemento mais importante.

No entanto, o aspecto mais marcante que a palavra “família” podia carregar no século XIX dizia respeito ao seu “sentido legitimador da hierarquia constituída”.<sup>176</sup> Segundo Eduardo Faria, “um homem de boa família” era aquele que estava ligado, através do sangue, a um certo número de pessoas que ocupavam lugar privilegiado na sociedade.<sup>177</sup> Uma boa família deveria possuir muitos títulos, altas dignidades e grandes posições na burocracia do estado durante gerações, sem

---

<sup>172</sup>Idem. Ibidem. p. 31-32. A primeira definição foi encontrada no Dicionário de Antônio Moraes Silva, publicado em 1858.

<sup>173</sup>Idem. Ibidem. p.32. O segundo significado do termo em questão se encontra no Dicionário de Eduardo Faria, datado de 1850/1853

<sup>174</sup>Idem. Ibidem. p.32

<sup>175</sup>Idem. Ibidem. Definição do Dicionário de J. I. Roquete de 1881.

<sup>176</sup>Idem. Ibidem.

<sup>177</sup>“[...] um homem de boa família é um homem que pelos laços de sangue está unido a certo número de pessoas que na sociedade e pelas razões já ditas gozam de um lugar privilegiado. Isto se chama uma família distinta, honesta, estimável. Quando os títulos, as altas dignidades e os grandes empregos se não multiplicados e conservado sem quebra durante largo tempo em uma mesma família, quando os membros que compõem estas famílias quiserem levar mais adiante a distinção ordinária de família, e daqui lhe veio o nome de casa”. FARIA, Eduardo. Apud. MUAZE, Mariana. *Império do Retrato*. Op.Cit. p. 32-33

interrupção.<sup>178</sup> “Ser de boa família” era pertencer ao grupo social privilegiado, a classe senhorial, que tinha como prerrogativas o direito de exercer plenamente sua cidadania, participar da política, exercer a liberdade e o direito de propriedade, além de viver com opulência.<sup>179</sup>

A classe senhorial que foi se formando a partir da primeira parte do século XIX, como já vimos, construiu um conjunto de costumes e hábitos compartilhados que, somado às prerrogativas descritas, constituía “um padrão de comportamento e elemento de identidade do grupo”, baseados em um “sentimento aristocrático” e uma sensação de superioridade, que moldava o modo de ver o mundo e se situar no mundo.<sup>180</sup> Nesse sentido, laços de sangue, de “boa família”, podiam oferecer honra e status social aos seus descendentes. A família ideal deveria possuir bons contatos, alianças e cultivar os modos de vida aristocráticos, como boas maneiras, boa educação, instrução e aceitação social no círculo social da Corte.<sup>181</sup>

O conjunto de prerrogativas, atributos e o sentimento aristocrático que caracterizaram a classe senhorial, a qual monopolizava, de certa forma, as definições de família, atendiam ao projeto de expansão da “civilização”, isto é, do modelo baseado nos gostos e padrões culturais da Europa. Mariana Muaze nos chama atenção para o fato de que outras formas de família de outros grupos sociais – escravos, libertos e livres pobres – eram ignoradas nas descrições dos dicionários consultados.<sup>182</sup>

Da geração áurea dos Corrêa e Castro, apenas três entre os cinco irmãos herdeiros da Fazenda Santo Antônio se casaram: Antônio Corrêa e Castro contraiu

---

<sup>178</sup>Os títulos, as altas dignidades e os grandes empregos de forma continuada em uma mesma família podiam elevá-la, segundo Antonio de Moraes Silva, a denominação de “casa”. MUAZE, Mariana. *Império do Retrato*. Op. Cit. p. 34

<sup>179</sup>Idem. Ibidem. p. 33-34

<sup>180</sup>Idem. Ibidem.

<sup>181</sup>“As famílias se notam pelas alianças, por um modo de viver polido, pelas maneiras distintas das do baixo povo, pelos costumes cultivados, que passam depois para os filhos.” SILVA, Antonio de Moraes. Apud. MUAZE, Mariana. *Império do retrato*. Op.Cit. p.34.

<sup>182</sup>Idem. Ibidem. Op.Cit. p. 34-35.



matrimônio com Maria Elisa do Espírito Santo, Laureano realizou suas núpcias com Eufrásia Joaquina Corrêa e d. Martiniana Quitéria de S. Eliseu casou-se com Francisco José Maria de Assis.<sup>183</sup> Os outros dois homens da família permaneceram legalmente solteiros. José Corrêa e Castro e Pedro Corrêa e Castro não se casaram. É notável que Pedro Corrêa e Castro, o Barão do Tinguá, homem de grande prestígio social e atuação política em Vassouras não tenha se casado e, portanto, não tenha formado um núcleo familiar nos moldes de seus outros irmãos. Essa história será contada nos subtítulos a seguir.

Antes de prosseguirmos, faz-se necessário apresentar o caminho de análise que vamos percorrer. Vamos adentrar, de acordo com o que nos foi possível, na vida pública e privada de Pedro Corrêa e Castro, o barão do Tinguá, e para isso fizemos algumas escolhas. Em outras palavras, precisamos fazer algumas considerações. Para análise da vida pública, utilizaremos as narrativas oficiais das Atas da Câmara vassourense e os relatos de memorialistas que nos fornecem um histórico de Pedro como um homem exemplar em seu meio social, um benemérito e um perfeito cidadão. Nesse sentido, o público que trabalharemos a seguir será o que foi registrado para ser conhecido por seus contemporâneos e para a posteridade. No que toca ao âmbito privado de sua vida, temos como ponto de partida seu testamento, no qual o barão revelará que teve seis filhos com Laura Congo, sua escrava africana, com quem viveu praticamente por toda a vida.

A vida pública de Pedro Corrêa e Castro está intimamente ligada ao desenvolvimento de Vassouras, como vila e núcleo urbano. Foi a partir das suas intervenções nesse espaço que Pedro construiu seu perfil de um homem ilustre do império da classe senhorial. Portanto, abordaremos questões como sua residência na vila, objeto

---

<sup>183</sup>*Inventário de Mariana das Neves Corrêa*. Op. Cit.

de poder material e simbólico que esteve de pé nas diversas fases de Vassouras, sua atuação na recepção e estada do imperador em Vassouras, sua ascensão ao baronato e a construção da Santa Casa de Misericórdia.

O âmbito privado que trataremos nas próximas linhas diz respeito à manutenção de Pedro de uma vida familiar não convencional para os parâmetros de família senhorial seguidos pela classe senhorial.<sup>184</sup> A ênfase em registrar para o público uma boa imagem aristocrática e caridosa poderia ser uma estratégia utilizada por Pedro para que sua opção de vida familiar, mantida no privado, não lhe causa-se possíveis penalidades sociais.

## **2.1. O homem e a vila: vida pública de um ilustre vassourense**

Pedro Corrêa e Castro nasceu, provavelmente, em 1785, ano de seu batismo, na Freguesia de Nossa Senhora Conceição e de São Pedro e São Paulo da Paraíba do Sul, onde a família viveu por alguns anos.<sup>185</sup> Mudou-se, ainda criança, com seus pais Marianna das Neves Corrêa e Pedro Corrêa e Castro e seus irmãos, no final do século XVIII, para a Freguesia de Sacra-Família do Tinguá, onde a família adquiriu a Fazenda Santo Antônio. Mais tarde, em 1848, recebeu o título de barão do Tinguá com grandeza de Tinguá, uma referência ao local do qual provinha sua riqueza e sua propriedade produtora de café, na ocasião.

Pedro Corrêa e Castro acompanhou o processo de extinção da Vila de Paty do Alferes e a elevação do povoado de Vassouras à Vila, em 1833, quando seu irmão Laureano era presidente da Câmara de vereadores. A nova Vila se desenvolveu a largos passos, principalmente com a intervenção dos senhores e poderosos locais, que faziam

---

<sup>184</sup>Para Michelle Perrot, a família no século XIX foi o principal teatro da vida privada. PERROT, Michelle. "Os Atores." In: Idem (Org.). *História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.78

<sup>185</sup>*Caderno de anotações de Lúcio Corrêa e Castro*. Op.Cit.

doações diretas ou abriam subscrições públicas para obterem fundos para construir prédios públicos. Foi este o caso da Igreja matriz, cujo início da construção foi realizado com as doações de uma subscrição aberta por Custódio Ferreira Leite, barão de Aiuruoca, em 1828. Até ficar pronta na década de 1850, a matriz ainda receberia outras doações.<sup>186</sup> Em 1844, consta no Relatório da Província publicado no *Jornal do Commercio*, na edição de 17 de março, que Pedro e Laureano integravam nesse período a comissão para construção da matriz. Já em 1850 os mesmos aparecem listados no *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, na seção de Vassouras, como integrantes, mais uma vez, da Comissão Administrativa das Obras da Matriz.<sup>187</sup>

Na vila de Vassouras, Pedro Corrêa e Castro possuía um grande sobrado muito bem localizado próximo à matriz e à praça principal. O sobrado ficava na entrada da Vila, à beira da Estrada da Polícia em terreno elevado. Apesar de não termos o conhecimento da data de sua construção, a casa aparece em uma litogravura, que retrata o centro da Vila de Vassouras, de autoria de Ludwig & Briggs, publicada em 1846 no jornal *Ostensor Brasileiro*.<sup>188</sup> De acordo com Marcelo Ferraro, que analisa a referida litogravura em seu trabalho sobre a configuração urbana de Vassouras entrelaçada a atuação dos potentados locais e a escravidão no século XIX, a residência de Pedro teria sido a mais importante de Vassouras nas duas primeiras décadas de existência da vila, além de ser um dos dois únicos sobrados da época. O sobrado tinha forma quadrangular e possuía 16 janelas de frente, em conformidade com o padrão das fazendas da região. Como as sedes de fazendas da primeira metade do século, é possível que os seus pavimentos fossem

---

<sup>186</sup>TELLES, Augusto C. da Silva. “Vassouras: estudo da construção residencial urbana” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Op.Cit. p. 22

<sup>187</sup>“Rio de Janeiro; Publicação do Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, na abertura da assembleia legislativa provincial. No 1º de março de 1844, Acompanhado do balanço do anno findo e orçamento da receita e despesa para o anno financeiro de 1842-1843.” In: *Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital. Domingo, 17 de março de 1844. p.2; “XIII – Municipio de Vassouras, Freguezia da Villa” In: *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira, 1850, p. 202

<sup>188</sup>Disponível em:

<[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1424741/icon1424741.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1424741/icon1424741.jpg)>

divididos em salões frontais, alcovas e salas de fundos, sendo que o pavimento superior era reservado à vida familiar.<sup>189</sup>

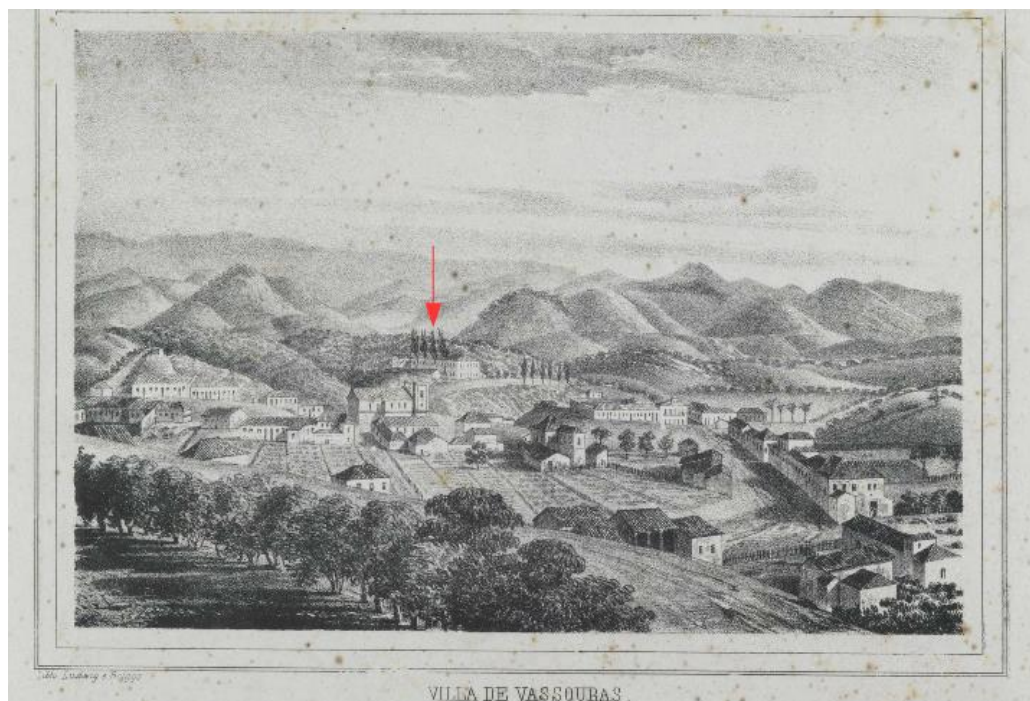


Figura 2.1: Centro da Vila de Vassouras por volta de 1845-1846. Litogravura de Ludwig & Briggs, publicada em 1846 no jornal *Ostensor Brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1845-1846], 1 grav.: litogravura, p&b; 18,2 x 26,8 cm. Biblioteca Nacional.<sup>190</sup> (Seta inserida pela autora, indicando a localização do sobrado de Pedro Corrêa e Castro)

---

<sup>189</sup>FERRARO, Marcelo. *A arquitetura da escravidão nas cidades do café, Vassouras, Século XIX*. Op.Cit. p.39-40.

<sup>190</sup>Disponível em:

<[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1424741/icon1424741.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1424741/icon1424741.jpg)>



Figura 2.2: Casa de Pedro Corrêa e Castro, vista no centro da figura 2.1, ao lado direito da Igreja com apenas uma torre. Detalhe de Litogravura de Ludwig & Briggs, publicada em 1846 no jornal *Ostensor Brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1845-1846], 1 grav.: litogravura, p&b; 18,2 x 26,8 cm. Biblioteca Nacional.

Pedro estava em igualdade com os outros homens da sua classe, a *classe senhorial*<sup>191</sup>. Os sobrados e casarões que compunham a região central da matriz pertenciam aos fazendeiros, como Pedro e Joaquim José Botelho, dono do sobrado ao lado esquerdo da igreja, e aos integrantes da família Teixeira Leite, que eram em sua maioria, comissários de café e capitalistas. Todos estes homens tinham em comum a atuação política, ou como membros na Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, como vereadores, juízes de paz ou delegados. Segundo Marcelo Ferraro, haveria, desse modo, uma função política da residência urbana.<sup>192</sup> A propriedade de residências no centro da Vila permitia que esses indivíduos participassem das atividades políticas e das festas religiosas e cívicas. Para os fazendeiros, cujas fazendas, na maioria dos casos, ficavam longe do núcleo urbano que se formava, ter uma casa próxima de onde as principais atividades aconteciam era um elemento facilitador de participação da vida

<sup>191</sup>Vide: MATTOS, I. R. de. *O Tempo Saquarema, a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 4, 126; SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Op. Cit. p. 53.

<sup>192</sup>FERRARO, Marcelo. *A arquitetura da escravidão nas cidades do café, Vassouras, Século XIX*. Op.Cit. p.40

social e política vassourense. A associação entre a propriedade de uma boa casa no centro e as funções políticas pode ter gerado o “status de ser um proprietário de um imóvel no centro” nas décadas seguintes, principalmente quando esses homens começam a investir em luxo. Pedro Corrêa e Castro, além de fazendeiro, foi vereador de 1845 a 1848 e de 1849 a 1852, suplente de vereador de 1853 e 1856, juiz de paz em 1838 e membro da Irmandade Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, da data da criação desta até a data de sua morte, em 1869.<sup>193</sup>

No final do primeiro mandato de Pedro como vereador, em dezembro de 1837, a Câmara, presidida por Joaquim José Teixeira Leite, tomou conhecimento de que o Imperador d. Pedro II passaria pela região em direção a Paraíba do Sul. Os vereadores presentes concordaram em solicitar por ofício que o Imperador visitasse a vila de Vassouras e ficasse ali hospedado o tempo que quisesse para receber as demonstrações de reverência ao monarca. Como a Câmara não possuía fundos para custear as despesas dos festejos para a recepção e estada do imperador, ficou determinado que o presidente Joaquim José Teixeira Leite abriria uma subscrição pública para arrecadar os valores necessários. Pedro Corrêa e Castro logo se prontificou em oferecer seu grande sobrado para hospedar d. Pedro II, arcando com todas as despesas para agradá-lo.<sup>194</sup>

No início do ano seguinte, no dia 5 de fevereiro de 1848, os vereadores obtiveram a resposta de que o Imperador passaria os dias 17,18 e 19 de fevereiro daquele mesmo ano em Vassouras.<sup>195</sup> Certamente, antes dessa confirmação, Pedro Corrêa e Castro já havia iniciado a reforma e nova decoração de seu sobrado, além de ter

---

<sup>193</sup>BRAGA, Greenhalgh H. Faria. *De Vassouras: histórias, fatos, gente*. Op. Cit.; MARTINS, Antonio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Vassouras. Rio de Janeiro. Edição Particular. 1993.

<sup>194</sup>“Ata de Sessão Ordinária, 23 de Dezembro de 1837”. Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. RJ: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 290, janeiro/março, 1971.p. 76-77.

<sup>195</sup>“Atas de 2ª Sessão de 5 de Fevereiro de 1848.” Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op. Cit. p.77.

adquirido, também, louças finas com gravações das armas imperiais, para receber Sua Majestade Imperial. É provável que Pedro tenha, também, aumentado o número dos escravos domésticos da sua casa na vila para trabalharem durante a estada imperial.<sup>196</sup> Naquele mesmo dia, foi nomeada uma comissão, composta por Joaquim José Teixeira Leite, Antônio Simplicio de Siqueira e Pedro Corrêa e Castro, para ir cumprimentar o Imperador em nome da Câmara, quando este chegasse à propriedade da Marquesa de Baependy.<sup>197</sup>

A subscrição aberta pelo presidente da Câmara arrecadou a quantia de 6:175\$000 réis, da qual participaram 40 pessoas, dentre estes fazendeiros e comerciantes. Foram comprados ou alugados muitos artefatos de iluminação para os festejos na vila – 22 lampiões, 100 tochas, 2.570 copos e 430 copos pequenos para os lampiões –, além 10 dúzias de foguetes e 150 rojões. Ainda estavam listadas, na prestação de contas do presidente da Câmara, flores e música.<sup>198</sup>

No dia 16 de fevereiro, Pedro Corrêa e Castro, José Joaquim e Antonio Simplicio de Siqueira saíram para cumprimentar d. Pedro II na Fazenda Santa Mônica, propriedade de Francisca Mônica da Costa Nogueira da Gama, Marquesa de Baependy, viúva havia um ano de Manuel Jacinto Nogueira da Gama. Lá, estiveram com o imperador que marcou sua chegada a Vassouras para 8 horas da manhã do dia 17 e o *Te-Deum* na Igreja Matriz às 2 da tarde do mesmo dia.<sup>199</sup>

Na madrugada de 17 de fevereiro de 1848, os vereadores e mais 80 pessoas de prestígio da vila foram encontrar com o imperador, o qual vinha acompanhado de sua comitiva e da Guarda Nacional de Valença. Ao passarem pela ponte do Desengano, à

---

<sup>196</sup>TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op. Cit. p.69

<sup>197</sup>Atas de 2ª Sessão de 5 de Fevereiro de 1848. Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op. Cit. p. 77.

<sup>198</sup>Atas de 3ª Sessão de 23 de Fevereiro de 1848. Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op. Cit., p. 77-78.

<sup>199</sup>TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op. Cit. p. 69.

margem do rio Paraíba, fogos de artifícios foram disparados e, na entrada da vila, localizada na estrada da polícia, já no portão da casa de Pedro Corrêa e Castro, havia a Guarda Nacional da localidade em número de cerca de 200 homens e mais uma aglomeração de pessoas – “cidadãos” –, elegantemente vestidas, que foram cumprimentar o imperador, o qual entrava em Vassouras com sua comitiva no horário marcado. Depois de todas essas saudações, Pedro Corrêa Castro, finalmente, pode receber o jovem imperador em sua casa. Às 2 horas da tarde, a Câmara foi buscar d. Pedro II, que estava no sobrado, para a celebração do *Te Deum* na Igreja Matriz e algumas horas depois houve o beija-mão às pessoas ilustres presentes.<sup>200</sup>

Foram dias agitados nos quais a Vila de Vassouras teve sua rotina interrompida por festejos e protocolos, além do movimento de vereadores, pessoas de prestígio e a comitiva imperial seguindo o imperador pelas ruas recém pavimentadas do centro de Vassouras. Nas duas noites em que d. Pedro II ali permanecera, segundo José Joaquim Teixeira Leite, todas as casas da Vila, o grande chafariz recém construído da praça da Matriz e a Igreja foram iluminados com as centenas de luzes custeadas pela subscrição pública aberta pelo presidente da Câmara.

No segundo dia da visita, após passar a tarde verificando as condições das águas públicas da Vila, inclusive a do grande chafariz que definiu como de má qualidade, d. Pedro II recebeu um baile em sua homenagem oferecido pela Câmara à noite, na casa de Pedro Corrêa e Castro, nos aposentos térreos. Tal festa, da qual participaram várias pessoas ilustres de Vassouras, foi referida pelo presidente da Câmara como “suntuoso baile” e teve todas as despesas custeadas por Pedro, o dono da casa:

*[...]À noite houve em casa do Vereador Correia e Castro um suntuoso baile, onde se apresentaram sessenta e tantas senhoras, ricamente trajadas, oferecido pela*

---

<sup>200</sup> “3ª Sessão em 23 de fevereiro de 1848” Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op. Cit.



*Câmara sendo também a despesa feita pelo Vereador Correia e Castro. S.M.I. esmerou-se em obsequiar a todos. [...]*<sup>201</sup>

Em carta, datada de 19 de fevereiro, escrita para sua esposa, a imperatriz d. Thereza Cristina, d. Pedro II comentou sobre o referido baile: “Hontem à noite houve aqui um baile, que durou até as 2 da manhã reunindo-se 40 senhoras bem trajadas e muitos homens. Dancei 10 contradanças e 6 valsas.” O comentário sugere que o Imperador tenha aproveitado bastante a festa oferecida.<sup>202</sup>

Na medida do possível, ao se dispor a receber o imperador e sua comitiva, Pedro Corrêa e Castro e a Câmara de Vassouras, assim como em outras vilas e províncias que d. Pedro II visitou, buscava-se a aproximação dos requintes das recepções e bailes da Corte. Desse modo, a decoração, as comidas e bebidas servidas dispostas nessa ocasião atendiam à expectativa de agradar o gosto do imperador acostumado ao luxo e, certamente, tinham alto custo. Assim, como não só os trajes dos convidados, mas os seus comportamentos eram moldados para atenderem essa expectativa.

Para despedir-se, na noite do dia 19, d. Pedro II mandou oferecer outro baile e solicitou que fossem convidadas “todas as senhoras e pessoas decentes”. Esse último baile deveria ocorrer nos aposentos superiores da casa de Pedro Corrêa e Castro, a pedido do próprio imperador.<sup>203</sup> Por qual motivo o imperador teria escolhido os aposentos superiores e não o mesmo salão em que ocorrera a festa no dia anterior?

Na madrugada do dia 20, o imperador ofereceu a cerimônia do beija-mão de despedidas aos cidadãos vassourenses que compareceram e aos vereadores e, por fim, assistiu missa. Às 3 da madrugada d. Pedro II e sua comitiva partiram para a Fazenda de

---

<sup>201</sup>“3º Sessão em 23 de fevereiro de 1848” Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op. Cit. p.79.

<sup>202</sup>“Carta de D. Pedro II a sua esposa Thereza Cristina”. Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op. Cit., p.92. O presidente da Câmara José Joaquim Teixeira Leite, na ata da sessão da Câmara de 23 de fevereiro de 1848, contou 60 senhoras ricamente trajadas, o imperador, por sua vez, contou 40 senhoras. “3º Sessão em 23 de fevereiro de 1848” Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op. Cit.

<sup>203</sup>Idem. Ibidem. p. 79

Pedro Dias Paes Leme, o Marquês de São João Marcos, na Freguesia de Sacra Família do Tinguá.<sup>204</sup>

No dia 23 de fevereiro, os vereadores se reuniram novamente. O presidente da Câmara, José Joaquim Teixeira Leite, apresentou a prestação de contas, relatou em ata toda a visita de d. Pedro II e, em nome de todos os vereadores, agradeceu o empenho de Pedro Corrêa Castro naqueles dias que se passaram.<sup>205</sup> Meses depois, saiu no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, na *Parte Oficial*, em 12 de Outubro a relação de despachos publicados na Corte no dia 11 de outubro de 1848, dentre os quais Pedro Corrêa e Castro era agraciado com o título de barão do Tinguá, com grandeza.<sup>206</sup> A partir de então, Pedro assinaria como barão e seria reverenciado como um titular do Império. O Imperador concedeu o título a Pedro Corrêa e Castro devido à hospedagem por este oferecida na ocasião da visita imperial a Vila de Vassouras, assim como concedeu condecorações, títulos e títulos com grandeza a todos que colaboraram com doações para sua viagem pela província.<sup>207</sup>

Em 22 de novembro daquele mesmo ano, o barão do Tinguá apresentou uma carta escrita à câmara em que manifestou sua vontade de “por alguns meios ser útil” a sua Freguesia, doando a quantia de 10 contos de réis para a construção de uma casa de caridade para todos os enfermos de Vassouras. O lançamento da pedra fundamental da casa foi marcado para o dia 2 de dezembro de 1848, mesmo dia em que seria inaugurado o chafariz batizado de “Pedro Segundo”, construído com a doação do imperador, com

---

<sup>204</sup>Idem. Ibidem. p.79; TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op. Cit.. 70.

<sup>205</sup>“3º Sessão em 23 de fevereiro de 1848” Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op. Cit.

<sup>206</sup>“Parte Oficial” In: *Diário do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Quinta-feira, 12 de Outubro de 1848.

<sup>207</sup>CASADEI, Thalita de Oliveira. “Concessões de graças honoríficas e títulos de nobreza sugeridos a D. Pedro II após sua viagem a região central fluminense em 1848.” In: *Revista do IHGB, Anais do Congresso de História do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro. p.11-54. A obtenção de um título nobiliárquico requeria alguns esforços como prestar serviços ao imperador e ao Império, dispor de quantias de dinheiro, além de manter contatos com pessoas importantes do governo.

direito a festejos e um *Te Deum* na matriz. O barão do Tinguá anunciou, inclusive, que daria mais um baile para as famílias da cidade, sobre o qual, no entanto, não há referências de que chegou a ocorrer.<sup>208</sup>

No dia 2 de dezembro, após José Joaquim Teixeira Leite ter aberto as torneiras do novo chafariz financiado pelo imperador e terem ocorrido os vivas a d. Pedro II e a família imperial, todos foram para matriz onde ocorreria a benção da pedra fundamental da casa de caridade, futura Casa de Misericórdia. Ao final das bênçãos, Pedro Corrêa e Castro, José Clemente Pereira, senador e conselheiro do Império, o Juiz de Direito da comarca e o Presidente da Câmara, levaram a pedra ao local onde seria construída a casa, ao lado esquerdo da matriz, com a presença das irmandades, o pároco e demais sacerdotes e os cidadãos presentes, ao som de música.<sup>209</sup> No local onde foi posta a pedra, os sacerdotes entoavam hino religioso próprio para a ocasião e em seguida foi lida a ata da sessão do dia 22 de novembro e o texto de memória:

*“Sendo Imperador Constitucional e Defensor perpétuo do Brasil o muito alto e muito Poderoso Sr. D. Pedro 2º fundou o hospital de N.S. de Vassouras e lançou a pedra fundamental o Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Barão do Tinguá no faustíssimo dia 2 de Dezembro de 1848”<sup>210</sup>*

Esse texto foi gravado em pergaminho com letras de ouro fixado em uma caixa de chumbo que foi depositada com a pedra no alicerce da construção da casa, que foi coberto de terra por Pedro Corrêa e Castro e José Clemente Pereira e, depois, pelos pedreiros contratados. Pedro, o agora barão do Tinguá, iniciou os vivas de costume sendo correspondido pelas pessoas ali presente. Cópias do texto de memória foram distribuídas

---

<sup>208</sup>“Ata da Sessão da Câmara em 22 de Novembro de 1848”. Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op.Cit. p. 80

<sup>209</sup>“Ata da Sessão em 16 de Dezembro de 1848” Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op.Cit. p. 82-83

<sup>210</sup>Idem. *Ibidem*.

às pessoas que acompanharam a solenidade e, por fim, houve o *Te Deum* na Igreja.<sup>211</sup>

Inicialmente, a quantia de 10:000\$000 de réis seria paga pelo barão do Tinguá em parcelas de acordo com o avanço das obras, mas, em janeiro de 1849, resolveu o barão entregar o total das despesas.<sup>212</sup> Durante a construção do prédio, situado ao lado da Matriz, Pedro teve que complementar sua doação anterior com mais 5:000\$000 de réis em setembro de 1849.<sup>213</sup> A administração da casa de caridade foi oferecida pela Câmara à Irmandade Nossa Senhora da Conceição, da qual Tinguá era um dos principais membros, mas esta exigiu que o estabelecimento tivesse um fundo próprio para o seu custeio. Desta forma, as doações anteriores, por exemplo, a doação de 40:000\$000 feita por José Corrêa e Castro, irmão mais velho do barão do Tinguá, não poderiam ser usadas no novo empreendimento. O impasse foi resolvido pela Câmara com a criação de uma nova Irmandade para administrar a casa, que viria a ser então uma Santa Casa de Misericórdia Vassouras.<sup>214</sup>

A Santa Casa de Misericórdia foi inaugurada em 1853, assim como a Irmandade que a administraria foi empossada neste mesmo dia. De acordo com Ata de instalação da Casa, “grande número de cidadãos” acompanhou a abertura do estabelecimento.<sup>215</sup> Nas eleições para os principais cargos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, que ocorreram antes da inauguração, foram eleitos o barão do Tinguá como provedor, Francisco José Teixeira e Souza como escrivão, Francisco José

---

<sup>211</sup>Idem. Ibidem.

<sup>212</sup>“Sessão de 22 de Novembro de 1848” Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op.Cit. p. 80; “Documento do Arquivo da Prefeitura Municipal de Vassouras”, maço de 1849, 7 de janeiro de 1849. Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op. Cit. p. 83

<sup>213</sup>“3ª Sessão em 22 de Setembro de 1849” Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op. Cit. p.85; “Documento do Arquivo da Prefeitura Municipal de Vassouras”, maço de 1849. Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op. Cit. p. 85.

<sup>214</sup>“Sessão em 16 de dezembro de 1848” Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op.Cit. 82-83; Sessão em 8 de janeiro de 1851. Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op.Cit. 86-87.

<sup>215</sup>*Atas da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras*, Livro I, 1853, fls. 2 e 2v. Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. Op. Cit. p.89-90

Teixeira Leite como tesoureiro e Domingos da Silva Araújo como procurador, além de outros seis indivíduos como mordomos. Desta forma, a Santa Casa passava a ser mais uma instituição local com forte poderio das principais famílias daquela vila.

O barão do Tinguá foi homenageado pela Câmara com a pintura do seu retrato, que foi recebido em 1854 e pendurado em lugar de destaque no novo prédio, na sala de reuniões da Santa Casa.<sup>216</sup> Assim, a Vila de Vassouras ganhava mais um elemento de urbanidade, que se somaria às praças, aos chafarizes, aos estabelecimentos comerciais e à Igreja Matriz. O prédio, por sua construção arquitetônica e utilidade, hospital de caridade, perpetuaria a imagem e o prestígio do barão e ajudaria a construir uma memória local. Na Ata de instalação da Santa Casa, o escrivão registrou em algumas frases o que acabo de concluir:

*[...] e comece a funcionar, desenvolvendo suas úteis, como gloriosas atribuições em bem da comunidade, observe [a mesa administrativa] religiosamente as leis, o seu compromisso e os santíssimos preceitos do Evangelho, por modo sempre prosperar este pio estabelecimento, que será um eterno padrão de glória para seu fundador. [...]*<sup>217</sup>

Em meados da década de 1850, na mesma viagem em que registrou impressões sobre a Fazenda Secretário de Laureano Corrêa e Castro, o francês Charles Ribeyrolles fez anotações, algumas linhas, sobre o barão de Tinguá, Pedro Corrêa e Castro, associando sua figura à da Santa Casa:

*“No terço do declive, que se eleva até a igreja matriz, largamente assentada na planura, acha-se um chafariz esbelto e gracioso, e mais em cima, em um dos lados do templo, um hospital da Misericórdia, largo e esplêndido edifício dado pelo barão de Tinguá para os pobres do município. Liberalidades tais, profundamente*

---

<sup>216</sup>Atas da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, Livro I, 1853, fls. 2 e 2v. Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. Op. Cit. p.89-90; “Documento do Arquivo da Prefeitura Municipal de Vassouras”, maio de 1854. Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op.Cit. p.91

<sup>217</sup>Atas da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, Livro I, 3-3v. Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. Op. Cit. p. 90.

*humanas, exaltam a riqueza, e eu saudarei sempre que a encontrar dando pão e abrigo à dor.*”<sup>218</sup>

Nas anotações do viajante, é destacada a Santa Casa de Misericórdia, que teve sua construção e administração empreendida por Tinguá, como vimos acima. O autor exprime admiração pela instituição, que prestava assistência a todos, inclusive aos pobres. As ações do referido barão, através da Irmandade Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, de seu posto político local e de sua influência pessoal tiveram grande impacto na vida urbana local e, de certa forma, ajudaram a compor a urbanidade vassourense. Victor Frond, que acompanhava Ribeyrolles na viagem, registrou em litogravura o centro da então cidade de Vassouras, publicada em anexo ao livro *Brazil Pittoresco* de 1859. Os dois franceses encontraram uma cidade, um núcleo urbano, com logradouros públicos pavimentados ao redor da Matriz. Na ocasião, a Santa Casa de Misericórdia já estava totalmente finalizada, seu hospital atendia toda a região e o prédio para administração pública e coerção, a Casa da Câmara e Cadeia, já estava sendo erguido.

---

<sup>218</sup>RIBEYROLLES, Charles. *Brazil pittoresco*. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1859. p. 96

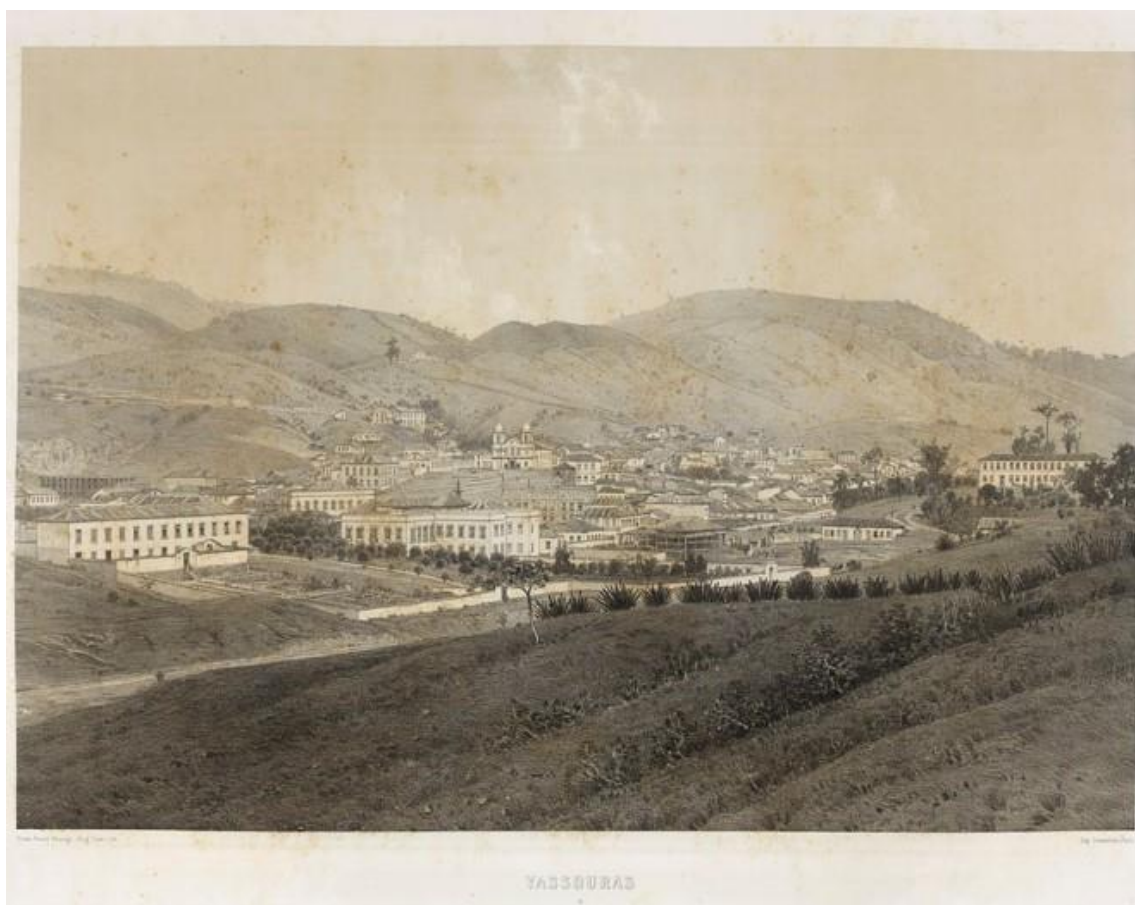


Figura 2.3. Vista da Cidade de Vassouras. Litogravura feita a partir de fotografia de Victor Frond, 1859.<sup>219</sup>



Figura 2. 4. Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, ao lado da Igreja matriz. Detalhe da litografia de Victor Frond, 1859.

<sup>219</sup>FROND, Victor; CICERI, Eugène (gravador). Vassouras. Paris [França]: Lemerrier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav., litografia, pb. Disponível em: <[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=6785](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=6785)>. Acesso em: 17 out. 2017.



Figura 2.5. Casa de Pedro Corrêa e Castro, o barão de Tinguá, em Vassouras, situada no canto à direita da figura 2.3, em proximidade com o centro de Vassouras. Detalhe da litografia de Victor Frond, 1859.

O número de residências ao redor da praça e da matriz havia aumentado significativamente se compararmos com a litogravura de Ludwig & Briggs de 1846. O sobrado do barão do Tinguá, situado na elevação à entrada da cidade, e que estava presente na litografia de 1846, continua imponente na litogravura de Victor Frond de 1859, aparentemente sem grandes mudanças no seu exterior, apesar de os dois registros se utilizarem de perspectivas distintas de captura da paisagem. A imagem de 1846 retrata o centro de Vassouras pelo lado oposto ao da entrada da cidade, captando a fachada frontal do sobrado de Pedro Corrêa de Castro e, por sua vez, a litogravura de 1859 retratou a lateral do casarão. O sobrado pode até parecer o mesmo de 1845 em seu exterior, mas como vimos nas linhas acima, havia passado por uma reforma em seu interior em 1848 a fim de receber o Imperador. As casas dos indivíduos mais abastados nas fazendas e na cidade na primeira metade do século XIX eram simplistas e não havia um grande investimento em objetos de luxo<sup>220</sup>, como vimos no caso da casa de vivenda

---

<sup>220</sup>FERRARO, Marcelo. *A arquitetura da escravidão nas cidades do café, Vassouras, Século XIX*. Op.Cit.



na Fazenda de Santo Antônio no primeiro capítulo do presente trabalho. Caminhando para a segunda metade do século, os abastados de Vassouras, enriquecidos com a cultura do café, passam a investir em objetos de luxo, em adornos e obras decorativas para o interior de suas casas. Os espaços de receber visitas e de promover jantares e bailes se ampliam, como se a casa se abrisse para a vida pública, distanciando-se da concepção de uma habitação apenas para uso de seu proprietário.<sup>221</sup> Se o sobrado de Pedro Corrêa e Castro antes de 1848 tinha apenas o espaço térreo para receber visitantes, como nas casas das fazendas, depois desta data teve em seus aposentos superiores a abertura de um salão de baile, local escolhido pelo próprio imperador para dar sua festa de despedida e agradecimento.

As procissões, as inaugurações dos logradouros públicos, as datas comemorativas – as datas de aniversário e batismo da família real, principalmente – os desfiles da Guarda Nacional se configuravam como momentos de interrupção da rotina da cidade e eram ocasiões propícias para a exibição de uma imagem aristocrática. A aparição pública para os homens ricos de Vassouras, como Pedro Corrêa e Castro, se tornou algo importante. Índícios desse valor dado ao público são as notas nos jornais da capital da província sobre os eventos ocorridos em Vassouras, nas seções de publicações a pedido ou de correspondências.

Podemos visualizar os caminhos percorridos por Pedro Corrêa e Castro que lhe renderam o título de barão e que, ainda, criaram sua imagem de “indivíduo” notável e homem memorável.<sup>222</sup> As várias documentações que exprimem a imagem do barão de Tinguá e nos ajudam a traçar seu perfil nos indicam que Pedro Corrêa e Castro é mais lembrado por seus “feitos” que marcaram a vida urbana de Vassouras, do que pelo seu lado de administrador da Fazenda Santo Antônio. Entretanto, essa impressão pode ser

---

p.68 ss.

<sup>221</sup>Idem. Ibidem.

<sup>222</sup>Não estamos afirmando a intenção de obter a imagem, mas de obter o título.

fruto da própria falta de fontes sobre a referida propriedade após o inventário de Mariana das Neves Corrêa, de 1838, diferentemente da Fazenda Secretário de seu irmão Laureano Corrêa e Castro, o barão de Campo Bello, da qual temos muitas notícias, ou, ainda, uma estratégia exitosa de perpetuar uma imagem pública que o iguala aos senhores da classe senhorial e de esquecer o espaço privado onde ele mantinha uma família com sua escrava. De fato, essa imagem de benemérito que se construiu de Tinguá, ao longo de sua vida e depois, ficou na memória coletiva local. Nos relatos sobre sua pessoa e as menções ao seu nome nas documentações, principalmente quando se fala da Santa Casa de Misericórdia, é sempre referenciado como homem caridoso. Foi tal imagem a descrita pelos memorialistas e registradas nos anais vassourenses. O barão do Tinguá conseguiu, desse modo, não ser lembrado como o transgressor dos costumes que era, afinal ele havia quebrado um dos principais ideais de manutenção da classe senhorial muito bem sintetizada na máxima da época “se queres casar mal, não cases com um igual”<sup>223</sup>, ao manter uma vida conjugal com uma escrava.

Em uma sociedade escravista, a relação duradoura e exclusiva de Pedro com Laura, uma cativa africana, que gerou seis filhos, seria extremamente mal vista entre a classe senhorial, e pouco lógica de acordo com o ponto de vista senhorial inclusive. Ao gerar descendentes com uma mulher escrava, eles carregariam a estigmatização social do cativo à medida que a marca da escravidão era passada pela mãe aos filhos.<sup>224</sup> Isso significa gerar uma descendência manchada e distinta dos parâmetros senhoriais que visavam gerar herdeiros que perpetuariam o sobrenome e a estirpe dentro da classe senhorial. Sua opção por juntar-se a Laura, também, não era lógica para os princípios daquela sociedade, à medida que ao não casar-se com uma mulher de família abastada

---

<sup>223</sup>MUAZE, Mariana. *O Império do Retrato*. Op.Cit.

<sup>224</sup>GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.; BLACKBURN, ROBIN. “Por que segunda escravidão?” In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. *Escravidão e Capitalismo histórico no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016

perdia a chance de expandir sua fortuna, através do dote que receberia e dos bens que conseqüentemente se somariam aos seus.

Encontramos no jornal “O Apostolo”<sup>225</sup>, um relato muito interessante, feito pelo Dr. João Jacintho Gonçalves de Andrade em 1868 e publicado no mesmo ano, sobre os últimos anos do barão. João Jacintho morou em Vassouras entre 1857 e 1859 e foi capelão da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras. Ele conta, com intuito de divulgar o exemplo de caridade católica representada pela Santa Casa de Misericórdia, que conheceu Tinguá nos quartos da instituição e ficou impressionado com sua figura:

*Seja-me agora permitido contar o modo pelo qual tomei conhecimento com o Exm. Barão de Tinguá, visto que este ato se realizou no hospital, e nele aparecem em perfeito relevo tanto a humildade como a caridade deste verdadeiro católico, e extremoso amigo dos pobres. No princípio de 1857, como já notei, fui residir na cidade de Vassouras, e logo me encarreguei da capelania do hospital. O Exm. Barão de Tinguá residia, como atualmente, na sua fazenda; e raras vezes vinha à povoação. Um domingo, terminado o santo sacrifício, entrando eu em uma das enfermarias, avistei em pé junto a um leito um respeitável ancião que carinhosamente conversava com o enfermo que nele estava deitado. Depois de havermos trocado os cumprimentos do costume, á vista da afabilidade e alegria com que fui acolhido, não pude deixar de perguntar, com quem era que eu tinha a honra de falar. Para sempre me ficaram gravadas na memória as seguintes expressões: “É um pobre velho, a quem chamam Barão de Tinguá!” Pareceu-me estar vendo de pé ante mim as próprias virtudes da humildade e da caridade, encarnadas na pessoa veneranda do benfazejo Barão, de quem já se me havia falado tanto.”<sup>226</sup>*

Para João Jacintho, o fato de Pedro Corrêa e Castro ser um barão em nada alterou a “humildade e caridade que o caracterizavam”<sup>227</sup>. Prova disso seria a fundação da Santa Casa. Segundo o mesmo autor, Tinguá teria lhe contado que queria realizar

---

<sup>225</sup>O referido periódico é voltado para assuntos referentes à religião católica e circulava tanto na Corte – Rio de Janeiro, onde era redigido – quanto nas províncias. Essas considerações (assunto e público alvo) são muito importantes no momento de leitura dessa documentação, que apresenta, nesse sentido, uma linguagem e uma visão de mundo específica. Por isso, quando falamos de construção de uma imagem estamos já nos conscientizando de que o relato traz uma versão da realidade. *O Apostolo*. Ed. 00028. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Cód.: TRB00012. 0170, Label: 343951, 12 de Julho de 1868.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&pesq=Barão de Campo BelloAno 1868>>

<sup>226</sup>“O Hospital de caridade. Da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Vassouras e o Exm. Barão de Tinguá. Publicações a Pedido”. In: *O Apostolo*. Op. Cit. p. 223

<sup>227</sup>Idem. Idem. p.222

algum ato de caridade após receber o título, mas não sabia muito bem o quê:

*[...] Antes, porém, de tomar a resolução definitiva, pôs em prática o que sempre costumava fazer em negócios de importância. Consultou a seus irmãos Antônio e Lauriano, mais tarde, conhecidos pelos nomes de Comendador Antônio Corrêa e Castro e Barão de Campo Bello, os quais eram, como ele, animados dos mais nobres e puros sentimentos religiosos, patrióticos e humanitários. Deste conselho dos três irmãos resultou a criação do hospital de caridade da cidade de Vassouras*<sup>228</sup>.

Teria sido, então, o barão de Campo Bello – mais “atulado”<sup>229</sup>, de acordo com o próprio barão do Tinguá, isto é, mais atento– quem teria dado a ideia de realizar essa caridade na Vila de Vassouras:

*[...] aconselhava a seu irmão, que visto estar decidido a praticar um ato de generosidade e caridade, com o fim principal de manifestar sua gratidão para com Aquele, a quem Divina Providência havia felizmente posto à testa dos destinos do Brasil, podia muito bem fazê-lo em benefício da cidade e município em que residia, e onde tinha adquirido sua fortuna; e que o meio que a ele Lauriano parecia mais próprio para conseguir os dois fins, era a fundação de um hospital de caridade na cidade de Vassouras. [...]*<sup>230</sup>

João Jacintho de Andrade redigiu o texto provavelmente no mesmo ano de sua publicação 1868, um ano antes do falecimento do “velho” barão do Tinguá. Como vimos acima, de acordo com o autor, o referido barão ia pouco a cidade e quase não saia mais da Fazenda Santo Antônio. João Jacintho calculou a idade de 87 para Pedro Corrêa e Castro no ano de 1868, ou seja, já era o barão um ancião de idade avançada.<sup>231</sup>

O barão do Tinguá teria se dedicado a Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, da qual era provedor, até seus últimos dias. Segundo João Jacintho, o barão diminuiu de seus bens mais de 40:000\$000 de réis em prol da Santa Casa, assim como

---

<sup>228</sup>Idem. Ibidem.

<sup>229</sup>Idem. Ibidem.

<sup>230</sup>Idem. Ibidem. p. 222-223

<sup>231</sup>Idem. Ibidem. p.223.

estabeleceu uma pensão anual de 500\$000 réis durante sua vida.<sup>232</sup>

A memória construída a seu respeito segue a profecia do texto da Ata de instalação da Santa Casa de Misericórdia: [o hospital de caridade] será “um eterno padrão de glória para seu fundador.”<sup>233</sup>

Nas linhas escritas por João Jacintho Gonçalves de Andrade, a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras foi um fato que enobrecia não só o barão, mas também, o catolicismo e honrava o povo vassourense e a família Corrêa e Castro.<sup>234</sup> Quando o autor chegou a Vassouras, no final da década de 1850, da áurea geração dos irmãos Corrêa e Castro, que ajudaram a fundar Vassouras e participaram da expansão da cultura cafeeira, só restava vivo Pedro. O barão do Tinguá viria a falecer em 2 de abril de 1869 em Vassouras.

Em abril de 1865, o barão do Tinguá redigiu seu testamento em sua Fazenda Santo Antônio, que foi aberto logo após a sua morte. O documento começava como o costume da época, instituindo os testamenteiros e inventariantes, pedindo missas para sua alma e para as almas de seus pais, irmãos e escravos.<sup>235</sup> Pedro Corrêa e Castro nomeou três testamenteiros e inventariantes: Antônio Agrícola Fontes, José Borges Monteiro e Albino Nunes de Assis. Estes homens não possuíam parentesco de sangue com Pedro, mas participavam do seu círculo de amizade, embora seus nomes sejam desconhecidos para aqueles que os procurassem na memória gloriosa de Vassouras. O barão também alforriou 26 escravos e fez doações em dinheiro e escravos a parentes próximos e a seus afilhados.<sup>236</sup>

No início do documento, o barão declara ter vivido como solteiro, mas, ao

---

<sup>232</sup>Idem. Ibidem. p.223

<sup>233</sup>*Atas da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras*, Livro I, 3-3v. Apud. TELLES, Augusto C. da Silva. Op. Cit. p. 90.

<sup>234</sup>“O Hospital de caridade. Da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Vassouras e o Exm. Barão de Tinguá. Publicações a Pedido”. In: *O Apostolo*. Op. Cit. p. 223

<sup>235</sup>*Testamento do Barão de Tinguá*. Centro de Documentação Histórica- CDH, USS, Vassouras. 1865

<sup>236</sup> Idem. Ibidem.

longo das linhas, revela que possuía seis fâmulos, filhos de Laura Congo, os quais eram, na verdade, seus filhos e, portanto, seus herdeiros legítimos. Tal afirmação, mesmo que não fosse desconhecida pelos seus contemporâneos que assistiram a vida pública do barão, mostrou-se para nós como uma quebra de expectativa que o conceito de família das classes abastadas poderiam nos causar se acreditássemos que a prática sempre segue a norma.

## **2.2. Senhores de escravos e mulheres escravas: relações privadas confessadas em testamento**

Não era rara a manutenção de relações íntimas entre senhores e escravas. Consentidas ou por meio de violência física, o fato é que, em muitos casos, tais relações davam origem a filhos que podiam ser reconhecidos como herdeiros ou não.<sup>237</sup> De acordo com Sheila de Castro Faria, se o senhor fosse solteiro, haveria uma probabilidade maior do reconhecimento como legítimo de um filho com uma escrava, visto não haver outros herdeiros.<sup>238</sup>

Pedro Corrêa e Castro, o barão de Tinguá, foi um desses casos. Reconheceu em testamento os seis filhos que teve com sua ex-escrava e liberta Laura Congo.<sup>239</sup> Não apenas os reconheceu como filhos, mas os instituiu como seus herdeiros legítimos. No final de sua vida, o barão viveu integrado ao círculo familiar formado pelas cinco filhas que teve com Laura e seus cônjuges, além do filho mais novo Martinho, todos vivendo na Fazenda Santo Antônio. Ele menciona, por muitas vezes, Laura Congo no testamento e a ela faz doações de bens de modo a provê-la de conforto e segurança até o fim da vida.

---

<sup>237</sup>FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.; SLENES, Robert. “Senhores e Subalternos no Oeste paulista.” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*. v.2. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.

<sup>238</sup>FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Op.Cit.

<sup>239</sup>O caso dos filhos do Barão de Tinguá também é analisado por Ricardo Salles e Magno Borges em: SALLES, Ricardo; BORGES, Magno. “A morte do barão de Guaribu”. In: *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, v. 7, nº 13, Jul-dez, 2012.

Dados estes que nos fazem questionar que natureza pode ter tomado esta relação entre uma escrava e seu senhor.

Em seu testamento, além do desejo a ser realizado após sua morte, como acima mencionamos, o barão do Tinguá deixou registrado que alforriou a escrava africana Laura Congo em 18 de Novembro de 1849, por meio de carta feita e assinada por ele. Em seguida identificou os seis filhos de Laura, cinco mulheres e um homem, utilizando um vocabulário próprio ao senhor de escravos. Ao informar que eram cinco mulheres e um homem, serviu-se dos termos “macho” e “fêmea”. Quatro das mulheres eram casadas. Entre os maridos de suas filhas, Pedro Corrêa e Castro escolheu três como testamenteiros e inventariantes, como já mencionamos: Antônio Agrícola Fontes, José Borges Monteiro, Albino Nunes de Assis.<sup>240</sup>

Laura Congo foi dada aos 27 anos a Pedro, pela mãe do mesmo, em testamento, no final da década de 1830.<sup>241</sup> Um ano após receber o título de barão do Tinguá, Pedro deu carta de alforria à Laura. Desse modo, coincidência ou não, sua atitude de alforriar sua escrava parece provir da conquista de algo desejado e já garantido, visto que o título nobiliárquico não poderia mais ser impossibilitado por alguma atitude mal vista socialmente.<sup>242</sup> No ano de sua alforria, Laura gestava a penúltima filha, Maria, e dois anos mais tarde, nasceria o filho mais novo do casal, Martinho.<sup>243</sup> No seu testamento, Tinguá menciona várias vezes Laura como “a mãe” de seus fâmulos e dedica algumas linhas para registrar como e quando ocorreu a sua alforria buscando garantir que a mesma

---

<sup>240</sup>“Declaro que Laura de Nação Conga, passei-lhe a carta de liberdade no dia dezoito de Novembro de mil e oitocentos e quarenta e nove, e está lançada no livro de notas sendo a dita carta feita e assinada pelo meu próprio punho, esta preta, tem seis filhos sendo cinco fêmeas e um macho, a saber, Catharina, casada com Antonio Agrícola de Fontes, Antonia Casada com Albino Nunes de Assis, Marianna casada com Anacleto Dias de Paiva, a estas três favoreci muito bem, Leocádia casada com Jose Borges Monteiro, Monteiro, a esta só lhe dei dois escravos, digo duas escravas e um escravo, tenho em meu poder debaixo de minha proteção Maria de idade dezesseis anos mais ou menos, Martinho de idade de quatorze para quinze anos.” *Testamento de Barão do Tinguá*. Op.Cit. 6v-6f

<sup>241</sup>*Inventário de Mariana das Neves Corrêa*. Op.Cit.

<sup>242</sup>*Testamento de Barão do Tinguá*. Op.Cit.

<sup>243</sup>Em 1865, os dois filhos mais novos – Maria e Martinho – tinham entre 16 e 14 anos. Esses dados nos sugerem que Laura gestou seus primeiros filhos antes de esta ser alforriada. Idem. Ibidem. fl. 6f.

não fosse questionada.<sup>244</sup>

O inventário da matriarca dos Corrêa e Castro, Marianna das Neves Corrêa, que aqui estudamos, cujo inventariante é Pedro Corrêa e Castro, nos aponta dados interessantes no tocante à Laura. Ela apareceu em dois momentos. Na avaliação de todos os bens que constavam na Fazenda Santo Antônio finalizada em 27 de Janeiro de 1838, Laura Congo foi listada no valor de 310\$00 com outras três escravas em separado das demais, pois fariam parte do testamento.<sup>245</sup> Já na partilha, concluída em 28 de Julho de 1838, na relação de bens que coube a Pedro Corrêa e Castro<sup>246</sup>, Laura Congo estava listada como tendo um filho recém-nascido e constando com o mesmo valor citado anteriormente: “Uma dita, de nome Laura, Conga e um filho recém-nascido, avaliados em trezentos, e dez mil réis.”<sup>247</sup> Considerando que “as Lauras” mencionadas são a mesma pessoa, devido ao valor e procedência iguais, há duas hipóteses para explicar a menção a este filho apenas na partilha: teria o avaliador omitido a informação na avaliação dos bens ou a criança nasceu após esta avaliação. Adoto esta última versão e há grande possibilidade de que esta criança seja uma das primeiras filhas do barão, ainda não alforriada na pia batismal, na ocasião da partilha. Sendo assim, nossa hipótese é de que Laura tivesse relações com Pedro desde a década de 1830. No testamento do barão do Tinguá de 1865, não é mencionado nenhum filho de Laura que fosse fora da relação com Pedro Corrêa e Castro. Desta forma, a menção da escrava em separado no inventário de Marianna das Neves Corrêa, poderia indicar que Laura já pertencia a Pedro antes da morte da mãe.

Ao final do seu testamento de 1865, o barão confessou que esses mencionados filhos de Laura Congo eram seus filhos naturais, declarando-os legítimos

---

<sup>244</sup>Salles e Borges observam essa ênfase dada à Laura no testamento em questão.

<sup>245</sup>*Inventário de Mariana das Neves Corrêa*. Op.Cit., folha 050v

<sup>246</sup>Idem. Ibidem. Folhas 061-65f.

<sup>247</sup>Idem. Ibidem. Folhas 63f-63v.



herdeiros:

*Declaro que depois de cumpridas todas as minhas disposições por meus legítimos herdeiros as minhas fâmulas e fâmulos, sendo, Catharina casada com Antônio Agrícola Fontes, Antônia, Casada com Albino Nunes de Assis, Marianna, casada com Anacleto Dias de Paiva, Leocádia, casada com José Borges Monteiro, Maria, solteira, vivendo em minha companhia, Martinho vivendo em minha companhia. Para desencargo de minha consciência e salvação de minha alma, declaro que as minhas fâmulas e fâmulos, neste meu testamento nomeado são meus filhos, e por meus filhos sempre os tenho.*<sup>248</sup>

Laura Congo e seus filhos são os únicos citados como herdeiros do barão do Tinguá em seu testamento. Se quisermos confiar nas afirmações do barão, e levando em consideração que ninguém não citado no testamento reivindicou posteriormente os direitos sobre a herança, Pedro manteve relações íntimas frequentes e teve filhos apenas com Laura, antes e depois de sua alforria. A africana recebeu do barão, em testamento, 4:000\$000 de réis e 4 escravos – três homens e uma mulher – e já havia recebido antes, quando o barão era vivo, uma escrava, Joanna de Nação Benguela.<sup>249</sup> Portanto, a constância das relações íntimas, o tempo em que Laura esteve próxima a Tinguá, a alforria em vida e a menção no testamento sugerem uma relação duradoura.

Na escrita dos últimos desejos, o barão do Tinguá utiliza a expressão “para desencargo de minha consciência”, ao reconhecer os filhos, já que durante toda a sua vida não os assumiu na esfera pública como filhos legítimos. Situação que poderia ter incomodado o barão ou talvez pudesse, de acordo com sua mentalidade, impedi-lo de viver a vida desejada após a morte. Entretanto, ele manteve tanto os filhos quanto Laura em seu convívio privado e doméstico durante boa parte de sua vida.<sup>250</sup> No testamento em questão, afirma manter os filhos mais novos, Maria, com 16 anos, e Martinho, com 14,

---

<sup>248</sup> *Testamento do barão de Tinguá*. Centro de Documentação Histórica- CDH, USS, Vassouras. 1865. fl.7 frente.

<sup>249</sup> *Idem*. *Ibidem*. fl. 6 frente;

<sup>250</sup> *Idem*. *Ibidem*.; *Doação e Insinuação*. Centro de Documentação Histórica - CDH, USS, Vassouras, 1855, fl. 3 frente.

sob seus cuidados<sup>251</sup>. O cuidado estava associado, nas próprias palavras do barão, ao “amor”, “proteção” e “educação”. Aparentemente, havia um vínculo afetivo paterno para com as crianças.

Tinguá também se preocupou em demonstrar que os proveu e os proveria com bens, dinheiro e escravos. O barão afirma ter favorecido, em vida, Catharina, Antônia e Mariana através de seus respectivos maridos, ao contrário de Leocádia que só teria recebido apenas três escravos. À Leocádia, Maria e Martinho foram deixados 10:000\$000 de réis para cada um, fora a herança.<sup>252</sup>

A sequência em que os nomes dos filhos aparecem no documento pode ter tido como referência as suas idades. Infelizmente, não conseguimos localizar nos livros de batismo da Igreja de Vassouras os registros de todos os seis filhos de Pedro e Laura, o que impossibilitou-nos saber as datas de nascimentos e nos levou a considerar a referida sequência em que aparecem nomeados no testamento do barão. Os mais novos, Leocádia, Maria e Martinho, não teriam recebido tantos agrados e benefícios financeiros, como julgava o barão. Na data da escrita do Testamento, 1865, Maria tinha 16 anos e Martinho 14, isto é, a primeira nasceu em 1849 e o último em 1851.

Localizamos nos livros de Batismo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Vassouras as datas de batismo de Leocádia e Martinho. Ambos os irmãos foram batizados em capelas de fazendas de propriedade da família Corrêa e Castro, mas em épocas e circunstâncias diferentes.<sup>253</sup>

Leocádia foi batizada no dia 7 de janeiro de 1844 no oratório da Fazenda Santo Antônio, de propriedade de Pedro Corrêa e Castro, coronel na época. Consta no livro de batismo para o ano de 1844, de pessoas livres, que Leocádia foi registrada como filha natural de Laura de nação, escrava de Pedro, e que por este a ingênua foi liberta na

---

<sup>251</sup>*Testamento de Barão de Tinguá*. Op.Cit.

<sup>252</sup>Idem. Ibidem. fl.6f

<sup>253</sup>*Livros de Batismos para pessoas livres 3 e 4*. Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Vassouras

Pia Batismal “para o todo sempre”. Seus padrinhos foram Francisco Ignácio d’Araújo e Dona Constância Eufrasina de Nazareth e Monteiro.<sup>254</sup>

O filho mais novo do barão do Tinguá, Martinho, foi batizado em 18 de julho de 1851 no oratório da Fazenda de Castro de propriedade de Antonio Corrêa e Castro, irmão de Pedro, já barão na época. Martinho foi registrado como pardo, nascido em 20 de março de 1851, filho natural de Laura de Nação, quem foi registrada como “forra e que foi escrava do Excelentíssimo Barão do Tinguá”. Os padrinhos foram os proprietários da fazenda de Castro, Antonio Corrêa e Castro e sua esposa d. Maria Elizia de Castro, irmão e cunhada do barão do Tinguá.<sup>255</sup> Haveria, desse modo, aceitação dos filhos de Laura por parte do irmão e da cunhada de Pedro.

Os dois registros se diferenciam, o de Leocádia e de Martinho, pela condição de sua mãe Laura. Leocádia foi uma das meninas que nasceu antes da alforria de sua mãe, quando Pedro não tinha recebido o título de barão, e, por isso foi liberta por seu pai no batismo. Martinho, por sua vez, nasceu dois anos após sua mãe ser alforriada, o que, inclusive fez com que o ingênuo fosse caracterizado com pardo. Durante o período colonial e imperial, enquanto a escravidão perdurou, houve uma espécie de categorização usada para diferenciar as gerações de escravos e descendentes de escravos que variava de acordo com o nível de proximidade e a distanciação no qual o indivíduo se encontrava do mundo livre e do mundo escravo.<sup>256</sup> Os termos negro ou preto categorizavam os escravos, que após serem libertos poderiam ser identificados como livres ou forros; os filhos de escravos africanos eram chamados de crioulos e podiam ser identificados como forros ou livres, se fossem alforriados; e, por fim, os pardos eram, geralmente, os filhos de crioulos

---

<sup>254</sup> *Livro de Batismo para pessoas livre* 3. Op. Cit. 1844, p.50

<sup>255</sup> *Livro de Batismo para pessoas livres* 4. Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Vassouras. 1851, p. 82

<sup>256</sup> GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social. (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Op.Cit.

(escravo, livre ou forro) ou os filhos de escravos já libertos.<sup>257</sup> Dessa forma, o indivíduo caracterizado como pardo, sendo ele livre, era marcado pela ascendência direta com escravos e estava na linha divisória entre mundo livre e escravo, porém, estava mais pendendo para o mundo livre. Após os referidos registros de batismo, nos documentos que analisamos, nenhum dos cinco filhos de Laura receberam identificação de condição.

A primeira filha mencionada no testamento de 1865, Catharina Clara das Neves Silva teve seu dote pago pelo seu pai barão, com muitas justificativas. Um documento de *Doação e Insinuação*, de 1855, dez anos antes do testamento, registra a doação de terras, escravos e dinheiro que Tinguá havia feito a Antônio Joaquim da Silva Fontes<sup>258</sup>, o qual havia desposado Catharina Clara das Neves Fontes. Joaquim recebeu 5:000\$000 de réis no dia do casamento, terras avaliadas em 4:200\$00 e 10 escravos, sendo 8 homens africanos e duas mulheres, uma crioula e outra parda, totalizando o valor de 12:050\$000.<sup>259</sup> A doação foi feita como dote do casamento de Catharina, “que ele Outorgante [o barão] criou e educou em sua casa, e a quem por isso mesmo tinha muito estima”<sup>260</sup> e “amizade”.<sup>261</sup> Duas testemunhas, para testar a autenticidade da doação no referido documento, também confirmam a “amizade” e o fato da moça ter vivido na casa do Barão de Tinguá como motivos para tal doação.<sup>262</sup> Catharina não é mencionada como filha até o testamento de 1865, quando o barão diz possuir seis fâmulos. No documento de 1855, a moça é identificada apenas como pessoa amiga.

Nesse sentido, podemos considerar que dentre os seis filhos, ao menos três deles, conviviam com Tinguá na privacidade da casa, no momento de sua morte. Mas, até

---

<sup>257</sup>Idem. Ibidem.

<sup>258</sup>Antônio Joaquim da Silva Fontes passa a assinar como Antônio Agrícola Fontes em 1859. “Valença e Vassouras” In: *Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Domingo 15 de maio de 1859. fl.2 Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568>>

<sup>259</sup>*Doação e Insinuação*. Op.Cit. fls.3f-3v

<sup>260</sup>Idem. Ibidem, fl. 3f

<sup>261</sup>Idem. Ibidem. fls. 5v-6f.

<sup>262</sup>Idem. Ibidem. fls. 5f-6f.

a redação do testamento, em 1865, e na ocasião da abertura do mesmo, Pedro ainda não havia assumido publicamente a paternidade dos seis filhos que tivera com Laura Congo. Nos documentos, que aqui analisamos, é mencionado o relacionamento de “criação” e “educação”, “amizade” entre o barão e seus fâmulos<sup>263</sup>. O testamento foi respeitado, não havendo contestações após abertura. Sabe-se que todos receberam suas partes na herança, mas nenhum deles dera continuidade ao patrimônio, que, aliás, parecia já não ser tão avultante.<sup>264</sup> Na época do testamento, inventário e partilha, em 1869 e 1870, é notório que não havia mais nenhum irmão vivo de Pedro, isto é, alguém que se declarasse herdeiro legítimo prioritário: José Corrêa e Castro falecera em 1846, d. Matiniana Quitéria de S. Eliseu em 1847, Laureano Corrêa e Castro em 1861 e Antônio Corrêa e Castro em 1864.<sup>265</sup>

Comparando o caso dos herdeiros do barão do Tinguá com o caso estudado por Robert Slenes<sup>266</sup> de duas gerações da família Gurgel Mascarenhas, da região de Campinas, São Paulo, tanto Lúcio Gurgel Mascarenhas como seu filho Isidoro Gurgel Mascarenhas eram filhos de senhor e escrava. Tanto Lúcio quanto Isidoro receberam suas heranças e posteriormente tornaram-se prósperos proprietários. Pedro Gurgel Mascarenhas, pai de Lúcio e avó de Isidoro, prestava serviços como taipero, construtor, e alugava seus escravos. Já seu filho Lúcio, após receber a herança em 1847, obteve terras e embrenhou-se na produção escravista de alimentos, tendo sido anteriormente administrador da propriedade de um senhor. Seu patrimônio, na ocasião de seu falecimento em 1861, era formado por 23 escravos, um sítio, duas casas e um terreno

---

<sup>263</sup> *Testamento de Barão de Tinguá*. Op. Cit.; *Doação e Insinuação*. Op. Cit.

<sup>264</sup> Já na década de 1850, o Barão dissera em documento à Câmara, na ocasião da construção da Santa Casa de Misericórdia, diante da solicitação de mais doações, que as quantias que iria doar eram o “quanto chega as minhas fracas forças”. TELLES, Augusto C da Silva. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 290, janeiro/março, 1971. Não possuo o levantamento global da propriedade do Barão, visto que seu inventário não consta em arquivo algum.

<sup>265</sup> *Inventário de Mariana das Neves Corrêa*. Op. Cit.

<sup>266</sup> SLENES, Robert. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”. In: *História da Vida Privada no Brasil*, Vol.2, p.234

urbanos, contabilizando 52:000\$000 de réis.<sup>267</sup>

Lúcio Gurgel Mascarenhas era filho de Pedro Gurgel Mascarenhas com uma mulher de condição não identificada, provavelmente escrava. Lúcio, por sua vez, mantinha relações com várias escravas, tendo filhos com elas. Ana, Rufina e Maria são as mães escravas identificadas em documentos posteriores ao testamento em que Lúcio reconhece seis filhos.<sup>268</sup> Um destes era Isidoro, filho de Ana, que permaneceu escrava mesmo após o reconhecimento da paternidade de seu filho, sendo liberta apenas após a maioridade do filho e por este mesmo.<sup>269</sup>

Robert Slenes observa que Lúcio não manifestou preocupação alguma com as mães de seus filhos. Ele foi complacente com os filhos ao deixar a eles todo o seu patrimônio em testamento, mas sequer menciona a mãe dos mesmos. Duas destas mães são arroladas como escravas, como parte do patrimônio de Lúcio em 1861, ano de sua morte. Apenas Rufina não apareceu no inventário, o que sugere que possa ter sido alforriada anteriormente. O fato é que Lúcio evitou ligar seu nome ao delas, à medida que, ao reconhecer a paternidade das crianças, omitiu os nomes das mães, e quando estes são mencionados nos registros de batismo, quando tais crianças se tornam livres, a paternidade ficou incógnita.<sup>270</sup>

Relações desse tipo podiam se dar por coação, violência, afeto por parte do senhor para com a escrava e/ou a mistura de todos esses elementos. Em outras palavras, as escravas muitas vezes eram forçadas e abusadas por seus senhores ou poderiam consentir em ter relações com eles almejando alguma melhora de sua condição de vida no cativeiro. No caso de Laura e do barão do Tinguá, falta-nos uma documentação de cunho pessoal e privado que pudesse nos indicar mais detalhes. O privado manteve-se privado e

---

<sup>267</sup>Idem. Ibidem. p. 237-239

<sup>268</sup>Idem. Ibidem. p. 251-252

<sup>269</sup>Idem. Ibidem. p. 234

<sup>270</sup>Idem. Ibidem. p. 251-252

não temos acesso a ele. Contudo, podemos conjecturar, pela duração longa da relação, pelos dotes dados à filha e pelo reconhecimento dos seis filhos no ato de testar, que, para além da coação que sempre haveria numa relação senhor-escrava, tenha havido sentimentos de afeto entre Pedro e Laura.

Sobre esse tema, o historiador Robert Slenes supõe que as mulheres escravas se moviam dentro de um campo de negociação, também através de seu consentimento, em suas relações com seus senhores. Essas mulheres tinham a possibilidade de obter favores, “prêmios”<sup>271</sup>, dos senhores, como a própria alforria, por exemplo.<sup>272</sup> Mas é importante salientar que tais relações se inscreviam dentro de uma dinâmica escravista de forças desiguais, em que a vontade do senhor prevalecia.<sup>273</sup> Desse modo, muitas dessas escravas podiam se submeter a tais relações por medo de sofrer as “penalidades” da recusa.

Para a região do Vale do Paraíba e convivendo na mesma época com a classe senhorial vassourense, temos o caso da Maria das Antas, liberta que tivera filhos com Cláudio Gomes Ribeiro, o Barão do Guaribu, megaproprietário da fazenda de mesmo nome. O barão do Guaribu não reconheceu a paternidade dos filhos nem no testamento. Mesmo assim, deixou aos filhos grande parte de sua herança e designou que Maria das Antas fosse sustentada pelos rendimentos da fazenda das Antas enquanto ali vivesse.<sup>274</sup>

Enquanto Lúcio Mascarenhas sequer menciona as mães escravas de seus filhos em testamento, o barão de Guaribu cita a mãe de seus filhos, Maria das Antas, apesar de não reconhecê-los como tal. Guaribu não conseguiu abrir mão, nem para após a morte, de sua imagem de homem da classe senhorial, deixando dois legados

---

<sup>271</sup>SLENES, Robert. “Senhores e Subalternos no Oeste paulista.” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*. Op.Cit. p. 255

<sup>272</sup>Idem. Ibidem. p. 255-256

<sup>273</sup>SALLES, Ricardo; BORGES, Magno. “A morte do barão de Guaribu”. In: *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, v. 7, nº 13, Jul-dez, 2012. p. 87-88.

<sup>274</sup>Idem. Ibidem. p. 85-87,90

contraditórios: o para seus irmãos como herdeiros legítimos seus e o legado para seus filhos e a mãe deles a fim de deixá-los confortáveis financeiramente.<sup>275</sup> Um terceiro caso de relacionamento de senhor-escrava na comarca de Vassouras ocorreu entre o barão do Capivary e América Luiza. Apesar de não ter filhos com a escrava, o barão deixou para sua amante a alforria, a garantia de moradia em sítio dentro das terras do Pau Grande, 20 escravos e uma pensão de 10:000\$000 até sua morte. Apesar da escrava não poder vender as terras e bens recebidos, o benefício lhe garantiu boas condições de vida e o fim do cativeiro.<sup>276</sup> Portanto, o caso do barão de Tinguá está circunscrito no conjunto desses casos em que senhores têm relações com suas escravas e não sofrem penalidades sociais por isso. Contudo, diferencia-se dos mesmos à medida que é o único que deu ênfase ao reconhecimento de seus filhos e à ex-escrava Laura como mãe deles.

O reconhecimento público desse tipo de relacionamento implicava para o homem da “boa sociedade”<sup>277</sup> colocar em xeque o parâmetro de vida estipulado para um homem ilustre na sociedade imperial, embora a prática de manter relações com escravas fosse, como já dito, habitual. Tais relações eram mantidas nos limites do âmbito privado, de controle do patriarca, mas não extrapolavam para a vida pública. As declarações, aqui analisadas ocorreram em testamentos, documentos para serem abertos após a morte, que exprimiam a última vontade do falecido. Ou seja, era uma oportunidade de confessar os pecados e buscar corrigi-los, garantindo a expiação dos pecados, como garantia a tradição católica vigente. Para Ricardo Salles e Magno Borges:

*Relacionamentos com escravas, eventuais ou duradouros, mais assumidos ou menos assumidos, com todas as tensões e conflitos que implicavam, compunham o universo do ethos e do habitus senhoriais. Não apenas porque eram permitidos e praticados, mas porque o eram dentro de limites razoavelmente estabelecidos. Limites que asseguravam uma separação entre essa intimidade transgressora, da ordem do privado e do pessoal, e o mundo de práticas e representações da classe senhorial,*

---

<sup>275</sup>Idem. Ibidem.

<sup>276</sup>MUAZE, Mariana. *O Império do Retrato*. Op.Cit., p. 200.

<sup>277</sup>Para conceito de “boa sociedade” vide: MATTOS, I. R. Op.Cit.



*inclusive daquelas igualmente de ordem privada.*<sup>278</sup>

O fato de um senhor manter relacionamento duradouro com uma escrava e, no caso do barão do Tinguá, manter uma família nessas circunstâncias, por mais contraditório que aparentemente pudesse ser ao relembrarmos as definições oitocentistas idealizadas de família, era algo possível. As relações entre senhores e suas escravas eram aceitáveis e faziam parte do mundo senhorial, apesar de serem transgressoras, como afirmam Salles e Borges.<sup>279</sup>

A cisão da vida em pública e privada e um possível resguardo à privacidade permitiram que o barão do Tinguá mantivesse sua família com Laura e ao mesmo tempo escrevesse uma trajetória de titular do Império. O fato de nunca ter se casado com uma mulher de uma das famílias abastadas de Vassouras ou então com alguma prima ou sobrinha, como fizera tantos dos seus parentes, demonstrou uma escolha que destoava da lógica familiar ideal, da perpetuação do sobrenome, da manutenção e expansão do patrimônio. A escolha por continuar solteiro nos permite inferir que ele optou por levar uma vida marital com Laura e abriu mão de um patrimônio que lhe seria acrescentado por meio do dote. De fato, o referido barão manteve uma família na vida privada da fazenda, onde sob seu domínio não haveria o julgamento dos olhares da classe senhorial.

Que destino terá levado os herdeiros do barão do Tinguá? Tal questão se coloca para nós ao chegarmos nesta etapa de análise e ganha importância ao nos ajudar a responder outra: em uma sociedade marcada pela linha divisória entre escravidão e liberdade, haveria possibilidades de inserção social para os filhos de uma relação entre senhor e escrava? Vejamos no capítulo a seguir.

---

<sup>278</sup>Idem. Ibidem. p. 90

<sup>279</sup>SALLES, Ricardo; BORGES, Magno. “A morte do barão de Guaribu”. Op. Cit.

### **Capítulo III: Filhos do barão: herdeiros legítimos, filhos de mãe escrava**

Todas as cinco filhas de Laura Congo com o barão do Tinguá obtiveram casamentos com homens livres sem ligações diretas com as nobres famílias de Vassouras. Leocádia Correia Monteiro casou-se com José Borges Monteiro. Catharina Clara das Neves Fontes, a qual teve seu dote pago por Tinguá, casou-se com Antônio Agrícola de Fontes. Marianna Correa das Neves Paiva foi desposada por Anacleto Dias Paiva. Antonia Cândida das Neves Corrêa de Assis casou-se com Albino Nunes de Assis e Maria José Ribeiro, depois de 1865, casou-se com Ildefonso José Ribeiro.

As fontes que poderiam nos levar a conhecer as trajetórias e os destinos exclusivamente dessas mulheres é inexistente. As anotações de família nada falam sobre elas, diferentemente dos ilustres homens, como vimos nas linhas dos capítulos anteriores. Temos os registros de batismo de alguns deles e processos em cartório, os quais já nos dão informação de quando nasceram, tiveram alguma ação na justiça e morreram, no que diz respeito aos homens. Porém, mesmo nos processos, as mulheres estão sempre precedidas pelos seus cônjuges, o que dificulta que sejam traçadas suas trajetórias. Diante dessas considerações, partimos para a busca de fontes que nos dessem pistas dos maridos das filhas de Laura Congo e do barão. Fizemos isto com duas finalidades: em primeiro lugar, de conhecer os destinos dessas filhas por meios indiretos, já que não temos muitas fontes diretas sobre elas; em segundo, de responder a questão que diz respeito à inserção dessas mulheres na sociedade oitocentista por meio de casamentos.

Retomando a ideia de que os casamentos, para as famílias senhoriais, eram uma forma de fortalecer os contatos com outras famílias de influência e patrimônio equivalente, além de manter o patrimônio em uma mesma esfera social ou até dentro de

uma mesma família<sup>280</sup>, o perfil social e econômico desses maridos das filhas nos diz muito. Com quem o barão teria unido suas filhas? E, com quem era possível casa-las visto que eram filhas de uma escrava com um barão?

O casamento para as outras classes, também, tinha sua face estratégica. Segundo Cacilda Machado, o casamento era para escravos e livres de cor uma das estratégias sociais possíveis para assegurar a própria liberdade e de sua geração. Em contrapartida, acabavam, desse modo, reproduzindo e reiterando as hierarquias da sociedade escravista.<sup>281</sup> A autora fez menção, em seu trabalho, aos “casamentos mistos”, isto é, uniões entre escravos e pessoas de cor ou entre escravos e livres.<sup>282</sup>

Ao explorar os jornais e os almanaques do período da década de 1840 a 1880, conseguimos as pistas para traçarmos os perfis dos genros do barão e de Laura Congo. Acompanhamos as listas com os estabelecimentos políticos, religiosos e comerciais do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, também conhecido como *Almanak Laemmert*, e começamos a conhecer esses homens. Outros jornais com pequenas notas nos revelaram muito mais do que imaginávamos e nos fizeram partir para outros tipos de fontes.

### 3.1. Os genros do barão

Leocádia Correia Monteiro, liberta na pia batismal por seu pai em 1844, casara-se com José Borges Monteiro. Nas páginas do *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, dos anos de 1866, 1868, e 1871 a 1874<sup>283</sup>, José é listado na relação da Guarda Nacional como porta-estandarte do corpo de cavalaria do

---

<sup>280</sup>MUAZE, Mariana. *O Império do Retrato*. Op. Cit.

<sup>281</sup>MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2008.

<sup>282</sup>Idem. Ibidem. p. 87

<sup>283</sup>*Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira, 1866, 1868, 1871 a 1874.

comando superior dos municípios de Vassouras e Iguassú, na seção da Província do Rio de Janeiro.

A Guarda Nacional foi uma instituição criada em 1831 e representou uma forma descentralizada de assegurar a ordem nas províncias. Os potentados locais investiam e mantinham a Guarda Nacional em suas áreas de atuação, exercendo poder da força.<sup>284</sup> Laureano Corrêa e Castro, o barão do Campo Bello, por exemplo, fez grandes investimentos para manter um corpo da Guarda Nacional na região de Vassouras e arredores.<sup>285</sup> Para fazer parte de seus grupamentos era necessário ser cidadão votante, isto é, ter renda mínima anual de 200 mil réis para votar, além de ter rendimentos para se manter, uma vez que a atividade na Guarda não era remunerada e todas as despesas nela ficavam a cargo do próprio membro. Isto significa que José Borges Monteiro possuía rendimentos que o permitiam participar da Guarda Nacional e assim exercer uma função respeitada na sociedade local.

Catharina Clara das Neves Fontes, a primeira filha citada no testamento do barão do Tinguá, fora desposada por Antônio Agrícola Fontes. Nas listas do *Almanack Administrativo* para o Município de Vassouras, em 1850, quando ainda assinava como Antônio Joaquim da Silva Fontes, Antônio aparecia entre os alfaiates da cidade.<sup>286</sup> Tempos depois, de 1855 a 1856 foi tesoureiro do Juizado dos “Orfãos e Ausentes” em Vassouras, tendo a responsabilidade de tomar conta dos cofres desta Vara.

Como tesoureiro dos Órfãos e Ausentes, Antônio, durante dois anos, tinha a incumbência de cuidar dos Cofres dos órfãos, de fazer – quando solicitado pelo juiz – balanços dos valores que entravam e saíam das contas dos menores, ou pessoas

---

<sup>284</sup>CASTRO, Jeanne. *A milícia cidadã, A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. Cf. RODRIGUES, Antônio E. M.; FALCON, Francisco J. C.; NEVES, Margarida de Souza. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro (1831-1918)*. Rio de Janeiro: PUC, 1981.

<sup>285</sup>Para a atuação de Laureano Corrêa e Castro, o barão de Campo Bello, vide o capítulo 1 desta presente dissertação.

<sup>286</sup>*Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Op. Cit. 1850, p. 204-203

incapacitadas de responderem por si, que tornaram-se órfãos ou, por algum motivo, eram deixadas por seus pais. Esses menores e incapacitados ficavam sob a responsabilidade de um tutor, mas seus bens ficavam sob a proteção desse juizado, que só o liberaria após a maioridade ou emancipação.<sup>287</sup> Tal função também o caracteriza como uma pessoa alfabetizada, o que já conferia certa condição social na sociedade imperial.

A partir de idos de maio de 1859, Antônio passa a assinar como Antônio Agrícola Fontes, como se encontra em nota intitulada *Valença e Vassouras no Jornal do Commercio* de domingo de 15 de maio de 1859.<sup>288</sup> O motivo da troca de nomes seria o aparecimento de um homônimo.<sup>289</sup> Em outras palavras, havia um homônimo indesejado. A partir também daquele ano, Antônio Agrícola é mencionado em notas e páginas dos periódicos em assuntos referentes a sua vida de fazendeiro.

Antônio Agrícola Fontes vivia em Valença, em uma propriedade de nome Rancho Novo de Conservatória<sup>290</sup> e, durante toda década de 1860, encontra-se na lista de fazendeiros de Valença no já citado *Almanack*<sup>291</sup>. Valença, inicialmente como Vila de Nossa Senhora da Glória de Valença, assim como Vassouras e Paty do Alferes, foi fundada às margens do Caminho Novo, um dos sentidos tomados no Vale do Paraíba pela expansão do plantio do café oriundo do Rio de Janeiro em direção a Minas Gerais.<sup>292</sup>

Em novembro de 1861, Antônio Agrícola participou de subscrição com o valor de 20\$000 réis para abertura de uma estrada de rodagem que unisse Valença à

---

<sup>287</sup>CARDOZO, José Carlos da Silva; FLECK, Eliane C. D.; SCOTT, Ana Silvia Volpi. “O Juízo dos Órfãos em Porto Alegre”. In: *Revista Justiça e História*. ISSN 1677- 065x. vol. 9, nº 17 e 18, Agosto de 2012.

<sup>288</sup>“Valença e Vassouras” In: *Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Domingo 15 de maio de 1859. fl.2 Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568>>

<sup>289</sup>Idem. *Ibidem*.

<sup>290</sup>“Valença”. In: *Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. 28/10/1859 a 01/11/1859

<sup>291</sup>*Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira, Cód.: TRB00428.0072, Label:313394b. 1848-1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394b&pesq=Corrêa%20e%20Castro>

<sup>292</sup>MUAZE, Mariana. *Relatório histórico de Vassouras e das personagens ligadas ao Museu Casa da Hera*. 2017

localidade de Desengano, pertencente a este município<sup>293</sup> e, posteriormente, em 1863, contribuiu com o valor de 20\$000 réis na lista de subscritores das ações para o projeto do ramal da estrada de ferro, ligando Valença ao restante do rio Paraíba.<sup>294</sup> Essa segunda subscrição fazia parte de um grande esforço dos fazendeiros de Valença para que o trem passasse mais próximo de suas unidades de produção. A Estrada de Ferro D. Pedro II havia se tornado próxima das cidades do Vale após a inauguração da Estação de Belém, em 1858, localizada ao pé da serra. O projeto de sua expansão visava, ainda, bifurcar o trajeto nos sentidos de Minas Gerais e São Paulo.<sup>295</sup> Vassourenses influentes e fazendeiros de Valença travaram uma disputa sobre qual local seria agraciado com o traçado da linha. Enquanto os Teixeira Leite, eminentes financistas e comissários de café, precionavam para que a ferrovia saísse do ponto chamado Rodeio, atual cidade de Paulo de Frontin, para Vassouras, os fazendeiros de Valença, representados pela família Faro, defendiam que de Rodeio a linha seguisse para Barra do Piraí e depois Entre Rios, hoje Três Rios. Em 1863 foi inaugurada a estação de Rodeio e os moradores de Valença saíram ganhando a disputa.<sup>296</sup> Antônio, da mesma forma, tinha interesse que fossem abertas vias de transporte e comunicação entre a área de sua propriedade e as grandes vias do Vale do Paraíba. Esses dados confirmam que Antônio estava inserido na cultura cafeeira e possuía alguns recursos que o permitiram investir em ações de ferrovias.

Do mesmo modo, em uma pequena nota de 1859 no jornal *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*<sup>297</sup>, Antônio procurava o escravo crioulo Jacintho, fugido de sua propriedade em Valença, o que nos permite entrever, mesmo que de modo

---

<sup>293</sup>*Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. 20 de novembro de 1861, fl. 2.

<sup>294</sup>*A Actualidade, jornal político, litterario e noticioso*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. 1863. fl.3

<sup>295</sup>MUAZE, Mariana. *Relatório histórico de Vassouras e das personagens ligadas ao Museu Casa da Hera*. 2017

<sup>296</sup>Idem. Ibidem.

<sup>297</sup>“Valença”. In: *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. 1859, fl.4

superficial, a dinâmica do tratamento dado a sua escravaria. Jacintho havia fugido do Rancho Novo desde 19 de setembro daquele ano e tinha levado consigo uma coberta de lã marcada com o número 12 no centro, e as roupas do corpo: a camisa marcada no peito com as iniciais de seu senhor, “A.J.S.F.” – Antônio Joaquim da Silva Fontes – e calça, marcada com o número 17 no cóis, ambos de algodão mineiro. Antônio numerava e marcava as vestimentas e outras roupas que provia aos seus escravos como uma forma de controle dos objetos da propriedade e de controle dos próprios escravos. De acordo com a nota, Jacintho era cozinheiro e trabalhava de alfaiate,

*quando trata com qualquer pessoa mostra um agrado oficioso, cheio de acionados de mãos e de cabeça, mostrando diligência quando vai fazer qualquer coisa; sabe ler e costuma intitular-se forro.*<sup>298</sup>

Nas descrição presente na nota, o escravo fugido tinha machucados e escoriações por todo o rosto e nas nádegas. Não sabemos o seu motivo exato para ter fugido, no entanto, Jacintho queria ser alforriado e mentia que já o era.

Antônio Agrícola, como veremos mais à frente, foi escolhido pelo barão de Tinguá para ser seu primeiro testamenteiro e inventariante. Em 1865, data da escrita do testamento, o barão poderia ter nomeado como tal, algum de seus sobrinhos, filhos de seus finados irmãos, barão de Campo Bello e Comendador Antônio Corrêa e Castro, mas escolheu o referido Antônio Agrícola, o que denota uma certa proximidade e confiança entre este e o primeiro.

Em 1875, Dona Catharina Clara das Neves Fontes veio a falecer. Em nota de convite para missa pela alma de Catharina, como de costume, Antônio Agrícola, sua sogra, Laura Congo, e seus filhos agradecem as pessoas que compareceram ao funeral da filha do barão.<sup>299</sup> Nesse trecho, temos a única menção a Laura após o testamento do barão de Tinguá, de 1865, mesmo que indiretamente como “sogra” de Antônio. Na data de

---

<sup>298</sup>Idem. Ibidem.

<sup>299</sup>*Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. 1875, folha 5.

falecimento de Catharina, Laura teria 72 anos de idade, se levarmos em conta que ela tinha 27 anos na avaliação contida no inventário da mãe do barão de Tinguá, datado de 1837.<sup>300</sup> A menção também nos leva a crer que Laura permaneceu até o fim de sua vida no convívio com seus filhos, genros e netos, provenientes da sua relação com o barão.

O terceiro genro, Anacleto Dias Paiva, esposo de Marianna das Neves Paiva, aparece nas listas do *Almanack Administrativo* na condição de fazendeiro na Freguesia de São Sebastião dos Ferreiros, pertencente ao município de Vassouras, durante quatro anos consecutivos, de 1868 a 1870.<sup>301</sup> A partir de 1871, são seus herdeiros que aparecem na seção *Fazendeiros da Vila*, isto é, Anacleto viera a falecer entre meados de 1870 e 1871. Sua condição mais afortunada não proveio, inicialmente, do casamento com Marianna, mas da herança que recebera do Padre Antônio d'Anunciada.

Padre Antônio d'Anunciada era natural de Portugal, da Vila de São Miguel, nascido em 21 de dezembro de 1802. Em 1857, Padre Antônio atendia como capelão na fazenda do Barão do Campo Bello, a Secretário, e mandou escrever seu testamento, pois já se encontrava muito enfermo.<sup>302</sup> Declarando que não possuía herdeiros nem em Portugal e nem no Brasil, instituiu Anacleto como seu único e universal herdeiro, deixando para ele:

*todos os meus bens, constituintes em terras, cafezais, casas, engenho de pilões, paiol, moinho, benfeitorias e escravos com a única exceção dos bens expressamente mencionados abaixo.*<sup>303</sup>

Continuando seu testamento, o padre menciona que Anacleto era filho natural de Maria Angola. Os únicos bens que não faziam parte de sua herança, como termina a citação acima, eram os escravos que mandava dar alforria após abertura do testamento e

---

<sup>300</sup>*Inventário de Maria das Neves Corrêa*. Op. Cit. 1837.

<sup>301</sup>*Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. p. 1868-1871

<sup>302</sup>*Testamento de Padre Antonio da Anunciada*. Centro de Documentação Histórica. Vassouras. Cód. 10663961037, 1857, folhas 1f-1v

<sup>303</sup>Idem. Ibidem.



as terras que alguns desses mesmos escravos receberiam. Entre os escravos a serem alforriados estavam a própria Maria Angola e mais seus outros três filhos e uma nora, Alexandre, casado com Joaquina, Emília crioula e Simplício.

Portanto, Anacleto Dias Paiva era filho de mulher escrava, tinha sido liberto, ou na pia batismal ou depois, e possuía mais irmãos que permaneceram escravos junto com sua mãe até a abertura do testamento do Padre Antônio. É possível que Anacleto tenha vivido na mesma fazenda que sua mãe e seus irmãos, mas com a condição de livre e diferenciando-se dos seus parentes de sangue. Não sabemos ao certo o motivo que teria levado o padre Antônio d'Anunciada a escolher Anacleto Dias Paiva como seu herdeiro, porém, haveria a possibilidade de que os dois fossem pai e filho. Anacleto seria, então, um filho ilegítimo e não reconhecido, uma vez que, o padre desceu ao túmulo como padre, e jamais poderia confessar ter filhos se seguisse o celibato corretamente.

O padre Antônio tinha grande proximidade com os Corrêa e Castro, à medida que trabalhava para um deles, como já dito acima, e que tinha adquirido terras próximas às propriedades do barão de Campo Bello. Inclusive, o padre designou Campo Belo como primeiro testamenteiro e como segundo o barão do Tinguá. Essas relações podem ter feito a ponte para o casamento entre Anacleto e Mariana, filha do barão de Tinguá.

Anacleto recebeu as terras e os bens móveis e imóveis da Fazenda Boa Vista, nas terras adjacentes a Fazenda Secretário, onde residiu o padre Antônio, com exceção das doações feitas a outras pessoas e os escravos a serem libertos.<sup>304</sup> O padre doou terras a Alexandre e sua esposa Joaquina, escravos forros já mencionados acima, no valor de 1:000\$000 de réis e à Benedita, liberta na pia batismal, no valor de 1:240\$000 de réis.<sup>305</sup> Houve notícias de que o capelão havia deixado uma fortuna:

*Faleceu no dia 9 do corrente [mês de março] o padre Antonio da Anunciada,*

---

<sup>304</sup>*Inventário do Padre Antônio d'Anunciada. Op.Cit.*

<sup>305</sup>*Idem. Ibidem. fl.8v-9v*

*fazendeiro deste município e capelão da fazenda do Secretário; deixou uma fortuna de perto de 100 contos de réis.*<sup>306</sup>

O conjunto dos bens avaliados no Inventário, também de 1857, retrata uma propriedade razoável, somando 72:156\$820 de réis. Na Fazenda Boa Vista, havia uma casa de vivenda pouco mobiliada e sem luxo, entretanto, havia duas senzalas, paiol, moinho e casa com engenho. O padre tinha 29 escravos a seu serviço, o que o caracterizava como um médio proprietário.<sup>307</sup> O foco da propriedade era a produção do café. Na ocasião da avaliação, havia quarenta e cinco mil pés de café, totalizando 10:800\$000 de réis, e setecentos e cinquenta e nove alqueires de café em coco, isto é, já seco, no valor de 1:138\$500 de réis. Estranhamos o fato de Anacleto ter sido listado como fazendeiro apenas em 1868, se o processo de inventário do padre Antônio d'Anunciada termina no final da década de 1850.

O marido de Mariana, Anacleto, era, portanto, livre nascido de mãe escrava africana, Maria Angola, e havia vivido na propriedade mais importante dos irmãos Corrêa e Castro. Foi agregado do padre que lhe deixou grande parte da fazenda da Boa Vista com escravaria e inseriu-se na sociedade a partir dessa propriedade. Essa inserção no mundo dos Corrêa e Castro o levou a contrair matrimônio com a referida filha do barão, cujo sangue escravo também compunha a ascendência. Desta forma, Mariana e Anacleto estão na mesma linha divisória da sociedade oitocentista entre mundo escravo e mundo livre.

A ascendência escrava marcava o indivíduo por toda a vida, de acordo com o grau de proximidade com o passado escravo, ou seja, conforme as gerações fossem se distanciando daquele passado, mais caminhava-se para o status de ser livre.<sup>308</sup> No mundo

---

<sup>306</sup>“Correspondência do Rio de Janeiro”. In: *Correio Mercantil*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital. Domingo, 5 de Abril de 1857

<sup>307</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Op.Cit. p.156

<sup>308</sup>GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. (Porto Feliz,

dos egressos, a inserção social em uma sociedade escravista, na qual a escravidão estava em todas as esferas da vida, ocorria muitas vezes pela aquisição de escravos, a fim de passar para o mundo dos senhores. Nesse sentido, casos como os de Anacleto, os do filho do barão do Tinguá e de Laura são mais reiterativos da ordem escravista do que transgressores da ordem escravista, embora demonstrem a possibilidade de mobilidade social. Certamente, como dito acima, a inserção social não é um processo fácil e simples.

Após a morte de Anacleto, Mariana casou-se com outro homem, Clemente Pereira de Mello, de quem desconhecemos o histórico. Ao lermos a nota de nº 752 da *Revista Mensal das Decisões Proferidas pela Relação da Côrte*, publicada em 1877<sup>309</sup>, encontramos o andamento do processo aberto por Quintiliano, homem livre, que foi à Relação da Corte, para provar sua liberdade, uma vez que foi avaliado no Inventário de Anacleto como escravo e posto em praça para arrematação em 1871<sup>310</sup> a fim de pagar as dívidas do casal do falecido. O réo é Clemente Pereira de Mello, marido da viúva de Anacleto na ocasião. O relator, o desembargador Bento Luiz de Oliveira Lisboa, considerou que as testemunhas de Clemente se contradiziam e que o réo não havia apresentado provas, e, portanto, de fato, Quintiliano era livre, à medida que este não havia aparecido no inventário do padre Antônio d'Anunciada, acima mencionado, do qual Anacleto foi herdeiro. O relator ainda considera que Quintiliano era filho de escravos libertos, nascido após ou logo após a morte do padre, e que sempre vivera com seus pais.<sup>311</sup> Quintiliano, provavelmente, era filho do casal Alexandre e Joaquina, libertos no testamento do padre<sup>312</sup>.

---

São Paulo, c.1798-1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. Para Guedes a “mobilidade social é geracional”, isto é, de âmbito familiar. Idem. Ibidem. p. 89.

<sup>309</sup>“Nota 752” In: *Revista Mensal das Decisões Proferidas pela Relação da Côrte*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. p.260-263

<sup>310</sup>“Editaes” In: *Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. 24/02/1871, p.3

<sup>311</sup>“Nota 752” In: *Revista Mensal das Decisões Proferidas pela Relação da Côrte*. Op.Cit.p.260-263

<sup>312</sup>Sobre re-escravização ver: GRINBERG, Keila. “Reescravização, Direitos e Justiça no Brasil do Século

Quintiliano foi colocado em praça para quitar as dívidas com mais cinco escravos: Francisco Antonio Carcamano, avaliado em 118\$000; Joaquim, africano, no valor de 700\$000; Tristão, avaliado em 150\$000; Antonio, africano, em 150\$000; Luiz, africano, avaliado em 500\$000; e Cândido avaliado em 60\$000.<sup>313</sup> Quintiliano foi avaliado com o valor mais alto, 1:300\$000, apesar de que, de acordo com os autos do processo, sequer estava presente no dia da avaliação dos bens de Anacleto. Dependendo do valor das dívidas de Anacleto, colocá-lo na lista de bens para arrematação e quitação das dívidas não era um mal negócio, do ponto de vista de quem era o responsável agora pela família do finado. Afinal, os outros escravos foram avaliados com valor bem inferior. Será que seriam suficientes para pagar os credores? Entretanto, nos limitamos a perguntar sem responder, pois não temos seu inventário completo.

O quarto genro do barão mencionado no testamento, marido de Antonia Cândida das Neves Corrêa de Assis, é Albino Nunes de Assis. As fontes que obtivemos sobre Albino, remetem a um homem cujas atividades estavam ligadas ao centro urbano de Vassouras. De 1849 a 1865, Albino foi fabriqueiro interino na Matriz de Vassouras, isto é, exercia a responsabilidade de cuidar das rendas da Igreja na vila, onde a família Corrêa e Castro tinha grande poder através da irmandade e das doações feitas à paróquia.<sup>314</sup>

Simultaneamente a essa atividade na Igreja local, também era um dos muitos negociantes não matriculados da localidade, que constam nas listas do *Almanack Administrativo*, em seção à parte de *negociantes matriculados*. Entre os anos de 1849 e 1875, as pessoas que tinham negócios foram divididas em quatro tipos de categorias no

---

XIX”. In: *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006; Idem. “Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial” In: *Almanack braziliense*, n.6, Novembro de 2007; CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Idem. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>313</sup>“Editaes” In: *Jornal do Commercio*. Op.Cit. 24/02/1871 p.3

<sup>314</sup>*Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira.

almanaque: negociantes, negociantes matriculados, capitalistas e negociantes de descontos. Para Vassouras no período entre 1855 a 1861, houve uma média de 51 “negociantes”, 3 “negociantes matriculados”, 11 “capitalistas” e 8 “negociantes de desconto”. Sendo que estes últimos, aparecem apenas após 1862, com o desaparecimento da categoria de “negociantes matriculados”. Alguns capitalistas apareciam no mesmo ano como “negociantes matriculados”, mas nunca como “negociantes de descontos”, apesar de estes últimos estarem em um mesmo ramo de negócios, os dos empréstimos de dinheiro a juros e das casas comissárias de café.<sup>315</sup> Entre os negociantes matriculados, assim como entre o capitalistas, se sobressaía o sobrenome Teixeira Leite, que fizera fortuna através das atividades usurárias, emprestando dinheiro a juros aos fazendeiros e intermediando o contato entre o produtor e o exportador de café, obtendo mais ganho que o próprio cafeicultor.<sup>316</sup>

Não sabemos qual era o objeto de negócio de Albino Nunes. O fato é que Albino estava ligado à venda na Vila de Vassouras de produtos vindos de outras localidades da província, visto que, em 1860, na edição do dia 12 de maio do *Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal*, assinou o abaixo assinado em que os negociantes de Vassouras estabeleciam a padronização dos preços cobrados pelo transporte de produtos da Estação de Belém – localizada atualmente onde é a estação de Japeri – até Vassouras. Na tabela de preços de transporte consta:

*Tabela de Preços*  
*Sacos de arroz, 2\$.*  
*Ditos de feijão, 2\$*  
*Ditos de Farinha, 1\$500.*  
*Sal em braças, 600 rs.*  
*Dito solto (alqueire), 600 rs.*  
*Barris de décimo cheios, 2\$.*  
*Ditos de quinto ditos, 5\$*  
*Pipas cheias de líquido, 25\$.*

---

<sup>315</sup>Idem. Ibidem. 1849-1875

<sup>316</sup>MUAZE, Mariana. *Relatório histórico de Vassouras e das personagens ligadas ao Museu Casa da Hera*. 2017

*Meias ditas ditas dito, 12\$500.*  
*Meias barricas de farinha de trigo, 1\$400.*  
*Barricas inteiras de dita dito 2\$900.*  
*Dúzia de taboado de forro de 4 a 6 folhas, 3\$.*  
*Dúzia de dito 1 ½ polegadas, 5\$*  
*Dúzias de pranchões, 10\$.*  
*Cocos da Bahia (cento), 2\$600*  
*Barricas de açúcar, 3\$.*  
*Meias barricas de dito, 1\$500.*  
*Barricas ou caixas de bacalhau, 2\$.*  
*Todas as mais cargas serão pesadas e pagas a razão de 500 rs. por arroba*<sup>317</sup>

Mesmo levando em consideração que a lista se refere às formas de medidas de produtos, é possível conjecturar que, em 1860, produtos agrícolas como arroz, feijão, farinha e açúcar vindos de fora tinham mercado em Vassouras por não haver, nas suas propriedades agrícolas, produção desses gêneros que abastece suficientemente a cidade. O café era a produção dominante já há duas décadas sem dúvida.

Albino também tinha uma residência na vila, provavelmente, onde morava e comerciava. Ele aparece na lista do *Almanack* como *Proprietários da Vila* de 1851 a 1866.<sup>318</sup> Alguns anos antes, em 1844, em um anúncio de venda publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, era oferecida uma casa sobrado nova e com quintal na Vila de Vassouras e os interessados deveriam procurar Albino Nunes de Assis para negociar.<sup>319</sup> Seria o sobrado dele ou Albino seria apenas responsável pela venda do mesmo? Em 1850, Albino é listado como alfaiate juntamente com Antônio Agrícola.<sup>320</sup>

Ildefonso José Ribeiro foi o último homem a entrar na família. Casou-se com a filha mais nova do barão de Tinguá, Maria, quem, na época do testamento do barão, em 1865, tinha 14 anos, ainda era solteira e vivia com o pai e Laura.<sup>321</sup> Ildefonso, portanto, não aparece no referido testamento, mas protagonizaria, em 1871, uma pequena

---

<sup>317</sup>“Vassouras” In: *Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira Ed. 000131, 1860, folha 3.

<sup>318</sup>*Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. 1851-1866

<sup>319</sup>*Diário do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. 1844

<sup>320</sup>*Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Op.Cit.1850.

<sup>321</sup>*Testamento de Barão do Tinguá*. Op.Cit. 1865

desavença com os administradores da herança do barão por conta dos pés de café inventariados da Fazenda Santo Antônio, que veremos mais à frente. Posteriormente, encontramos menções ao seu nome nas listas do *Almanack Administrativo* como escriturário da Estrada de Ferro D. Pedro II, mais tarde, a Estrada de Ferro Central do Brasil.<sup>322</sup> Em 1876, em nota na *Gazeta de Notícias* oferecia seus serviços aos moradores de Belém, Rodeio e Macacos para realizar o registro dos escravos por preços a combinar:

*Belém*

*Ildefonso José Ribeiro previne aos habitantes de Belém, Rodeio e Macacos que encarrega-se de fazer a classificação de escravos, exigida pela junta Classificadora dos escravos do município de Vassouras, segundo o art. 27 do decreto n. 5135, de 13 de novembro de 1872, para que se acha competentemente habilitado.*

*Outrossim faz a classificação por cômodos preços, conforme o número de escravos. Os Srs. possuidores que precisarem de seu préstimo, queiram ter a bondade de o procurar em Belém todos os dias úteis em casa do Sr. Costa Leite, acompanhados da folha de matrícula.*<sup>323</sup>

A exigência a que se refere a nota diz respeito ao registro e classificação dos escravos nos fundos de emancipação municipais, cuja a criação estava prevista na Lei do Ventre Livre de 28 setembro de 1871. O decreto n. 5135 de 13 de novembro de 1872 aprovava o regulamento geral para execução da Lei do Ventre Livre, que tornava livre todos os filhos de mulheres escravas que nascessem a partir daquela data. Os senhores das mães escravas ficariam com as crianças livres até os oito anos de idade, quando poderiam optar por entregá-los ao Estado mediante indenização ou mantê-los em suas fazendas até 21 anos de idade. Também era previsto a criação de fundos municipais para emancipação dos escravos, medida esta que seguia a lógica de uma extinção gradual da escravidão. O referido decreto de 1872 vinha a regulamentar como deveria ocorrer os registros de batismo para o enquadramento na lei da libertação dos ingênuos, assim como, de acordo com o artigo 27 referido na nota, estabelecer como deveria ocorrer a

---

<sup>322</sup>*Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Op.Cit.

<sup>323</sup>“Belém”, *Gazeta de Notícias*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Ed.000253. Rio de Janeiro, 13 de Setembro de 1876, fl.4.

classificação e a ordem de prioridade de emancipação dos escravos financiada pelos fundos municipais.<sup>324</sup> Ildefonso sediado na localidade de Belém, onde ficava uma das principais estações da linha de ferro D. Pedro II da região, oferecia-se em anúncio de jornal para realizar a tal classificação adequada a ser apresentada para Junta de Vassouras.

A lei do Ventre livre, em 1871, junto à lei Eusébio de Queirós de 1850, que extinguiu o tráfico atlântico de escravos, compuseram um estado de tensão no mundo escravocrata no Vale, ao atingir o principal pilar de sustentação da produção que era a farta mão de obra escrava que antes se dispunha. Tais leis e as ações dos próprios escravos sinalizavam o caminho para o fim da escravidão tão pressionado pela opinião internacional, demarcando o que foi chamado de crise da segunda escravidão.<sup>325</sup>

As breves biografias, que constituímos acima através de notas de jornais e principalmente do *Almanack Administrativo*, nos permite identificar que os homens que entraram para a família constituída pelos filhos naturais, e depois legitimados, de Pedro Corrêa e Castro, o barão do Tinguá, com Laura eram todos alfabetizados e pertencentes ao mundo dos livres, se fizermos uma generalização. No entanto, entre esses homens há distinções. Rememorando: José Borges Monteiro era integrante da Guarda Nacional, isto é, a partir dos requisitos para estar nela, tinha condições monetárias e gozava de certo respeito perante a sociedade local. Antônio Agrícola Fontes, que exerceu função de responsabilidade pública de tesoureiro do juizado de órfãos durante alguns anos, era fazendeiro e proprietário de escravos em Valença. Albino de Assis Nunes era comerciante e esteve na condição de zelador das rendas da Matriz de Vassouras.

---

<sup>324</sup>Decreto n. 5135, de 13 de novembro de 1872. In: *Coleções de Leis do Império do Brasil - 1872*, Página 1053 vol. 2 pt. II (Publicação original) Disponível em:<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=76935&tipoDocumento=DEC&tipoT exto=PUB>>

<sup>325</sup>MARQUESE; SALLES. “A Escravidão no Brasil Oitocentista”. In: *Escravidão e Capitalismo histórico no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016



Idelfonso era empregado na Estrada de Ferro D. Pedro II como escriturário. E temos Anacleto Dias Paiva, homem livre nascido de ventre escravo, que recebeu por herança deixada em testamento os bens do capelão da Fazenda do Secretário, propriedade esta de Laureano Corrêa e Castro, barão do Campo Bello, o irmão do barão do Tinguá. Anacleto tinha um passado escravo próximo, como o de sua esposa Marianna.

A questão que toma corpo é que os casamentos feitos com as filhas do barão do Tinguá não atenderam à lógica endogâmica – união dentro do mesmo tronco familiar – e nem à estratégia de casamento com outras famílias da “boa sociedade” vassourense. Dois tipos de casamentos comuns no meio social no qual o barão do Tinguá vivia. No entanto, os homens que entraram para família não eram desprovidos de bens ou pobres, ao menos na ocasião dos casamentos e durante o período de convívio com o barão, embora não fizessem parte da alta sociedade.

Sabemos, pelo perfil que pudemos traçar a partir dos ofícios e funções de cada indivíduo pesquisado, que todos os genros do barão do Tinguá tinham suas atividades econômicas próprias, o que os permitia construir pequenos ou até modestos patrimônios. No caso de Anacleto Dias Paiva, este foi herdeiro de um considerável patrimônio agrícola. Localizamos os inventários de Anacleto e de Antônio Agrícola. O primeiro teve seus bens inventariados em 1870 e possuía na ocasião 23 escravos, dos quais 6 foram postos em edital para arrematação a fim de pagar a dívida do casal em 1871.<sup>326</sup> Antônio Agrícola, que tinha sua propriedade em Valença, teve seu inventário aberto em 1885 e na época da avaliação, em 24 de maio de 1887, possuía 7 escravos, constituindo-se como um pequeno proprietário, mesmo nos anos finais do sistema escravista.<sup>327</sup> Os genros do barão não eram, portanto, homens pobres.

---

<sup>326</sup>*Inventário de Anacleto Dias Paiva*. Arquivo do IPHAN, Vassouras. 1870; “Editaes”, *Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira 24/02/1871, p.3

<sup>327</sup>*Inventário de Antônio Agrícola Fontes*. Arquivo do IPHAN. Vassouras. 1885.

O barão do Tinguá consentiu que suas filhas fizessem casamentos com homens livres com algum pecúlio, provavelmente alfabetizados, que se não receberam ajuda de seu sogro para inserir-se, já eram inseridos em cargos políticos e econômicos locais, fazendo parte de postos de importância no funcionamento da vila. Um deles era filho de escrava, o Anacleto Dias Paiva, assim como os filhos do barão, porém essa não foi uma barreira na escolha do casamento.

Esses homens ganharam a confiança de Pedro Corrêa e Castro, o referido barão, em algum momento e tornaram-se parte integrante do seu círculo de convívio. Antônio Agrícola foi escolhido pelo barão com seu primeiro testamenteiro, José Borges Monteiro como segundo testamenteiro e Albino Nunes de Assis como terceiro. Antônio ainda ficou como tutor de seu cunhado Martinho, que era menor quando o barão veio a falecer em 1869. Posteriormente, no processo de Inventário, José Borges e Antônio Agrícola foram os inventariantes dos bens do barão do Tinguá.<sup>328</sup> Geralmente, na sociedade oitocentista à qual nos referimos, quando o indivíduo não era legalmente casado e, portanto, não tinha cônjuge e filhos, indicava para os cuidados de seu testamento os seus irmãos, sobrinhos ou amigos próximos. De fato, na época em que Pedro redigiu seu testamento, todos os seus irmãos já eram falecidos, mas possuía ainda muitos sobrinhos, além de amizades entre pessoas abastadas em Vassouras. Mesmo assim, sua opção foi pelos genros.

Em termos comparativos, podemos citar o caso do barão do Guaribu, Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar, falecido em 1863. Dono de uma grande fortuna, proprietário das Fazendas de Guaribu, Guaribu Velho, Antas, Boa União e Encantos e de 835 escravos, em 1863, Cláudio era solteiro e declarou em testamento não ter filhos legítimos e nem naturais. Não tendo, portanto, herdeiros legais, destinou bens de valores modestos

---

<sup>328</sup>*Testamento de Barão do Tinguá*. Centro de Documentação Histórica-USS. Vassouras. 1869; Ricardo Salles e Magno reconhecem este detalhe aqui apontado. SALLES, Ricardo; BORGES, Magno. Op.Cit.

para sobrinhos e afilhados e doações para as irmandades das quais fazia parte.<sup>329</sup> No entanto, elegeu como seus legatários Manoel Gomes Ribeiro de Avelar, o qual o barão de Guaribu caracteriza como estudante e filho de Maria das Antas, e seus dois irmãos Luís e João, nascidos todos de ventre livre. Para eles, o barão deixou as Fazendas Boa União, Antas e Encantos com todos as benfeitorias, escravos e terras nelas existentes, além de 120 escravos da Fazenda Guaribu, conforme escolhesse Manoel. Havia ainda Virgínia, a irmã do legatários, para quem Cláudio deixou 30:000\$000 de réis que somente poderiam ser entregues a ela depois que se emancipasse ou casasse. Deixou a Maria das Antas, o valor anual de 400\$000 réis até que seus filhos tivessem condições de sustentá-la, além dos rendimentos da Fazenda das Antas até o fim de sua vida. Cláudio colocou a condição de que os cinco citados só poderiam usufruir dos legados ou passar por herança, não podendo tais bens serem vendidos ou alienados.<sup>330</sup> Os bens restantes, isto é, a primeira fazenda da família, a Fazenda Guaribu, o barão deixou aos seus irmãos instituídos como seus herdeiros.<sup>331</sup> Certamente, Manoel, Luís, João e Virgínia, ainda menores em 1863, eram filhos de Cláudio, apesar de não reconhecê-los como tal.

O barão do Guaribu escolheu seus irmãos João, o barão da Paraíba, e Quintiliano Gomes Ribeiro de Avelar como testamentários. Como seus legatários eram menores elegeu como tutor deles Joaquim Mascarenhas Salter e, na falta deste, seu irmão Quintiliano. Na falta deste último, o seu irmão barão da Paraíba.<sup>332</sup> Tais escolhas, tiveram consequências, e seus filhos não colocaram as mãos nos legados deixados em testamento. Segundo Ricardo Salles e Magno Borges, que estudaram este caso, o fato é que Guaribu não queria passar sua herança a seus filhos, demonstrando isso ao não reconhecê-los, mas

---

<sup>329</sup>SALLES, Ricardo; BORGES, Magno. Op.Cit. p. 69

<sup>330</sup>Idem. Ibidem. p.86

<sup>331</sup>Idem. Ibidem. p. 90

<sup>332</sup>Idem. Ibidem. p.87

queria deixá-los confortáveis no futuro.<sup>333</sup> O processo de inventário aberto em 1863 durou duas décadas e apenas em 1889 o legatário Luís assumiu o papel de inventariante, quando os bens do barão já tinham se reduzido a  $\frac{1}{3}$  do valor inicial. Diferentemente, Pedro Corrêa e Castro, ao elencar seus genros como testamenteiros e estes terem se tornado também inventariantes, acabou por assegurar que suas vontades fossem atendidas e seus filhos recebessem o que lhes cabia.<sup>334</sup>

### 3.2. A herança do barão e suas 8.000 arrobas de pés de café

Conforme a vontade expressa em testamento, o patrimônio do ilustre titular do Império foi passado aos seis filhos.<sup>335</sup> Esses receptores tinham perfil social distinto daquele que costumava compor o núcleo familiar senhorial. É provável que quando o barão era vivo, suas filhas e filho tenham sido tratados pela sociedade imperial oitocentista vassourense como fâmulos e agregados, isto do ponto de vista senhorial. No entanto, eles entraram no mundo da propriedade escrava, ao receberem escravos. Tanto os filhos, quanto Laura receberam cativos através de doação do barão do Tinguá.<sup>336</sup> Esses indivíduos não faziam parte da classe senhorial, mas estavam na fronteira do mundo livre – recém libertos, seus descendentes e livres de modestas posses – tocando o “campo patrimonial” da classe dominante.

Na nota de convite no *Jornal do Comércio* para a missa de sétimo dia do barão do Tinguá, são eles que fazem o convite para um evento que seria frequentado por

---

<sup>333</sup>Idem. Ibidem. p. 94

<sup>334</sup>Idem. Ibidem.

<sup>335</sup>*Inventário do Barão do Tinguá (Notificação de Inventário)*, Centro de Documentação Histórica - CDH, USS, Vassouras, 1871; *Certidão de Testamento*. Centro de Documentação Histórica - CDH, USS, Vassouras, 1871.

<sup>336</sup>*Testamento de Barão do Tinguá*. Op. Cit.; O ter escravos ou obtê-los era uma forma de tentar se inserir na sociedade, que era, essencialmente, escravocrata. Isso significaria a “irradiação social do *éthos* senhorial-escravista”. Vide SALLES, R. *E o Vale era o escravo*. Op.Cit.277.

membros da classe senhorial:

*Antônio Agrícola de Fontes, José Borges Monteiro, Anacleto Dias de Paiva, Albino Nunes de Assis, Ildefonso José Ribeiro e Martinho Corrêa e Castro, extremamente penhorados a todas as pessoas que acompanharam os restos mortais do Exm. barão do Tinguá, seu muito prezado sogro e pai, vêm por meio deste significar-lhes seu eterno reconhecimento por este ato de caridade e religião. Aproveitam esta oportunidade para convidar a todos os parentes e amigos de seu prezado sogro e pai a assistirem às missas, que se hão de celebrar no dia 8 do corrente, às 9 horas, na matriz da cidade de Vassouras e na fazenda de Santo Antônio, por sufrágio da alma desse digno e virtuoso barão; (...)<sup>337</sup>”*

O tempo ou, talvez, a manipulação humana dos papéis de cartório fizeram com que o Inventário dos bens de Pedro Corrêa e Castro, barão do Tinguá, desaparecesse. Nenhum memorialista do final do século e nem mesmo os descendentes dos Corrêa e Castro, dos ramos ditos mais nobres dessa família, tiveram notícias sobre o documento. O fato é que o processo de inventário ocorreu e houve partilha entre os herdeiros. Essa documentação seria uma ótima forma de sabermos o montante dos bens do barão do Tinguá no final da década de 1860, sua condição financeira no período, suas dívidas, e, principalmente, o que mais nos interessa: como teria ficado a partilha dos bens entre Leocádia, Catharina Clara, Marianna, Antônia Cândida, Maria José e Martinho.

Foi, então, a partir de pistas e rastros fornecidas por duas notas de jornais, um processo de notificação relacionado ao Inventário perdido e um processo de doação e cessão que pudemos tomar conhecimento das questões que, como dito acima, buscamos responder.

O barão do Tinguá faleceu em 2 de abril de 1869, e logo em seguida, fora aberto o testamento e dado início aos autos do inventário. Na edição do *Jornal do Commercio* de 20 de junho de 1869, na nota *Vassouras, Juizo de Ophãos, Grande praça*, tornava-se pública a arrematação em praça pública de “quase todos os bens do casal do

---

<sup>337</sup>*Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Rio de Janeiro, Anno 48. N.95, Terça-Feira, 6 de Abril de 1869, folha 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_05/15297](http://memoria.bn.br/docreader/364568_05/15297)>

Exm. barão do Tinguá” para pagamento de suas dívidas nos dias 25 e 26 de junho. Essa foi, sem dúvida, uma grande praça, pois se desfez dos bens de maior valor simbólico do barão:

*[...]compreendem mais de 100 escravos, entre eles perfeitos oficiais de carpinteiro, pedreiro e ferreiro, bons escravos tropeiros e arreador, muitas escravas prendadas e amas de leite. Grande quantidade de prata em obra de quilate de 9 e 10 dinheiros ao preço de 220 e 250 réis a oitava, onde se encontram peças completas, além disto alguns objetos de ouro e brilhantes. O palacio situado na cidade de Vassouras com terreno superior a 600 braças quadradas. Uma casa na entrada do dito palácio, uma dita assobradada na rua do Comércio. Ricas mobílias completas de mogno, jacarandá e vinhático, toda louça do dito palácio, uma tropa arreada, uma porção de gado, todos os animais de sela e dois potros: tudo avaliado em preços cômodos. As avaliações se acham no cartório do escrivão Figueiredo, onde podem ser examinadas.<sup>338</sup>*

Além da grande quantidade de escravos, os herdeiros do barão se desfizeram por conta da necessidade de quitar as dívidas, do grande sobrado do barão do Tinguá, conhecido como o “palácio do barão” pelos vassourenses da segunda metade do século XIX. Nesse imponente sobrado – retratado duas vezes em litogravuras da vista do núcleo urbano de Vassouras, por Ludwig & Briggs em 1846 e por Victor Frond em 1858-1859 –, ocorreram faustos bailes, jantares e reuniões das pessoas e famílias abastadas de Vassouras pertencentes à classe dominante do Império. A casa, que pode ser considerada como uma das mais antigas de Vassouras, no auge de sua opulência hospedou o jovem imperador d. Pedro II, em sua visita à vila, e foi local dos dois bailes oferecidos na ocasião. Com a casa iriam juntos sua luxuosa mobília, as louças, o ouro e os brilhantes. Infelizmente, não tomamos conhecimento do arrematadores da casa e dos demais bens.

O sobrado teve seu fim efetivo já na década de 1880, quando foi adquirido junto com o terreno por Joaquim Gomes Leite de Carvalho, segundo barão do Amparo, que regressava a Vassouras após passar longa temporada na Europa. Joaquim mandou demolir o palácio e construir um novo grande sobrado de acordo com referências nas

---

<sup>338</sup>“Vassouras; Juízo de Orphãos; Grande Praça”. In: *Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Segunda Folha, domingo, 20 de junho de 1869.

construções e estilos decorativos europeus da época. Joaquim representava outra geração de homens vassourenses ricos, isto é, distinta da qual Pedro Corrêa e Castro pertenceu. Filho de Manoel Gomes Carvalho e Francisca Bernardina Leite, recebeu educação refinada, provavelmente graduou-se e retornou para Vassouras já nos fins do século XIX.<sup>339</sup> Apesar de viver em uma nova época, Joaquim Gomes Leite de Carvalho não se privou de um título de barão, assim como de participar das ações filantrópicas das instituições de caridade da cidade e de demonstrar seu poder através da construção de uma grande e luxuosa residência no centro de Vassouras.

Dois anos depois da primeira praça, em 1871, na edição de 8 de março do jornal *A Reforma*, foi publicada na seção de editais a data e hora da praça dos bens da Fazenda Santo Antônio penhorados por José Borges Monteiro e Antônio Agrícola Fontes e suas esposas em processo de execução movida pelo *Banco do Brazil*.

*O Dr. Antonio Fernandes Moreira, juiz commercial substituto n'esta cidade de Vassouras etc: Faço saber aos que o presente edital com o prazo de 20 e 30 dias virem, que o porteiro dos auditórios há de trazer a público pregão de venda e arrematações os bens abaixo declarados, no dia 11 do próximo futuro mês de março, depois da audiência, às portas da casa da câmara municipal;a saber:*<sup>340</sup>

A relação dos bens indica que, no início da década de 1870, a Fazenda Santo Antônio possuía uma casa de morada de sobrado, provavelmente a casa principal onde vivia o barão, avaliada em 3:000\$000 de réis; uma casa que servia para abrigar as “pretas” no valor de 300\$000 réis; um paiol de estocar milho de 350\$000 réis, uma casa de telha de 250\$000 réis; uma casa em condições precárias de 80\$000 réis; um chiqueiro no valor de 200\$000 réis; uma casa com três lances, um engenho de pilões para farinha e

---

<sup>339</sup>FERRARO, Marcelo. *A arquitetura da escravidão nas cidades do café, Vassouras, Século XIX*. São Paulo: Programa de pós-graduação em história social da Universidade de São Paulo. 2017(Dissertação de Mestrado). p. 182-184

<sup>340</sup>“Vassouras; Arrematação de bens.” In: *A Reforma*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Quarta-feira, 8 de março de 1871. fl. 3

cevadeira para mandioca, dois fornos e uma prensa, que somavam o valor de 800\$000 réis; e um moinho de telha de 150\$000 réis; doze lances de casa com paiol para café e milho, engenho de socar café e seus pertences, tudo no valor de 5:000\$000 réis. Nas localidades pertencentes também a Fazenda: no Sítio da Cruz, uma casa coberta de telha e com assoalho avaliada em 300\$000 réis; no morro do Aipim, havia um paiol coberto com telhas e de esteios avaliado em 120\$000 réis; na Santa Mônica, uma casa coberta de telhas, construída com madeira lavrada e com assoalho no valor de 200\$000 réis; também em Santa Mônica, seis senzalas cobertas de telhas e com esteios por 120\$000 réis; um paiol coberto de telhas, onde morava um homem chamado João Alves, provavelmente, livre, pois não faz referência a sua condição/qualidade, por 60\$000 réis; na localidade de Santa Catharina, um paiol com cinco lances, coberto de telhas, feito de madeira lavrada, por 250\$000 réis; também em Santa Catharina, uma casa de dois lances, usada como cozinha, coberta de telha e feita de madeira lavrada, por 100\$000 réis. Eram anunciados, ainda, uma capela com todos os pertences por 500\$000 réis e dois lavatórios avaliados em 5\$000 réis.<sup>341</sup>

Por fim, no edital também constavam terras, plantações de café e escravos. A Fazenda estava inteira posta à venda. Além dos 150 alqueires de terras no valor de 18:000\$000 réis, foram listadas as seguintes quantidades de pés de café<sup>342</sup>:

Quadro 3.1

Local da Plantação	Número de pés de café	Valor
Santa Catharina	60.000 (pés novos)	14:000\$000
—	4.000	800\$000
Rancho do Vigário, em Santa Catharina	2.000	160\$000

<sup>341</sup>Idem. Ibidem.

<sup>342</sup>Idem. Ibidem.



A totalidade do morro da Boa-Vista e Sítio de Santa Mônica até a estrada velha do cemitério	30.000	300\$000
Da Estrada velha do cemitério até o rumo da Tapera	80.000	1:600\$000

Vinte escravos foram listados no edital com nome, origem, estado em que se encontravam e ofício, em conformidade com o Decreto nº 1695 de 15 de setembro de 1869, que estipulava que os escravos postos em arrematação e venda não poderiam ser expostos em praça pública<sup>343</sup>:

*Os escravos são os seguintes: Nabão de nação, 50 anos, avaliado em 300\$; Chrispim, idem, 50 anos, quebrado, avaliado em 300\$; Manoel Joaquim, crioulo, 30 anos, tropeiro, avaliado em 1:400\$; Vicente, idem, 40 anos, quebrado, avaliado em 1,500\$; Barnabé, crioulo, 28 anos, pedreiro, avaliado em 1:700\$; Agueda, casada com Barnabé, crioula, 24 anos, avaliada em 1:000\$; Catharina, creoula, 24 anos, 1:000\$; Brigida, idem, 20 anos, avaliada em 1:100\$; Coriolano, idem, 30 anos, tropeiro, avaliado em 1:600\$; João da Rosa, idem, 28 anos, tropeiro, avaliado em 1:600\$; Eduardo, de nação, 30 anos, matador de formigas, avaliado em 800\$; Emygdio, cabra, 24 anos, avaliado em 800\$; Maria pequena creoula, 12 anos, avaliada em 800\$; Damião, de nação, 30 anos, arreador, quebrado, avaliado em 1:200\$; Custodio, idem, 30 anos, mestre de engenho, avaliado em 1:600\$; Albino, creoulo, 30 anos, arreador, quebrado, avaliado em 1:400\$; Leopoldina, casada com Albino, creoula, 24 anos, avaliada em 1:000\$; Agostinho, de nação, 30 anos, avaliado em 400\$; Agostinho, creoulo, 20 anos, carreiro, avaliado em 1:500\$; Manoel do Rosario, creoulo, 24 anos, carreiro, avaliado em 1:600\$.<sup>344</sup>*

Notamos que o plantel acima apresentado era composto, em sua maioria, por crioulos, isto é, escravos já nascidos no Brasil, tendo apenas seis escravos africanos – “de nação” – , característica comum para a época e para a região.<sup>345</sup> A faixa etária variava entre 20 a 50 anos, com apenas uma escrava com 12 anos de idade. Havia entre eles,

<sup>343</sup>Decreto nº 1695 de 15 de setembro de 1869. In: *Coleções de Leis do Império do Brasil*, 1869, p.129, Vol. 1, pt. I.

<sup>344</sup>“Vassouras; Arrematação de bens”. In: *A Reforma*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Quarta-feira, 8 de março de 1871. folha 3

<sup>345</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Op. Cit.

escravos com qualificações profissionais, quase todos ligados à produção agrícola e transporte de produtos, que foram avaliados nos valores maiores. Também havia dois casais, Agueda casada com Barnabé e Leopoldina casada com Albino, os quais, segundo o mencionado Decreto nº 1695, não poderiam ser separados na compra ou venda.<sup>346</sup>

A soma de todos os bens da Fazenda Santo Antônio apresentados no edital em 8 de março de 1871 era de 78:140\$000.<sup>347</sup> Bens estes que deveriam produzir o pagamento de dívida com o *Banco do Brazil*.

Na segunda metade do mês de julho de 1871, mesmo ano do referido edital, Ildefonso José Ribeiro e sua mulher abriram processo de notificação contra seu cunhado José Borges Monteiro, primeiro inventariante dos bens do seu sogro barão do Tinguá. Ildefonso alegava que José Borges Monteiro não havia prestado contas da administração dos ganhos e despesas dos bens em questão e que haveria ainda a colheita de café da Fazenda de Santo Antonio do ano de 1869 contabilizada em oito mil arrobas, a qual deveria ter gerado uma outra partilha. De acordo com Ildefonso, em dezembro de 1869, quando a partilha já havia sido feita, a colheita já havia sido concluída “e talvez já apontada e vendida” por José Borges em seu próprio benefício, lesando assim os demais herdeiros.<sup>348</sup>

Na defesa de José Borges Monteiro, há uma breve descrição de como transcorreu o processo de inventário, nos possibilitando saber algumas informações do mesmo processo. O inventário do barão do Tinguá teve início em 12 de Abril do ano de 1869, foi julgado e finalizado em 26 de novembro do mesmo ano. Segundo o advogado de José Borges, tendo por base os autos do referido processo de inventário, todos os interessados herdeiros foram intimados a tomar conhecimento dos resultados e Ildefonso

---

<sup>346</sup>Decreto nº 1695 de 15 de setembro de 1869. In: *Coleções de Leis do Império do Brasil*, 1869, p.129, Vol. 1, pt. I.

<sup>347</sup>“Editaes” In: *A Reforma*. Op.Cit.

<sup>348</sup>*Inventário do Barão do Tinguá (Notificação de Inventário)*, Op.Cit. 1871.

não manifestou nenhuma objeção ao despacho de deliberação da partilha.<sup>349</sup>

Sobre a colheita de café de 1869 da Fazenda Santo Antônio que Ildefonso reivindicava quase dois anos depois, o procurador de José Borges afirmou que, quando foi feita a avaliação em 10 de maio de 1869, foram aferidos todos os pés de café e os frutos que neles havia. Assim, os cafezais foram analisados pelo valor mais alto. É relatado, ainda, que os tais cafezais e mais outros bens foram passados a José Borges e Antônio Agrícola Fontes no valor de 50:000\$000 de réis para pagarem a dívida do casal. Foi passado, também, o quinhão hereditário ao Ildefonso no valor 17:850\$000 de réis nas terras e cafezais.<sup>350</sup> Dessa forma, para a defesa de José é evidente que o fruto foi avaliado junto com os pés de café e não haveria nada que teria ficado fora da partilha.

*Cumpri observar, e se pode verificar dos autos, que entre o suplicante e o suplicado e o co-herdeiro Antonio Agricola Fontes se dividiu todos os caferinos da Fazenda avaliados com fruta, mas ainda que também tocassem a outros co-herdeiros, caferinos a eles também pertenceria o fructo.*<sup>351</sup>

Prosseguindo a defesa, o procurador de José cita que Ildefonso José Ribeiro e sua esposa venderam, em 23 de fevereiro de 1870, seu quinhão mencionado de 17:850\$000 a José Borges e Antônio Agrícola, ou seja, integralmente. A venda se devia a uma dívida que Ildefonso e Maria tinham com os dois inventariantes. A certidão dessa venda, inclusive, consta transcrita no processo que aqui analisamos.<sup>352</sup>

Para rebater a argumentação em defesa de José Borges Monteiro, em agosto de 1871, o procurador de Ildefonso vai aos “fatos”, criando uma lógica, a partir dos conhecimentos agrícolas da época, que comprovasse a existência de uma colheita de café que não foi dividida entre os herdeiros. Nos autos do inventário do barão do Tinguá,

---

<sup>349</sup>Idem. Ibidem. fls.10f-11f

<sup>350</sup>Idem. Ibidem. fl. 10

<sup>351</sup>Idem. Ibidem. fl. 11f

<sup>352</sup>Idem. Ibidem. fls.12f-13v

segundo o advogado do autor, foram avaliados, em maio de 1869, 176 mil pés de café com fruta.

*Ora segundo a natureza dessa planta, do clima, e do costume do país, toda essa fruta, sob pena de perder-se, devia estar colhida, guardada, ou exportada, e vendida em 24 de 9brº de 1869, quando se fez a Partilha à 85, e de fato é público e notório, como se mostrará, que o Inventariante com os escravos e recursos do casal, ainda comum, fez a colheita de toda essa fruta, a qual produziu oito mil arrobas, e a vendeu toda, ou a guardou-a toda p<sup>a</sup> si, sendo certíssimo, que na data da Partilha o cafezal não tinha mais a fruta, que fora avaliada em Maio e talvez principiava a florescer p.<sup>a</sup> produzir a fruta do ano seguinte. É tão bem evidente que toda essa fruta de 1869, que o Inventariante colheu, e de que dispôs, pertencia ao monte-mór, quando ainda estava por indiviso, e por isso devia forçosa e obrigatoriamente ser adida a ele, ou em espécie, ou em dinr.<sup>o</sup>, e nunca ficar pertencendo ao mesmo Inventariante só.*<sup>353</sup>

O advogado de Ildefonso afirma que não consta nos autos nenhuma menção de venda ou aplicação da referida colheita de café para o pagamento das dívidas do casal. O advogado cita que a última conta em aberto com o Teixeira Leite & Sobrinhos, um dos escritórios dos comissários de café e financistas mais importantes da região, pertencente a um dos troncos familiares mais abastados de Vassouras, não havia nenhuma parcela de café. Além disso, todas as dívidas já tinham sido pagas com o resultado da “grande arrematação de bens” entregue ao inventariante e seu companheiro Antônio agrícola para tal.<sup>354</sup> A conclusão da argumentação em favor de Ildefonso é de que, no processo de inventário, foram avaliados sim os pés de café e os seus frutos, porém, durante o decorrer processual José Borges Monteiro e Antônio Agrícola Fontes colheram e venderam o café da propriedade do finado barão de Tinguá, seu sogro, em proveito próprio, sem prestar contas. De acordo com as peculiaridades do tipo de planta em questão, com certeza teria ocorrido uma colheita antes da data da partilha. Na ocasião da divisão dos bens, em novembro de 1869, os pés de café já estariam iniciando um outro ciclo de floração. Dessa forma, quando a partilha aconteceu efetivamente não constou o produto de tal colheita.

---

<sup>353</sup>Idem. Ibidem. fls. 19f-19v

<sup>354</sup>Inventário do Barão do Tinguá (Notificação de Inventário). Op.Cit.

Ildefonso sugere que foi avaliado uma coisa e partilhado outra. A solução seria fazer uma nova partilha do valor da nova colheita.<sup>355</sup>

Ildefonso admite ter vendido a parte da herança dele e de sua esposa que lhes coube na partilha. Fato que não poderia negar diante da transcrição da certidão de venda. Reafirma, no entanto, mais uma vez, que vendeu o que estava na partilha e não o que faltou nela, isto é, a colheita de café de 1869.<sup>356</sup>

As declarações seguintes no processo de notificação do procurador de José Borges nos trazem mais informações do inventário do barão e, por consequência, como estava a Fazenda Santo Antônio. Reafirmando que todos os herdeiros tiveram acesso aos resultados do processo em novembro de 1869 e que não houve nenhuma contestação naquele ano, mantém a versão de que não ocorreu colheita durante o inventário. Não havia, também, na Fazenda plantio de outras culturas que não fosse café. A única matéria que poderia vir a gerar uma sobrepartilha seria a dívida de Albino Nunes de Assis:

*Somente nas declarações a 7v na primeira declaração mencionou o Notificado [José Borges Monteiro] que ficaria para sobrepartilha a dívida de Albino Nunes d'Assis, mas se é à essa dívida que se refere o Notificante [Ildefonso José Ribeiro], nenhuma esperança tem o Notificado de receber essa dívida, porque o devedor está em extremo estado de pobreza.<sup>357</sup>*

Como veremos mais à frente, os dois primeiros anos da década de 1870 tinham sido difíceis para Albino Nunes de Assis, esposo de Antônia Candida das Neves Corrêa de Assis. As péssimas condições financeiras de Albino, que fora negociante e proprietário em Vassouras durante a década anterior, fizeram com que as irmãs de Antônia Cândida realizassem doações de dinheiro a ela e assegurassem a proteção da casa onde morava com os filhos.<sup>358</sup>

---

<sup>355</sup>*Inventário do Barão do Tinguá (Notificação de Inventário)*, Op.Cit. fls. 20f-v.

<sup>356</sup>Idem. Ibidem.

<sup>357</sup>Idem. Ibidem. fls. 24f-24v; Colchetes inseridos pela autora.

<sup>358</sup>*Doação e Cessão*, Op.Cit. fl. 2 frente.

Prosseguindo a defesa de José Borges, seu procurador comenta a demora de Ildefonso para manifestar o desejo de receber parte na suposta colheita feita nas surdinas de 1869. Isto é, o autor do processo só foi procurar a justiça quase dois anos depois da partilha efetiva. O café mencionado no inventário foi colhido, ao contrário do que Ildefonso alegava, com o trabalho dos escravos de José Borges, de Antônio Agrícola – mencionado nesse ponto do processo como sócio de José – e de Martinho, ainda menor de idade, “enquanto não foram arrematados”.<sup>359</sup> Isto, porque no início do inventário, grande parte dos escravos pertencentes ao barão foram vendidos.<sup>360</sup> O advogado retoma os valores, afirmando que o valor de 50:000\$000 recebido por José Borges e Antônio Agrícola para pagamento das dívidas do barão somado ao valor de 17:850\$000 totalizaria o montante de todos os bens de raiz da Fazenda Santo Antônio. Em outras palavras, o valor de parte dos bens de raiz do casal do barão do Tinguá em 1869 seria de 67:850\$000.<sup>361</sup>

Não há no processo a sua conclusão. A última folha do processo de notificação diz respeito à ata de audiência de 4 de maio de 1872, na qual o procurador de José Borges Monteiro pede que a outra parte se manifeste ou finalize o processo e o procurador de Ildefonso José Ribeiro solicita vista do processo.<sup>362</sup>

Em vista das documentações que vimos, é certo que a administração da Fazenda Santo Antônio ficou sob a responsabilidade dos genros José Borges Monteiro, marido de Leocádia, e Antônio Agrícola de Fontes, marido de Catharina.<sup>363</sup> Aliás, José Borges e Antônio Agrícola eram sócios, como vimos acima. As desavenças entre os três genros sobre a administração dos bens deixados pelo barão do Tinguá acabaram gerando

---

<sup>359</sup>*Inventário do Barão do Tinguá (Notificação de Inventário)*. Op.Cit. fl. 24v.

<sup>360</sup>Idem. Ibidem.

<sup>361</sup>Idem. Ibidem. fl.31f-31v

<sup>362</sup>Idem. Ibidem.

<sup>363</sup>*Testamento do Barão do Tinguá*. Op. Cit.; *Doação e Cessão*. Op. Cit.

processos como o acima analisado. Houve também entre os anos de 1871 e 1872, recursos de apelação e agravo na justiça do Rio de Janeiro que, desta vez, se referia a causa em que José Borges e Antônio Agrícola estavam em lados opostos.<sup>364</sup>

Voltamos um pouco no tempo, para analisar a situação do casal Albino Nunes de Assis, terceiro testamenteiro do barão do Tinguá, e Antônia Cândida das Neves de Corrêa de Assis. Em 30 de setembro de 1870, as irmãs Leocádia, Catharina, Marianna e Maria e seus respectivos esposos abrem processo de *Doação e Cessão* para passarem a quantia 1:800\$000 réis a Antônia Cândida Corrêa de Assis e seus filhos, a fim de quitar a parte de Albino na dívida do casal do barão, acertar com os outros credores e “salvar” a casa onde morava com seus quatro filhos.

*Dizem os abaixo-assinados herdeiros do finado Ex.mo Barão do Tinguá, que atendendo ao estado de pobreza, à que ficou reduzida a família de sua cunhada e irmã D. Antônia Cândida Corrêa de Assis com quatro filhos, resolveram-se a dar, e ceder a ela, e seus filhos o valor de 1:800\$000 réis na dívida, que seu marido Albino Nunes d'Assis está restando ao casal, p.<sup>a</sup> que com esse valor ela por si e por seus filhos possa entrar em concorrência com os outros credores de seu dito marido, e salvar a pequena casa em que mora, e possuí-la com seus filhos, sem que jamais possa ser vendida, trocada, nem executada por qualquer credor antigo, ou moderno de seu marido durante a sua vida, e devendo passar inteira a seus filhos; [...]*<sup>365</sup>

Os três genros José Borges Monteiro, Antônio Agrícola Fontes e Ildefonso José Ribeiro doam 360\$000 réis cada um e as irmãs Leocádia, Catharina, Maria e Marianna, viúva de Anacleto Dias Paiva, doam 180\$000 cada uma, totalizando a quantia mencionada acima. Asseguram, também, o direito de usufruto da casa a Antônia e seus filhos, onde já moravam, sem que esta pudesse estar vulnerável às ações dos credores do marido.<sup>366</sup>

Nesse mesmo documento, encontramos as localidades onde os herdeiros do

---

<sup>364</sup>“Tribunal da Relação; Julgamentos; Apellações civeis; N 13784.” In: *A Reforma*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Quarta-feira, 8 de maio de 1872, fl.3-4; “Parte Jurídica; Instrumento de Agravo 205”. In: *Jornal do Commercio*. Op.Cit. Sexta-feira, 4 de Agosto de 1871, fl.2

<sup>365</sup>*Doação e Cessão*, Op.Cit. fl. 2 frente.

<sup>366</sup>Idem. Ibidem.

barão residiam, no ano de 1870, ao final dos requerimentos em suas assinaturas: José Borges e sua esposa Leocádia, assim como seu sócio Antônio Agrícola e Catharina residiam na Fazenda Santo Antônio; Ildefonso José Ribeiro e Maria José residiam na localidade do Morro da Vacca; e Marianna morava em Vargem Grande.<sup>367</sup> Todos os locais eram situados na cidade de Vassouras.

Como vimos acima, podemos considerar que depois de 1872, a Fazenda Santo Antônio, a primeira casa da família Corrêa e Castro em Vassouras, saiu das mãos dos herdeiros do barão para leilão por motivo de dívida contraída por José Borges e Antônio Agrícola com o Banco do Brasil. No início do próprio inventário de Pedro Corrêa e Castro, seu segundo administrador, a Fazenda, que tinha o café como seu único e principal produto, teve a maioria da sua escravaria vendida, o que já significaria a diminuição de sua produtividade, visto que não há nas relações de bens maquinários que otimizassem o uso da mão de obra escrava, a exemplo da Fazenda do Secretário de Laureano, irmão de Pedro Corrêa e Castro.<sup>368</sup>

A fazenda Santo Antônio que os herdeiros de Pedro Corrêa e Castro, o ilustre barão do Tinguá, receberam passava por um período diverso daquele que vimos em 1837, quando da morte da matriarca Mariana das Neves Corrêa . Da mesma forma, os filhos do barão e seus cônjuges viviam um panorama distinto após a morte do patriarca, onde as condições de manutenção das propriedades agrícolas se tornavam mais difíceis. Embora não se possa afirmar a ocorrência de uma crise generalizada em todo o Vale do Paraíba<sup>369</sup>, na década de 1870 e anos seguintes, os ânimos não eram mais os mesmos dos

---

<sup>367</sup>Idem. Ibidem. fls. 2f-2v

<sup>368</sup> A diminuição da produtividade da Fazenda Santo Antônio, que aqui inferimos, ocorreu devido à venda da mão de obra escrava da propriedade e não ao estado de suas terras. Observando os números de pés de café e os seus valores colocados na praça para arremate da fazenda, era possível que a propriedade pudesse produzir por mais alguns anos se houvesse mão de obra para trabalhar nela. Vide quadro 3.1, p. 119. Agradeço ao professor Rafael Marquese por este último e outros apontamentos.

<sup>369</sup>MUAZE, Mariana. “Novas considerações sobre o Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial”. Op.Cit.



períodos anteriores pelos seguintes fatores: as leis antiescravistas, os desgastes das terras e a inexistência de terras ainda não cultivadas. Mas, ainda é necessário se aventar a hipótese de que a escolha de assumir publicamente um relacionamento com a escrava Laura Congo, feita pelo barão do Tinguá, tenha tido um custo familiar e social alto para a manutenção de seu patrimônio, a começar pelo dote que abriu mão ao manter-se solteiro.

Em 1850, foi sancionada a lei Eusébio de Queirós, resultado de pressões inglesas, que decretou o fim definitivo do tráfico atlântico de escravos, o que fez com que os grandes proprietários não pudessem realizar grandes reposições de mão de obra. A solução foi a compra de escravos de outras províncias, como do nordeste, cujos proprietários de engenhos de açúcar, diante da crise de sua produção, começaram a vender. Alguns proprietários puderam comprar de outros senhores que, por sua vez, tiveram de vender seus escravos para pagar suas dívidas.<sup>370</sup> Esse processo, na segunda metade do século XIX, não impossibilitou as reposições de mão de obra escrava de imediato, mas tornou os escravos mais caros.<sup>371</sup> Em 1837, o escravo mais caro da Fazenda Santo Antônio possuía o valor de 550\$000 réis<sup>372</sup> e, em 1871, quando a Fazenda foi tomada pelo Banco do Brasil, o escravo mais caro foi avaliado em 1:700\$000 de réis<sup>373</sup>, demonstrando uma alta de preços fabulosa, mesmo que descontada a inflação.

Também, havia a reposição da escravaria por meio da própria reprodução natural dos cativos, que, de certo modo, não deixaria os senhores sem mão de obra. Ricardo Salles, a partir de pesquisas em inventários de proprietários de escravos de Vassouras, identifica que a partir de 1850 as menções dos filhos escravos dos cativos nas avaliações sinalizaria inclusive um aumento da população escrava, configurando na década de 1860 uma “sociedade escravista madura”. Isto é, com um maior equilíbrio

---

<sup>370</sup>MUNIZ, Célia. *A riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de vassouras, 1820-1890*. Op.Cit.

<sup>371</sup>Idem. Ibidem. p. 75

<sup>372</sup>*Inventário de Mariana das Neves Corrêa*. Op. Cit.

<sup>373</sup>“Editaes” In: *Jornal do Commercio*. Op.Cit. 24/02/1871, p.3

entre os sexos e com famílias escravas estáveis.<sup>374</sup> A lei do Ventre Livre de setembro de 1871, no entanto, impactaria nesse sistema que se autoalimentava ao tornar livres os filhos de mulheres escravas nascidos a partir daquela data. Os processos envolvendo os novos administradores da Fazenda Santo Antônio que aqui analisamos são todos da década de 1870, quando os novos fatores já começavam a balançar a sociedade escravista do Vale do Paraíba Fluminense.

Os herdeiros do barão do Tinguá, de acordo com a declaração dada por José Borges Monteiro no processo de notificação de 1871, venderam maioria dos escravos no início do inventário do barão, provavelmente, para outros fazendeiros da região. A explicação mais plausível para que os referidos herdeiros se desfizessem, em 1869, da maioria dos escravos da Fazenda Santo Antônio seria o pagamento de dívida, pois não fazia sentido manter uma grande propriedade sem escravos para cultivá-la. Após a década de 1860, não era mais tão acessível a aquisição de novos escravos. Se no início do século, a escravidão era disseminada, de forma que indivíduos não tão abastados e pequenos fazendeiros possuíam escravos, nas décadas finais do século a propriedade de escravos se tornaria concentrada na mãos dos grandes proprietários.<sup>375</sup>

A alta produção de café das décadas anteriores custou a exaustão das terras, que sofreram também com as adversidades da natureza, como falta de chuvas e pragas. Nas décadas posteriores à 1860, não havia mais matas virgens a explorar.<sup>376</sup> Começava-se, portanto, nesses últimos anos, a somar dois fatores que dificultariam a vida dos fazendeiros: a diminuição da capacidade de explorar a mão de obra escrava e a baixa de produtividade das terras e inexistência de outras. Diante dessa situação, alguns proprietários investiram em maquinários que beneficiassem a produção, arcando mão de

---

<sup>374</sup>SALLES, R. *E o Vale era o escravo*. Op. Cit. P. 237, 254.

<sup>375</sup>Idem. Ibidem. p. 254-255

<sup>376</sup>MUNIZ, Célia. *A riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de vassouras, 1820-1890*. Op.Cit. p. 73; STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969.

empréstimos e hipotecando suas fazendas aos bancos.<sup>377</sup> Até as últimas décadas do século, grande parte das famílias afortunadas de Vassouras, como os próprios Corrêa e Castro, continuariam investindo na cafeicultura até quando foi possível.<sup>378</sup>

Em 1850, o Código Comercial estabelecido pelo Império, ao legislar sobre contratos, hipotecas e falências, impulsionou a abertura de instituições de crédito e sociedades anônimas.<sup>379</sup> Em Vassouras, em 1862, por iniciativa e influência dos irmãos Teixeira Leite foi aberta uma filial do Banco Comercial e Agrícola, cuja sede ficava na Corte, com direção de Francisco José Teixeira Leite. A família Teixeira Leite, ao contrário dos Corrêa e Castro, dos Ribeiro de Avellar e dos Werneck, pouco investiu diretamente em propriedade de Fazendas e seu patrimônio, de modo geral, estava concentrado em propriedades urbanas e no mundo financeiro, com as já citadas casas de comissariado – não só na cidade de Vassouras, mas em outras localidades na região e na Corte –, a concessão de empréstimos a juros e administração de instituições bancárias.<sup>380</sup>

O recurso aos grandes bancos era uma alternativa relativamente nova entre os fazendeiros do Vale. Inicialmente, os empréstimos eram feitos por capitalistas, pessoas – muitas delas listadas no *Almanak Laemmert* – ou casas de comissariado. Após a elaboração da Lei de Hipotecas em 1864, foi formado um sistema bancário no Império, colocando muitos fazendeiros nas mãos dos grandes bancos, como o Banco do Brasil, através de hipotecas de suas fazendas.<sup>381</sup>

Os sócios José Borges Monteiro e Antonio Agrícola Fontes e suas esposas

---

<sup>377</sup>MUNIZ, Célia. *A riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de vassouras, 1820-1890*. Op.Cit. p. 75.

<sup>378</sup>Para padrão de investimentos das famílias abastadas de Vassouras vide: FERRARO, M. *A arquitetura da escravidão nas cidades do café, Vassouras, Século XIX*. Op.Cit.; MUNIZ, Célia. *A riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de vassouras, 1820-1890*. Op.Cit.

<sup>379</sup>MUNIZ, Célia. *A riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de vassouras, 1820-1890*. Op.Cit. p.80-81

<sup>380</sup>MUAZE, Mariana. *Relatório histórico de Vassouras e das personagens ligadas ao Museu Casa da Hera*. 2017.

<sup>381</sup>MUNIZ, Célia. *A riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de vassouras, 1820-1890*. Op.Cit.

filhas do barão do Tinguá, como vimos nas publicações do edital no periódico *A Reforma*, perderam a Fazenda Santo Antônio para o Banco do Brasil, provavelmente, em uma situação de hipoteca em 1871, data até prematura diante de outros casos. Célia Muniz estudou alguns casos de fazendas hipotecadas por seus herdeiros, ao analisar a formação e consolidação das riquezas familiares em Vassouras e região, e a apreensão por hipoteca mais antiga citada pela autora data de 1881.<sup>382</sup>

O sobrinho do barão do Tinguá, Christóvão Corrêa e Castro, filho do barão do Campo Bello, hipotecou a Fazenda Secretário em 1877 no Banco do Brasil, para efetuar melhoramentos nela. A dívida deveria ser paga em 14 anos. Nos primeiros anos do século XX, em 1905, a viúva de Cristóvão e seu filho herdeiro renovaram a dívida da Fazenda e de outras propriedades. O neto do barão do Campo Bello não conseguiu cumprir com a dívida e as propriedades, inclusive, a suntuosa Fazenda do Secretário, foram a leilão, sendo tomadas pelo Banco em 1908.<sup>383</sup>

O que podemos entrever através do caminho percorrido pelos herdeiros do barão do Tinguá, portanto, é que a transmissão da herança ocorreu com êxito. Pedro Corrêa e Castro teve suas últimas vontades descritas em testamento atendidas e seus herdeiros efetivamente receberam o que lhes era de direito. Tal êxito se deveu a forma como o barão procedeu ao escolher seus genros como testamentários e inventariantes e reconhecer seus filhos como naturais e legítimos. Diferente, por exemplo, do barão do Guaribu, que eivado pelos códigos dos homens da sociedade imperial, não quis reconhecer publicamente que havia se amancebado com uma escrava e tido filhos com ela, apesar de que tenha expressado a vontade de deixá-los financeiramente seguros,

---

<sup>382</sup>Idem. Ibidem. p.90-93

<sup>383</sup>FORTE, José Mattoso Maia. “Notícia Histórica e Descritiva de Vassouras: A Fazenda do Secretário”. In: BRAGA, Greenhalgh. *Vassouras de Ontem: compilação de textos de autores locais*. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1975. P 50-51. Os outros casos de perdas das Fazendas para o Banco aqui citados, assim como o da Fazenda do Secretário, foram citados por Célia Muniz. MUNIZ, Célia. *A riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de vassouras, 1820-1890*. Op. Cit. 2005, p. 90-91

instituindo-os como seus legatários. O êxito do barão de Tinguá, no entanto, não significou a garantia de que seus herdeiros não encontrassem dificuldades para a manutenção da riqueza transmitida. A herança material legada pelo barão aos filhos, não conseguiu ser acompanhada por uma herança imaterial que incluía honra, prestígio e boas relações sociais, conforme legitimado pelo ideal de família oitocentista vivenciado pela classe senhorial<sup>384</sup>.

## **Considerações finais**

Mariana das Neves Corrêa e Pedro Corrêa e Castro se fixaram nas proximidades de Vassouras no final do século XIX, adquirindo a Fazenda Santo Antônio. A propriedade era, inicialmente, produtora de cana-de-açúcar e seu proprietário Pedro, o patriarca, tinha de ir a Fazenda Pau Grande, grande engenho da região pertencente à família Ribeiro de Avelar, para beneficiar sua produção, visto que em sua fazenda não havia os locais e instrumentos necessários. Em algumas décadas, a Santo Antônio tinha sido transformada em propriedade de plantio de café, quando todas as outras fazendas da região estavam aderindo também a essa nova cultura. Em 1837, a propriedade já era equipada com locais próprios de beneficiamento, moinhos e moendas e centenas de escravos. Os filhos do casal, além de suas fatias na primeira fazenda da família, adquiriram ricas propriedades, inclusive, uma delas tornou-se referência na província do Rio de Janeiro, a Fazenda do Secretário, de Laureano Corrêa e Castro, o barão do Campo Bello.

---

<sup>384</sup>MUAZE, Mariana. *O Império do retrato*, Op.Cit. Para o conceito de herança imaterial ver: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Op. Cit.

Os filhos de Mariana e Pedro tornaram-se não só grandes proprietários, mas também influentes homens na política e na vida social de Vassouras e na região do Vale do Paraíba, alcançando a Corte. Dois deles obtiveram o título de barão nas décadas de 1840 e 1850: Laureano, já mencionado acima, obteve o título de barão do Campo Bello e Pedro foi elevado a barão do Tinguá com grandeza. Desse modo alcançaram o tipo ideal de família elaborado pelos oitocentistas de sua classe social:

*[...] um homem de boa família é um homem que pelos laços de sangue está unido a certo número de pessoas que na sociedade e pelas razões já ditas gozam de um lugar privilegiado. Isto se chama uma família distinta, honesta, estimável. Quando os títulos, as altas dignidades e os grandes empregos se hão multiplicados e conservados sem quebra durante largo tempo em uma mesma família, quando os membros que compõem estas famílias quiserem levar mais adiante a distinção ordinária de família, e daqui lhe veio o nome de casa.<sup>385</sup>*

O barão do Tinguá ficou, após a partilha dos bens de seus pais em 1837, com grande parte da Fazenda Santo Antônio, administrando-a até o final da vida. Ele revezava estadias no centro da vila de Vassouras em seu imponente sobrado quando tinha que participar das reuniões da câmara, na sua época de vereador, e dos encontros das Irmandades Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e, depois de 1853, da Santa Casa de Misericórdia. É provável, no entanto, que o barão ficasse mais tempo na fazenda do que na vila, quando não havia nenhuma ocasião importante no centro.

Pedro Corrêa e Castro, homônimo de seu pai, permaneceu solteiro, como declara em seu testamento, escrito em 1865, e nunca contraiu o sacramento do casamento com nenhuma moça. Após a abertura do referido testamento em 1869, ano da morte do barão, tornou-se público que ele viveu com Laura Congo, sua escrava, e que tivera com ela seis filhos, seus herdeiros tornados legítimos. Essa

---

<sup>385</sup>FARIA, Eduardo. Apud. MUAZE, Mariana. *Império do Retrato*. Op.Cit. p. 32-33

relação vinha desde a década de 1830, quando Laura ainda era propriedade da mãe de Pedro. Os filhos nascidos antes de a mãe ser alforriada foram libertos na pia batismal e os que nasceram depois foram batizados como filhos naturais de Laura. Nesse sentido, o barão possuía uma família na vida privada da fazenda e só a assumiu publicamente na escrita do seu testamento. De acordo com as memórias guardadas pelos descendentes da família, a convivência de Pedro e Laura talvez não fosse tão desconhecida dos meios sociais:

*Sei de fonte segura que [Laura] era excelente amazona e que nas visitas à vila de Vassouras, o Tinguá exigia que viajasse com pompas e circunstância, em montaria ricamente ajazada, coberta de ouro e finos cetins [...].<sup>386</sup>*

Gostaríamos de ter encontrado mais documentos sobre Laura Congo do que conseguimos. Infelizmente sabemos pouquíssimo sobre essa mulher.

O caso do barão de Tinguá, Laura e seus filhos se caracterizaria como uma quebra de expectativa se quiséssemos afirmar que o tipo de família descrito nos dicionários oitocentistas e impresso na representação da classe senhorial de si mesma era aplicado com êxito na realidade social. Como afirmamos no início desta dissertação, o referido caso é excepcional, porém normal<sup>387</sup>. Dentro do *éthos* senhorial, era comum que senhores, muitas vezes casados, mantivessem relações com escravas, desde que tal prática ficasse no âmbito privado. Nem sempre tais relações envolviam consentimento das escravas, sendo forçadas e violentas. Em contrapartida, há quem diga que algumas mulheres escravas poderiam até consentir para obterem regalias, agrados e até sua liberdade.

Contudo, a história que contamos guarda suas peculiaridades.

---

<sup>386</sup>CASTRO, Eduardo Corrêa e. *Genealogia de Mariana Corrêa das Neves*. (Anotações do acervo familiar cedido à autora)

<sup>387</sup>GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. “O nome e o como”. Op.Cit. p.176-177; GRENDI, Edoardo. “Micro-analisi e storiassociale”. In: *Quaderni Storici*, v. 35, p. 506-520, 1977

Diferentemente de outros senhores que ou não reconheceram os filhos e lhes legaram apenas parte dos bens ou deixaram herança, porém tiveram suas últimas vontades contestadas por parentes, Pedro Corrêa e Castro conseguiu transmitir sua herança a esses filhos, cinco mulheres e um homem, à medida que nomeou como seus testamenteiros e inventariantes os seus genros, isto é, representantes de suas filhas e herdeiros também. De fato, o patrimônio deixado pelo barão já não era tão grande e se desfez rapidamente três anos após a sua morte, visto que deixou dívidas que tiveram de ser quitadas com esses mesmos bens.

Tentando contar a história de uma família senhorial – os Corrêa e Castro –, variamos a escala de análise e atingimos a trajetória pessoal de um familiar – o barão do Tinguá –, o qual nos levou a pensar as fronteiras do mundo da escravidão e da liberdade. Terminamos por entrar nas questões dos egressos do cativo, ao buscar entender como os filhos do barão e Laura Congo poderiam ter sido inseridos nessa sociedade marcada pela ordem escravista.

A formação familiar que encontramos na convivência do barão do Tinguá com Laura Congo e seus filhos no espaço privado da fazenda nos leva a conhecer a possibilidade da existência, dentro do próprio meio da classe senhorial, de famílias distintas do ideal de familiar senhorial que dominava a sociedade oitocentista do Vale do Paraíba.

A existência desse tipo familiar, no entanto, não nega a existência da família senhorial como modelo, descrito nas definições dos dicionários da época, pelo contrário, demonstra que existia como modelo que se ajustava às práticas sociais. Modelo este que possuía sim peso na vida dos indivíduos da classe senhorial. O fato de Pedro Corrêa e Castro, o barão do Tinguá, ter reconhecido os filhos apenas no testamento, documento para ser aberto após a morte, tornando público sua família,



diz muito sobre o quanto o não seguir o modelo fechado, que previa casamentos dentro da mesma classe e obviamente dentro do mundo livre, podia ter lhe causado penalidades sociais, como a perda de prestígio. O esforço dedicado por Pedro em construir e manter uma boa imagem de homem ilustre, benemérito e de cidadão vassourense, registrado nos trabalhos dos memorialistas e nas notas de jornais, para compensar sua opção familiar, também reflete como era importante para aquela sociedade manter o prestígio e o quanto o modelo familiar senhorial conferia prestígio e garantia das redes de solidariedade entre pares.

## **Referências bibliográficas**

### **1. Fontes manuscritas**

#### **Arquivo Centro de Documentação Histórica - CDH (Arquivo do IPHAN em Vassouras)**

*Certidão de Testamento*. Requerentes: Simplicio de Souza Pinto e sua mulher Francisca de Paula Correa. Falecido: Barão do Tinguá, Pedro Corrêa e Castro. Cód. 104664622019, 1871

*Doação e Cessão*. Doadores: José Borges Monteiro, sua mulher e outros herdeiros do Barão de Tinguá. Donatários: Antonia Candida Corrêa de Assis e filhos. Cód. 103664045008, 1870

*Doação e Insinuação*. Doador: Barão do Tinguá, Pedro Corrêa e Castro. Donatário-suplicante: Antonio Joaquim da Silva Fontes. Cód.103664045014, 1855.

*Inventário de Anacleto Dias Paiva*. Inventariante: Mariana Correia das Neves Paiva. Cód.102663723002. 1870

*Inventário de Antônio Agrícola Fontes*. Inventariante: Antônio Fontes Junior. Cód. 103664254002, 1885.

*Inventário de D. Mariana das Neves Corrêa*. Inventariante: Pedro Corrêa e Castro. Cód.101663572010, 1837.

*Inventário do Barão do Tinguá (Notificação de Inventário)*, Inventariante: José Borges

Monteiro, Cód.102663725002, 1871

*Inventário da Baronesa do Campo Bello*, Inventariante: Christóvão Corrêa e Castro, Cód. 102663733006, 1873.

*Inventário de Padre Antonio da Anunciada*. Inventariante: Barão do Campo Belo, Laureano Corrêa e Castro. Cód. 102663641003, 1857

*Testamento de Padre Antonio da Anunciada*. Testamenteiro: Barão do Campo Belo, Laureano Corrêa e Castro. Cód. 10663961037, 1857

*Testamento do Barão de Tinguá*. Antonio Agricola Fontes (testamenteiro) Cód.102663962038, 1865

### **Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Vassouras**

*Livros de Batismos para pessoas livres 3 e 4*. Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Vassouras

### **2. Fontes impressas**

BRAGA, Greenhalgh H. Faria. (Comp.) *De Vassouras: histórias, fatos, gente*. Rio de Janeiro: Ed. Ultra-set, 1972

BRAGA, Greenhalgh H. Faria. (Comp.) *Vassouras de Ontem, compilação de textos de autores locais* Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1975.

MARTINS, Antonio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Vassouras. Rio de Janeiro. Edição Particular. 1993

RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. 2.ed. Rio de Janeiro: SEEC, 1978.

RIBEYROLLES, Charles. *Brazil pittoresco*. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1859

SANT'ANNA, Sonia. *Barões e escravos do café: Uma história Privada do Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001

TELLES, Augusto C da Silva. "Vassouras: estudo da construção residencial urbana" In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, n. 16, 1968.

TELLES, Augusto C da Silva. "Visita de D. Pedro II a Vassouras". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 290, janeiro/março, 1971.

### **Acervo de Eduardo Corrêa e Castro e Sonia Sant'Anna**

*Caderno de anotações de Lúcio Corrêa e Castro*. 1948 (Acervo familiar de Eduardo Corrêa e Castro e Sonia Sant'anna).

CASTRO, Eduardo Corrêa e. *Genealogia de Mariana Corrêa das Neves*. (Anotações do acervo familiar cedido à autora)

WERNECK, Francisco Klors. “O verdadeiro Alferes da Roça do Alferes - Paty” In: *Jornal do Commércio*. Domingo, 3 de Fevereiro de 1946. (Transcrito por Eduardo Corrêa e Castro)

### **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**

“Belém”, *Gazeta de Noticias*. Ed.000253. Rio de Janeiro, 13 de Setembro de 1876.

“Correspondência do Rio de Janeiro”. In: *Correio Mercantil*. Domingo, 5 de Abril de 1857

“Editaes” In: *Jornal do Commercio*. 24/02/1871

“Nota 752” In: *Revista Mensal das Decisões Proferidas pela Relação da Côrte*.

“O Hospital de caridade. Da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Vassouras e o Exm. Barão de Tinguá. Publicações a Pedido”. In: *O Apostolo*. Ed. 00028. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Cód.: TRB00012.0170, Label: 343951, 12 de Julho de 1868.

“Parte official” In: *Diário do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Quinta-feira, 12 de Outubro de 1848. n.7917, Ano XXVII.

“Rio de Janeiro; Publicação do Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, na abertura da assemblea legislativa provincial. No 1º de março de 1844, Acompanhado do balanço do anno findo e orçamento da receita e despeza para o anno financeiro de 1842-1843.” In: *Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Domingo, 17 de março de 1844

“XIII – Municipio de Vassouras, Freguezia da Villa” In: *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira, 1850

“Tribunal da Relação; Julgamentos; Apellações civeis; N 13784.” In: *A Reforma*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Quarta-feira, 8 de maio de 1872, fl.3-4; “Parte Jurídica; Instrumento de Agravo 205”. In: *Jornal do Commercio*. Sexta-feira, 4 de Agosto de 1871

“Valença e Vassouras” In: *Jornal do Commercio*. Domingo 15 de maio de 1859. fl.2  
Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568>>

“Valença”. *Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. 28/10/1859 a 01/11/1859

“Vassouras; Arrematação de bens.” In: *A Reforma*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Quarta-feira 8 de março de 1871.

“Vassouras; Juizo de Orphãos; Grande Praça”. In: *Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Segunda Folha, domingo, 20 de junho de 1869.

“Vassouras” In: *Correio Mercantil*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital

Brasileira Ed. 000131, 1860

*Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira, Cód.: TRB00428.0072, Label: 313394b, Edição 00013, 1856, p.117. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394b&PagFis=3025>>

*A Actualidade, jornal político, litterario e noticioso*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. 1863

*A Reforma, Orgão Democratico*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Cód.: TRB00043.0170, Label: 226440, Edição 00018, Sexta-feira, 24 de janeiro de 1873; Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/di%C3%A1rio-do-rio-de-janeiro/094170>>

*Almanach do Vassourense*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Cód.:TRB00282.0171, Label: 706361, 1887-1889.

*Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira, Cód.: TRB00428.0072, Label:313394b. 1848-1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394b&pesq=Corrêa%20e%20Castro>

*Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira, 1840-1889

*Diário do Rio de Janeiro*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. 1844

“Editaes”, *Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira, 24/02/1871

*Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Domingo 15 de maio de 1859. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568>>

*Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. 20 de novembro de 1861

*Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. 1875

*Jornal do Commercio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Rio de Janeiro, Anno 48. N.95, Terça-Feira, 6 de Abril de 1869, folha 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_05/15297](http://memoria.bn.br/docreader/364568_05/15297)>

L.A.J. “Publicações a Pedido” In: *Jornal do Commércio*. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Quarta-feira, 16 de fevereiro de 1848, n.47, Ano XXIII.

**Acervos Digitais do Senado Federal e da Câmara dos Deputados Federal**

Decreto n. 5135, de 13 de novembro de 1872. In: *Coleções de Leis do Império do Brasil - 1872*, Página 1053 vol. 2 pt. II (Publicação original) Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=407576&tipoDocumento=DEC-n&tipoTexto=PUB> Acesso em: 11/09/2017

Decreto nº 1695 de 15 de setembro de 1869. In: *Coleções de Leis do Império do Brasil*, 1869, p.129, Vol. 1, pt. I. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html> Acesso em: 22/08/2017

### 3. Fontes fotográficas

FROND, Victor; CICERI, Eugène. (gravador). *Vassouras*. Paris [França]: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb. Disponível em: <[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=6785](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=6785)>. Acesso em: 17 out. 2017.

JACOTTET, Louis-Julien. (gravador). *Fazenda do Secretário: Município de Vassouras (I)*. Paris [França]: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb. Disponível em: <[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=6790](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=6790)>. Acesso em: 3 nov. 2017.

LUDWIG E BRIGGS. *Villa de Vassouras*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1845-1846]. 1 grav., litogravura, p&b, 18,2 x 26,8 cm. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1424741/icon1424741.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1424741/icon1424741.jpg)>. Acesso em: 11 nov. 2017.

### 4. Base de Dados

Base de dados elaborada por Ricardo Salles acerca dos plantéis descritos nos inventários post-mortem de 1821 a 1880 abertos em Vassouras.

### 5. Livros, Artigos, Dissertações e Teses

BARICKMAN, B. J. “E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835” In: *Afro-Ásia*, v. 29/30, 2003

BORGES, Magno Fonseca. *Protagonismo e Sociabilidade Escrava em Vassouras: 1821-1850*. (Dissertação de Mestrado) Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2005.

BRÜGGER, S. M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade*. São Paulo: Annablume, 2007

CARDOZO, José Carlos da Silva; FLECK, Eliane C. D.; SCOTT, Ana Silvia Volpi. “O Juízo dos Órfãos em Porto Alegre”. In: *Revista Justiça e História*. ISSN 1677- 065x. vol. 9, nº 17 e 18, Agosto de 2012.

CASTRO, Jeanne. *A milícia cidadã, A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

CORRÊA, Mariza. “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes et al. *Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e demografia histórica” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) *Domínios da História, Ensaios de Teoria e Metodologia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

FERRARO, Marcelo. *A arquitetura da escravidão nas cidades do café, Vassouras, Século XIX*. São Paulo: Programa de pós-graduação em história social da Universidade de São Paulo. 2017(Dissertação de Mestrado)

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 25.ed. São Paulo: José Olympio Editora, 1987

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_.; PONI, Carlo. “O nome e o como”. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo et. al. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand-Brasil, 1991.

GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social. (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Roberto Guião de Souza. “O Ciclo do Café Vale-paraibano”. In: *Textos Autorais. Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*. Disponível em: <[http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-cafe\\_pg-13-a-39.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-cafe_pg-13-a-39.pdf)>

MACHADO, Cacilda. “O patriarcalismo possível: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma”. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 23, n. 1, 2006

\_\_\_\_\_. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2008.

MARQUESE, Rafael & TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do Mercado mundial do café no século XIX” In: Muaze, M & Salles, R (org). *O vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. RJ: 7 Letras/ Faperj: 2015.

MARQUESE, Rafael. *Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860*. In: Anais do Museu Paulista. v. 13. n.2. jul.-dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v13n2/a06v13n2.pdf>>

\_\_\_\_\_.; SALLES, Ricardo; *A Escravidão no Brasil Oitocentista*. In: *Escravidão e Capitalismo histórico no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016

MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema, a formação do Estado Imperial*. São Paulo:

Hucitec, 1987

MUAZE, Mariana. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. (Tese de doutorado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2006

\_\_\_\_\_. *Relatório histórico de Vassouras e das personagens ligadas ao Museu Casa da Hera*. 2017

\_\_\_\_\_. “O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial”. In: *Textos Autorais. Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*. Disponível em: [http://www.institucidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15\\_mariana\\_muaze.pdf](http://www.institucidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf); Acesso em 1/10/2013

\_\_\_\_\_.; SALLES, Ricardo. (Org.) *O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

MUNIZ, Célia. *A riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de vassouras, 1820-1890*. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005

PERROT, Michelle. (Org.) *História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

REVEL, Jacques. “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado” In: *Revista Brasileira de Educação*. v. 15 n. 45 set./dez. 2010

\_\_\_\_\_. (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998

RODRIGUES, Antônio E. M.; FALCON, Francisco J. C.; NEVES, Margarida de Souza. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro (1831-1918)*. Rio de Janeiro: PUC, 1981.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

\_\_\_\_\_.; BORGES, Magno. “A morte do barão de Guaribu” In: *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, v. 7, nº 13, Jul-dez, 2012.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. “As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil”. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.51, jul/dez 2009.

SLENES, Robert. “Senhores e Subalternos no Oeste paulista.” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*. v.2. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.

STEIN, Stanley. *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969.

\_\_\_\_\_. *Vassouras um município no Império*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973, v.1

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *As Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995